

Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO:  
a Área de Lazer Jardim Leblon (Belo Horizonte, Minas Gerais)**



Novos caminhos na Área de Lazer

Belo Horizonte

2010

Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO:  
a Área de Lazer Jardim Leblon (Belo Horizonte, Minas Gerais)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lazer.

Linha de pesquisa: Lazer, Cidade e Grupos Sociais

Orientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte

2010

C837 Costa, Luciana Cirino Lages Rodrigues

p Participação popular e transformação do espaço: a Área de Lazer Jardim  
2010 Leblon (Belo Horizonte, Minas Gerais). [manuscrito] / Luciana Cirino Lages  
Rodrigues Costa – 2010.  
167 f., enc.:il.

Orientador:Sérgio Manuel Merêncio Martins

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola  
de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 154-158

1. Lazer - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Participação popular -  
Teses. 4. Orçamento Municipal – Teses. I. Martins, Sérgio Manuel  
Merêncio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação  
Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III.Título.

CDU: 379.8 (815.1)

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

## DEDICATÓRIA

A caminhada que percorri até aqui teve início com o presente que  
meus pais me deram: a vida.

Dedico a eles, Antônio e Maria (*in memoriam*), mais esta conquista.

A Deus...

Ao meu amado companheiro, Ronie, por toda paciência, colaboração e pela  
compreensão que teve nessa jornada. Por aceitar os domingos em casa, as minhas ausências e a  
concentração que tive na pesquisa, me desconcentrando dele.

Aos nossos amados filho e filha, Cristiano e Júlia.

Conexão com novos mundos, apoio em novas tecnologias,  
doces na minha vida, inspiração para meus pensamentos.

Companheiros também na *Área*.

Obrigada a vocês por estarem comigo nessa etapa.

Amo todos vocês, muito!

## AGRADECIMENTOS

Desenvolver uma dissertação às vezes parece que é breve, quando nos falta o tempo, mas pode parecer de longa duração...

Por vezes parece solitário quando se faz a escrita, o levantamento e a análise dos documentos, as noites mal-dormidas ou mesmo não dormidas.

Mas, percorridas essas etapas, posso dizer que também é coletivo. E nesse momento aproveito para agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de um grande desejo, a conclusão do mestrado.

Enorme gratidão ao meu esposo e aos nossos filho e filha. Agora, é hora de correr para o abraço!!!!

À minha família, companheir(o)as no cotidiano, *presentes* em muitos momentos, dando suporte e me suportando: Magna, Solange, Aracy, Antônio, Flávio e Marco Antônio. Aos cunhados, cunhada e todos os sobrinhos e sobrinhas...

À sogra e ao sogro, Iris e João, à D. Tânia, aos tios e tias, e à grande família.

Aos amigos e amigas do grupo de Estudos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Polis/Celar, que compartilharam esta pesquisa desde o seu início, em especial à Meily por ter me despertado para a possibilidade deste estudo e ao Hélder por nos ajudar na manutenção do grupo.

A(o)s colegas de trabalho da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes, da PBH, em especial à equipe de analistas do BH Cidadania, que prontamente contribuíram para que eu estivesse licenciada no período em que realizei a pesquisa. Gratidão à Rita e ao Fabiano pelos debates construídos ainda na fase do projeto inicial da pesquisa.

Aos companheiros e companheiras de docência da Escola Municipal Aurélio Pires, pois, no decorrer dos anos compartilhamos a aprendizagem sobre a importância do *outro* no trabalho coletivo, aprendemos ensinando e ensinamos aprendendo. Gratidão à Geísa, por ter dedicado parte de seu tempo me acompanhando nas correções textuais e às *meninas da Juventude* pelos momentos de trocas e descontração.

À nossa turma do mestrado, mistura de reflexões, diversidade de pensamento. Em especial à Amanda, companheira de muita prosa...

Agradeço também aos professores e professoras que compartilharam seus conhecimentos comigo nesse processo e aos componentes da banca, Márcio Piñon e Meily Linhales.

A(o)as amiga(o)s que acompanharam e torceram para o bom andamento do trabalho.

Às lideranças comunitárias, aos moradores dos bairros próximos, nos quais fiz alguns *passeios*, aos frequentadores da Área de Lazer e aos trabalhadores que contribuíram com seus relatos.

Às muitas pessoas, de diferentes setores da Prefeitura, que prontamente me atenderam e contribuíram disponibilizando tempos e os documentos a que tive acesso: Secretaria de Planejamento – Gerência de Orçamento Participativo, PRODABEL, URBEL, Fundação Municipal de Parques, CRAS/Vila Apolônia, SUDECAP e Arquivo da Cidade.

Aos muitos trabalhadores da UFMG que fazem parte dessa etapa, em especial à Cinira, à Angela e aos receptivos atendentes das bibliotecas: EEEFTO, FAFICH e IGC.

E à universidade pública, UFMG, que mais uma vez me acolheu, contribuindo em minha vida acadêmica.

Muito obrigada!

## O(a) soltador(a) de pipas

Um(a) orientador(a), para mim, pode ser considerado(a) um(a) soltador(a) de pipas. Tem em suas mãos a pipa e a linha.

A pipa seria a pessoa com a qual se compartilha a orientação, que, ao levantar seu vôo, evidencia movimentos desengonçados, rodopios que em alguns momentos parece que terminarão em quedas bruscas.

Algumas vezes cai, e em outras se levanta repentinamente, alinha-se e alça voos cada vez mais altos.

A linha, similar ao conhecimento, permite que orientando(a) e orientador(a) se conectem. Pipa e linha bem ligadas às vezes alçam vôos distantes e intensos, quando subitamente se deparam com ventos fortes, com boas condições para que chegue o mais alto que puderem ir.

A pipa fica pesada, dando a sensação de que a qualquer momento poderá romper a linha e cair bem longe. Mas a linha que é forte sustenta os vôos da pipa, possibilitando-lhe chegar a diferentes direções e altitudes.

Dependendo de onde o(a) soltador(a) estiver, poderá encontrar diferentes obstáculos para colocar a pipa no alto: muros em que ela correrá o risco de bater e se estragar; árvores que poderão prendê-la; outras pipas que poderão se embaraçar; ou, ainda, um espaço livre para voar. E lá está ele(a), disposto(a) a romper os obstáculos para que a brincadeira não pare.

Quando a pipa está no mais alto possível, começa a sua dança com o vento, deslocando de tal modo que parece sozinha no céu. Mas nota-se que a sua ligação está lá embaixo, segurando a linha. Às vezes parece distraído(a), mas se a pipa dá um solavanco, lá está ele(a), pronto para brincar, dar toques para um lado e outro, e, quando necessário, soltar ou recolher a linha, avaliar quando o vento enfraquece ou quando há alguma possibilidade de a pipa ser danificada pelos obstáculos.

Lá estão, a linha e a pipa, ligadas uma a outra e conduzidas pelo(a) soltador(a).

Olhando para a pipa, acompanhando a linha, encontra-se o(a) soltador(a) segurando o rolo de linha, admirando o voo conquistado.

Ao término da brincadeira, pessoa enigmática que conduziu a trajetória da pipa, recolhe tudo, e prepara-se para o outro dia. Quando, então, voltará à brincadeira.

Reflexivo(a), criando estratégias para outros dias, pensando no que aprendeu durante aquela brincadeira, nas experiências que teve ali. Pipa, linha, soltador(a), personagens da dança do vento.

Assim, *Sérgio soltador de pipa*, recorrendo à linguagem da brincadeira, do lúdico, do lazer, agradeço por meio deste texto tudo o que compartilhamos. Que outras pipas compartilhem com você os voos nos céus do conhecimento.

Muito obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho investiga a participação popular na constituição de um equipamento de lazer no espaço urbano, a Área de Lazer Jardim Leblon, e a apropriação que dela é feita por seus usuários.

A pesquisa teve por objetivo conhecer, descrever e analisar como se deu o processo de reivindicação por parte da população, da construção por parte do Estado e da apropriação popular da Área de Lazer Jardim Leblon. O trabalho é composto por três partes. A primeira apresenta algumas considerações relativas aos movimentos sociais e ao Orçamento Participativo (OP), abordando também o processo de desenvolvimento do OP em Belo Horizonte e o OP Regional de Venda Nova 1999/2000, que originou um espaço de esporte e lazer, por meio da manifestação de um desejo dos moradores da Vila Mãe dos Pobres. Em um segundo momento, é abordada a relação da transformação do espaço urbano, que alcança os diversos espaços da cidade, interessando aqui a constituição de parques públicos em Belo Horizonte, mais especificamente na região de Venda Nova, a Área de Lazer Jardim Leblon. Na sequência, são apresentados aspectos relativos à apropriação da Área de Lazer pelos moradores do bairro onde está localizada, bem como dos bairros próximos, em que se observa, por meio da imersão cotidiana, a constituição do lugar. Nas considerações finais apresento algumas reflexões relativas aos resultados apresentados ao longo dos capítulos desta pesquisa, que indicam como a participação dos moradores de uma região de Belo Horizonte, no Orçamento Participativo, contribuiu para transformar o espaço e construir um equipamento de lazer que, por meio de diversas manifestações cotidianas de seus usuários, constituiu-se como lugar de lazer.

**Palavras-chave:** Lazer, Espaço Urbano, Participação Popular, Orçamento Participativo

## ABSTRACT

This study investigates the popular participation in the constitution of a leisure equipment in the urban space, the *Jardim Leblon* Leisure Area, and its appropriation by its users. The aim of the study was to know, to describe and to analyze the population's claim process, the state's construction of the equipment, the popular appropriation of the *Jardim Leblon* Leisure Area. It is constituted of three different parts. The first one shows some considerations concerning the social movements and Participatory budget, also involving the development process of the participatory budget in Belo Horizonte and the participatory budget of the Venda Nova district 1999/2000, which originated a sports and leisure center through the manifestation of a wish of the *Vila Mãe dos Pobres'* dwellers. The second one is about the relation of the transformation of the urban space, which reaches the several spaces of the city, here focusing the constitution of the public parks in Belo Horizonte, mainly in Venda Nova district, the *Jardim Leblon* Leisure Area. The third one shows aspects concerning the appropriation of the recreation area by the dwellers of the neighborhood where it is located, as well as the surrounding neighborhoods, where it is observed, through day-by-day immersion, the constitution of the place. In the final considerations I present some reflections concerning the results presented throughout the chapters of this study, which indicate how the participation of the dwellers of a region in Belo Horizonte, in the participatory budget, contributed to transform the space and construct a leisure equipment, that became a leisure place through several day-by-day manifestations of its users.

**Key-Words:** Leisure, Urban Space, Popular Participation, Participatory Budget.

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A Roteiro de entrevista

Apêndice B Roteiro de observação

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A Projeto da Área de Lazer

Anexo B Material institucional sobre os 69 Parques Públicos de Belo Horizonte

Anexo C Material de divulgação da Fundação de Parques Municipais

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: 1000 obras concluídas no OP Regional de 1994 a 2007/2008 por temática
- Figura 02: A cisterna na metrópole
- Figura 03: O espaço no cotidiano da Vila
- Figura 04: A escola Municipal e a Vila
- Figura 05: Reprodução da cópia do projeto arquitetônico da Área de Lazer Jardim Leblon
- Figura 06: Venda Nova e suas fazendas: fotografia da planta da região de Venda Nova e da atual região da Pampulha
- Figura 07: Venda Nova e suas fazendas: fotografia da planta da região de Venda Nova
- Figura 08: *Bairro Parque Jardim Leblon*: fotografia da planta do bairro.
- Figura 09: Localização da Porção do Bairro *Parque Jardim Leblon* onde está a Área de Lazer: fotografia da planta do bairro
- Figura 10: Divisão administrativa de Belo Horizonte
- Figura 11: Reprodução do abaixo-assinado realizado pela Associação Comunitária Parque Jardim Leblon encaminhado à Câmara municipal de BH, solicitando a construção de uma escola
- Figura 12: Reprodução da resposta encaminhada pela SEE, ao vereador João Gualberto, relativa a questão da solicitação da escola
- Figura 13: Do *Buracão* à Área de Lazer Jardim Leblon
- Figura 14: Vista superior da Área de Lazer Jardim Leblon
- Figura 15: As entradas para a Área de Lazer
- Figura 16: Vista panorâmica da Área de Lazer Jardim Leblon e de suas imediações
- Figura 17: Nível superior da Área de Lazer
- Figura 18: Nível superior da Área de Lazer
- Figura 19: A Academia da Cidade na Área de Lazer
- Figura 20: Equipamentos no nível intermediário
- Figura 21: Equipamentos no nível intermediário
- Figura 22: Equipamentos no terceiro nível
- Figura 23: A cidade vista da Área de Lazer em dia de chuva
- Figura 24: Apropriações da pista de skate
- Figura 25: Os usos da quadra poliesportiva
- Figura 26: O jogo de Dama na Área de Lazer
- Figura 26 a: O jogo de Dama na Área de Lazer

Figura 27: Mais alguns modos de apropriação: construindo novos caminhos e a bicicleta na Área

Figura 27a: Mais alguns modos de apropriação: jogando futebol e andando de bicicleta

Figura 27b: Mais alguns modos de apropriação: A leitura e o estudo na Área de Lazer

Figura 28: Futebol do Pró-jovem Adolescente/BH Cidadania Apolônia, na Área de Lazer

Figura 29: Mulheres fazem fila às 07 horas da manhã para se inscreverem na Academia da Cidade

Figura 30: O skate na Área de Lazer Jardim Leblon

Figura 31: O papagaio/a pipa na Área de Lazer

Figura 32: Animais na Área de Lazer: a coruja da Área de Lazer

Figura 33: Autorização para ensaios da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova

Figura 34: A apropriação da Área de Lazer pela Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova

Figura 35: Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova: quem não dança, acompanha

Figura 36: Faixa de divulgação da Festa em comemoração aos 112 anos de Belo Horizonte

Figura 37: Os banheiros químicos na Festa de Aniversário da Cidade

Figura 38: A Festa de Belo Horizonte na Área de Lazer Jardim Leblon: música e a dança

Figura 39: A Festa de Belo Horizonte na Área de Lazer Jardim Leblon: Imperatriz de Venda Nova

Figura 40: O cadeado no portão da Rua A

Figura 41: Manutenção: limites e possibilidade

Figura 42: Alagamento da quadra de Areia

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: A participação da população no Orçamento Participativo Regional

Quadro 02: Obras concluídas pelo OP Regional em Venda Nova

Quadro 03: Obras concluídas no OP Regional de 1994 a 2007/2008 por temática

Quadro 04: Distribuição de recursos para o OP 99-2000

Quadro 05: Área das Regionais de Belo Horizonte

## LISTA DE SIGLAS

ASCOJALE - Associação Comunitária Parque Jardim Leblon  
ASCVMP - Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CMBH - Câmara Municipal de Belo Horizonte  
COMFORÇA – Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo  
COMITECO – Companhia Mineira de Terrenos e Construções  
CONFES - Conferência do Esporte  
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
FERROBEL - Ferro Belo Horizonte S/A  
GOP - Gerência do Orçamento Participativo  
GOPVN – Gerência de Orçamento Participativo de Venda Nova  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MINASCAIXA - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais  
OP - Orçamento Participativo  
OP-BH – Orçamento Participativo de Belo Horizonte  
OP Cidade – Orçamento Participativo da Cidade  
OP Digital – Orçamento Participativo Digital  
OP Habitação - Orçamento Participativo da Habitação  
OP Regional – Orçamento Participativo Regional  
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte  
PIB – Produto Interno Bruto  
Pré-COMPOR - Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias  
PRODABEL – Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte  
SARMU - Secretaria de Administração Regional Municipal  
SARMU- VN - Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova  
SMCONGER-VN - Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Venda Nova  
SEE - Secretaria de Estado da Educação  
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana  
SMES – Secretaria Municipal de Esportes  
SMPL – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação  
SMAPL – Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento

SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

URPV - Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO Iniciando a caminhada pelas trilhas da Área de Lazer Jardim Leblon: o ponto de partida.....	17
Caminhos percorridos, caminhos construídos: o ponto de chegada.....	22
CAPÍTULO 1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) E A CONQUISTA DA ÁREA DE LAZER: a ação da população na (re)configuração do espaço.....	27
1.1 Considerações sobre o Orçamento Participativo e a participação popular.....	27
1.2 O Orçamento Participativo em Belo Horizonte: diferentes formas de seu desenvolvimento e da participação popular.....	39
1.3 De Belo Horizonte à Venda Nova: O Arranjo do OP Regional em Venda Nova .....	45
1.4: Área de Lazer Jardim Leblon como demanda no OP 99/2000: a expressão do direito ao lazer .....	49
1.4.1 Área de Lazer Jardim Leblon: a manifestação dos desejos expressos do <i>buracão</i> à Área .....	60
1.4.2 A concepção do espaço de lazer: o que teremos na Área? .....	65
CAPÍTULO 2 O ESPAÇO COMO (IM)POSSIBILIDADE PARA O LAZER .....	70
2.1 De Belo Horizonte ao nosso lugar: sobre espaços e parques .....	70
2.2 De Venda Nova ao Bairro Jardim Leblon: <i>lugar de expressão de conflitos</i> e da manifestação do desejo, por lazer .....	79
2.2.1 Venda Nova, de fazendas a bairros: a transformação do espaço .....	79
2.2.2 Panorama Recente de Venda Nova: palco de lutas, espaço para o lazer .....	83
2.3 Onde fica o pedaço: a Área de Lazer Jardim Leblon .....	95
2.3.1 O que temos na Área? .....	98
2.4 O Lazer no Espaço e o Espaço no Lazer: algumas reflexões.....	105
CAPÍTULO 3 A ÁREA DE LAZER JARDIM LEBLON E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO EM LUGAR: os usos no tempo e no espaço .....	110
3.1 As estratégias para identificar as possíveis formas de apropriação da Área de Lazer Jardim Leblon.....	110

3.2	Conhecendo o(a)s frequentadore(a)s: quem são e de onde vêm? .....	114
3.3	A apropriação nos tempos e nos espaços .....	118
3.3.1	Os modos de apropriação durante a semana .....	126
3.3.2	Os modos de apropriação dos participantes da Academia da Cidade .....	128
3.3.3	Os modos de apropriação aos finais de semana, feriados e nas férias escolares .....	129
3.3.4	Os ensaios da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova Domingos à tarde.....	134
3.3.5	A realização de ações pela Prefeitura .....	137
3.4	Olhares relativos à Área de Lazer Jardim Leblon .....	142
3.5	Alguns limites para os usos da Área de Lazer Jardim Leblon .....	144
	CONSIDERAR AS AÇÕES, AFINAL .....	150
	REFERÊNCIAS .....	154
	APÊNDICES.....	159
	ANEXOS.....	161

## INTRODUÇÃO

### **Iniciando a caminhada pelas trilhas da área de lazer Jardim Leblon: o ponto de partida**

Em junho de 2002 iniciei a minha atuação profissional na Secretaria Municipal de Esportes (SMES) da Prefeitura de Belo Horizonte, atuando no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Naquela época, assumi o cargo de Técnica Superior de Serviço Público e era a responsável pelo acompanhamento das ações de esporte e lazer desenvolvidas por essa secretaria no Programa BH Cidadania<sup>1</sup>, na Regional Venda Nova.

O Programa BH Cidadania estava em processo de implementação na cidade, e em cada uma das 9 (nove) Regionais<sup>2</sup> havia um núcleo piloto. O núcleo que eu supervisionava, o *Vila Apolônia*, estava localizado no território que compõe uma parte da vila de mesmo nome, no bairro Jardim Leblon.

A proposta de atuação na política pública de esporte e lazer com a qual me deparei foi muito estimulante: atuar com a realidade local, buscando enfrentar os problemas *in loco*, dialogando diretamente com a população e de modo intersetorial, em conjunto com as outras temáticas da política do município, tais como saúde, educação, cultura e assistência social.

Por outro lado, essa situação configurava-se também como um desafio, uma vez que, além de estar diante de um modo diferente de se pensar e implementar a política pública – a perspectiva intersetorial –, eu também era recém-chegada à Secretaria Municipal de Esportes. Muitas coisas surgiam como novidade, inclusive o território de atuação do Programa BH Cidadania, que, no caso, era a Vila Apolônia.

A Área de Lazer Jardim Leblon<sup>3</sup> foi o espaço pensado para o desenvolvimento das oficinas de esportes, brincadeiras e jogos. Ao iniciarmos as atividades, tive a minha primeira aproximação com o espaço que se tornou objeto da presente pesquisa.

---

<sup>1</sup> O Programa BH Cidadania foi implantado pela Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2002, em áreas de grande vulnerabilidade social localizadas nas nove regiões administrativas da cidade. Trata-se de uma ação que foi estruturada tendo por pilares os princípios de descentralização, intersetorialidade, territorialidade e participação popular, princípios estes que orientaram a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. (Revista Pensar BH / Política Social Especial BH Cidadania, 2003).

<sup>2</sup> Belo Horizonte está subdividida administrativamente em nove regionais, sendo elas: Barreiro, Oeste, Leste, Noroeste, Nordeste, Centro-sul, Pampulha, Norte e Venda Nova. Cada uma possui uma Secretaria de Administração Regional Municipal.

<sup>3</sup> A Área de Lazer Jardim Leblon foi inaugurada no ano de 2002 e esteve sob a Administração da Regional de Venda Nova até o ano de 2005. A partir de 2005 a Fundação de Parques Municipais assume a gestão de todos os parques de

As indagações iniciais sobre a Área de Lazer Jardim Leblon surgiram no decorrer de minha atuação como técnica nesse programa da prefeitura, das conversas com moradores próximos à Área de Lazer e também com usuários<sup>4</sup> que a frequentavam, além dos participantes das oficinas do Programa BH Cidadania/Esportes – crianças e adolescentes –, que participaram das ações realizadas no decorrer dos anos de 2002 até 2006, quando, então, alteramos o espaço de realização dessas ações e já não tínhamos a Área de Lazer como o principal espaço para desenvolvê-las.

A partir dessa convivência com os moradores e usuários da Área de Lazer, fui conhecendo algumas histórias que eram relatadas a respeito dela, desde os momentos de disputa e participação da população para conquistá-la, até as diferentes formas de (in)apropriação daquele lugar. A aceitação e a negação do espaço, a aproximação e o distanciamento da população em relação à Área de Lazer. Diferentes questões se apresentaram no cotidiano de minha inserção nesse equipamento público de lazer, constituindo, assim, a dialética do/no espaço.

Surgem, então, os primeiros questionamentos. Inicialmente, inquietou-me a necessidade em conhecer *o que motivou a mobilização da população para a indicação da construção de uma área de lazer no Orçamento Participativo (OP)*<sup>5</sup>. A escolha daquele espaço para a construção de uma área de esporte e lazer estaria pautada em quais princípios? Haveria alguma ligação já constituída entre os moradores da região próxima e aquele espaço indicado para a construção desse equipamento<sup>6</sup> de lazer e esporte?

Em consultas a livros, artigos em periódicos, dissertações e teses, verifiquei que existem variados estudos abordando a temática inerente à participação popular nas questões ligadas à política pública, como é o caso do Orçamento Participativo. Há uma gama diferenciada de enfoques relativos aos estudos do Orçamento Participativo, fato que se justifica inclusive pela característica que o OP comporta, sendo uma das principais o aspecto democrático de participação popular. Dias (2002) traz à reflexão aspectos relacionadas ao OP de Porto Alegre, tais como o seu formato, a sua função e as possibilidades de intervenção na política do município. Ainda nessa pesquisa, a autora analisa como é o processo de atuação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em relação às respostas dadas às obras que são indicadas por meio do OP.

---

Belo Horizonte, quando é modificado o nome do equipamento, passando a ser denominado Parque Jardim Leblon. Optei, na pesquisa, por manter a denominação original, Área de Lazer Jardim Leblon.

<sup>4</sup> Os termos *usuário* e *frequentador*, ao mencionar as pessoas que frequentam a Área de Lazer, são utilizados na presente pesquisa tendo por referência as possibilidades de relação e de apropriação dela, compreendendo, desse modo, que se trata de sujeitos que podem inclusive transformar o espaço, possibilitando, assim, a aproximação entre os moradores da região e a Área de Lazer Jardim Leblon.

<sup>5</sup> Em Belo Horizonte, o Orçamento Participativo teve início no ano de 1993, tendo na participação popular a busca de transparência em relação aos seus propósitos e na execução. (Memória do Orçamento Participativo 94 a 97. Mimeog.)

<sup>6</sup> De Pellegrin (2004), ao fazer uma abordagem conceitual do termo “equipamento de lazer”, indica que pode ser a edificação ou a instalação em que são realizados eventos e atividades de lazer, podendo ser público ou privado.

Cunha (2004) analisou alguns pontos relativos ao aspecto democrático da participação popular e desenvolveu sua pesquisa por meio do estudo dos conselhos de políticas e de práticas relativas ao Orçamento Participativo em alguns municípios brasileiros. Em relação ao OP, a autora se baseou nas experiências desenvolvidas em Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo e, por meio desses exemplos, considerou que tal prática democrática apresenta um grande potencial de participação da população. Essa participação pode acontecer em algumas ou em todas as fases do processo, uma vez que seu formato possibilita a participação de pessoas com motivações diferentes. E essas motivações, “[...] no caso dos OPs, está relacionada ao atendimento de demandas mais imediatas e restritas, que serão produtos de políticas públicas [...]” (CUNHA, 2004, p.175).

Além de estudos que abordavam aspectos relacionados ao arranjo institucional e à participação no Orçamento Participativo, identifiquei também outros estudos que buscavam elucidar questões relacionadas às políticas específicas, como, por exemplo, as relativas à política da habitação. Santos (2004) analisa o modelo de autogestão na construção de moradias que foi implementado em Belo Horizonte por meio do Orçamento Participativo da Habitação. Segundo a autora, a autogestão pode ser compreendida como uma possibilidade importante para a construção de novas unidades habitacionais, contribuindo, inclusive, para a existência de ganhos financeiros, políticos e sociais da população, não desconsiderando, contudo, as arestas que precisam ser aparadas para o seu incremento, ou seja, o aperfeiçoamento do OP.

Souza (2007) demonstra como acontece a participação de futuros moradores em projetos habitacionais de baixa renda, em 3 (três) conjuntos residenciais construídos para enfrentar a questão do problema do déficit de moradias em Belo Horizonte. Como apresentado por ele, a participação dos futuros moradores no planejamento dos projetos apresentou algumas limitações, que muitas vezes diziam respeito à dificuldade em maiores alterações nos projetos, uma vez que normalmente as questões relativas à estrutura das habitações eram engessadas ao que estava previsto de gasto, tendo, portanto, o financiamento limitado.

Assim, é possível constatar que o OP configura-se como uma das possibilidades de enfrentamento de diferentes questões relativas à intervenção do Estado e à participação popular no espaço urbano, apesar dos aspectos que precisam ser melhorados nesse modo de se fazer política. A questão da constituição de espaços urbanos de lazer também pode ser mais uma frente a ser desenvolvida no processo do Orçamento Participativo. A existência da Área de Lazer Jardim Leblon pode se configurar como um exemplo a corroborar essa afirmativa.

Em relação aos espaços urbanos de lazer, houve outro aspecto que me despertou a curiosidade: *o que orienta o planejamento de tais equipamentos?* E ainda: *no caso da Área de*

*Lazer, qual foi a demanda apresentada pela população para a construção desse equipamento de lazer?*

Esse questionamento orienta para a busca de se conhecer e refletir a respeito dos possíveis motivos que deram suporte, que justificaram essa demanda, para, assim, entender o que estaria impulsionando essa solicitação que foi apresentada no Orçamento Participativo.

A pergunta anterior surgiu em situações como a que presenciei, na primeira vez em que estive na Área de Lazer, quando me deparei com a tela cortada para abrir passagem em um ponto que fica na lateral da Rua A, próximo também à Rua Monjolos. Essa primeira *visita* foi realizada juntamente com o gerente de esportes da Regional de Venda Nova, quando fizemos um *tour* por alguns equipamentos de esporte e lazer nela existentes. Durante a caminhada pela Área, o gerente mostrou a estrutura que existia lá, contando um pouco sobre a construção daquele espaço. Cenas, como a da tela cortada, fizeram emergir outros questionamentos: *existia diálogo entre a população e a prefeitura para a manutenção do espaço? Caso existisse, quais seriam os encaminhamentos?*

Tais questionamentos me remetem a Rancière (1996), quando faz alguns apontamentos relativos à política, ao *indivíduo* e à sua ação política. Demonstra a dimensão do mundo sensível e a sua interlocução com a mobilização entre as pessoas, conforme consta no trecho a seguir:

[...] A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (p. 368).

As questões levantadas anteriormente, relativas ao movimento político envolvendo a população e o Estado, tornam-se pertinentes nos termos de Rancière (1996), uma vez que foi possível identificar, a partir da percepção representada na ausência de um portão, a manifestação de um anseio: a criação de uma entrada alternativa, o buraco na tela.

Desse modo, pensar a constituição de equipamentos de lazer no contexto urbano remete-me a Lefebvre (2008), ao evidenciar que o urbano é lugar de manifestação dos conflitos. Portanto, é possível considerar que o ato de cortar a tela possa ter acontecido em função do modo pelo qual a população compreendia que ali deveria ser o local de entrada, uma forma de contestação, mesmo que irrisória, mas não insignificante. Poderia ser compreendido como uma forma de manifestação do desejo, da transformação de uma concepção em algo material perceptível no espaço, mesmo que aparentemente vista como inadequada.

A lógica do espaço, que orienta a constituição do espaço, do ponto de vista de quem o planeja, pode ser ilógico para os que o vivenciam, para quem busca transformá-lo em lugar. Lugar

da ação, da manifestação dos desejos. Assim, outra questão despontava: *como os moradores se apropriavam da Área de Lazer Jardim Leblon?*

Essa indagação orientou-me a considerar a questão do espaço pensado diante das experiências constituídas por ele. Nesse caso, a concepção desse *espaço pensado* poderia guardar relação particular com as representações do espaço vivenciado, o espaço em relação com o cotidiano dos sujeitos.

Assim, considerar o cotidiano traria à discussão questões relativas aos desejos evidenciados na vida dos sujeitos, que muitas vezes surgem das necessidades. A constituição de espaços de lazer poderia ser uma questão ligada ao desejo, à necessidade evidenciada no cotidiano da população que indicou a construção Área de Lazer Jardim Leblon, ao que não é dito ou escrito, mas àquilo que se vive, ao campo da subjetividade, que se manifesta nas ações nos diferentes tempos. É possível que a motivação para essa reivindicação fosse diversificada, que atendesse a diferentes interesses, ou, por outro lado, que fosse restrita, que viesse atender a interesses limitados. Para além dessa perspectiva direcionada para os motivos e os interesses, acredito no potencial social que um equipamento de lazer como a Área de Lazer comporta: fomentar as relações entre as pessoas, possibilitar a realização de ações de lazer diversificadas, contribuir para o acesso ao direito ao lazer e estimular a atuação do Estado para a sua garantia.

No que diz respeito aos estudos que abordam a questão dos espaços e equipamentos de lazer, quando se trata especificamente dos equipamentos públicos de lazer, é recorrente o apontamento de que a quantidade desses equipamentos ainda é ineficiente, como apresentado por Marcelino et al (2007) e Rechia (2006). E não é incomum constatar a precariedade tanto na constituição quanto na manutenção de tais espaços, conforme apresentam Fernandes e Coelho (2009). Por meio da pesquisa desenvolvida em dois bairros no município de Ribeirão das Neves, realizou-se a análise de equipamentos e espaços de lazer, constatando-se que muitos desses equipamentos estão em condições precárias, o que indica a necessidade de considerar estratégias para a sua manutenção. Assim, torna-se elementar considerar a atuação do Estado na constituição e na manutenção de tais espaços.

Contudo, percebo que a constituição do espaço pode comportar diversas contradições. E que as contradições evidenciadas na sociedade podem se evidenciar no espaço: as segregações do/no espaço, que orientam a sua constituição de modo que muitas vezes distanciam os sujeitos de seus direitos; as desigualdades sociais, que conformam o *lugar* que será ocupado por esse ou aquele cidadão, muitas vezes determinado pela lógica da acumulação de riquezas, pelas regras do mercado, em que quem pode paga e quem não pode fica excluído.

Pensar a Área de Lazer Jardim Leblon, no contexto da metrópole em que está inserida, remete-me a considerá-la no aspecto relacional com os diferentes tempos vividos nessa metrópole: o tempo do trabalho, do lazer, das férias, da busca por melhoria da saúde, da reivindicação por condições de vida melhores para a população, entre outros. Orienta-me também a considerar o cotidiano daqueles que a habitam, daqueles que animam a metrópole, seja com seu trabalho, com suas festas, com sua luta por melhorias, com sua voz ou com seu silêncio. Leva-me a considerar inclusive que, se os sujeitos (re)produzem os espaços, os espaços também podem (re)produzir a ação dos sujeitos.

Desse modo, a contribuição que me propus desenvolver a partir da presente pesquisa, no campo da reflexão acadêmica dos estudos do Lazer e das questões urbanas, tem como objetivo principal *conhecer, descrever e analisar como se deu o processo de reivindicação por parte dos moradores, da construção por parte do Estado e da apropriação popular da Área de Lazer Jardim Leblon.*

Essa foi a motivação que deu início à caminhada. Os caminhos percorridos e o modo pelo qual a pesquisa foi desenvolvida são apresentados a seguir.

### **Caminhos percorridos, caminhos construídos: o ponto de chegada**

O presente estudo foi desenvolvido tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso, sendo o foco central dessa pesquisa a Área de Lazer Jardim Leblon. Partindo do pressuposto de que estudar o fenômeno do lazer inserido no discurso da apropriação popular do espaço, por meio da constituição e da apropriação de um equipamento público de lazer no contexto urbano, poderia contribuir para aprofundar diferentes questões relativas ao lazer e aos espaços de lazer em consonância com a apropriação evidenciada no cotidiano.

O estudo combinou pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos selecionados predominantemente no Sistema de Bibliotecas da UFMG e no site *Scielo*, buscando debater os seguintes termos-chaves: Orçamento Participativo, lazer, espaço urbano e movimentos sociais. Esse processo possibilitou o que Laville & Dionne (1999, p. 112) apontam como “[...] a racionalização da problemática”. Considerando a construção do conhecimento como movimento contínuo e dialético, fez-se necessário compreender os diferentes aspectos que surgiram no decorrer da pesquisa, inerentes aos temas estudados e à análise dos dados.

Para o levantamento das informações, utilizou-se a combinação da pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante; e também a iconografia, que foi utilizada no decorrer da observação participante, de modo a registrar diversos aspectos que presenciei na Área de Lazer.

A observação participante na Área de Lazer Jardim Leblon possibilitou o que May (2004) apresenta como o mergulho no cotidiano das pessoas que se busca entender. Utilizou-se essa técnica de pesquisa tendo por intenção conhecer como era a relação das pessoas com a Área – o que faziam lá, os horários e os dias em que frequentavam e o perfil dos participantes, observando características relativas à idade, ao gênero e à localidade de onde vinham. Para isso, estive na Área de Lazer em dias variados da semana e em horários alternados, buscando ampliar a possibilidade de conhecer essa apropriação. A observação participante foi realizada no período de maio a dezembro de 2009 e foi importante para conhecer as diferentes maneiras como os moradores se apropriavam da Área de Lazer. Por meio das observações, foi possível me aproximar dos usuários em diferentes momentos e em variados contextos cotidianos daquele lugar. Essa estratégia possibilitou identificar como acontecia – ou não – essa apropriação, e também foi possível, no decorrer da observação, a identificação de algumas pessoas que apresentaram condições para contribuir na pesquisa, participando da fase de realização das entrevistas, tais como um funcionário e duas frequentadoras da Área de Lazer.

A entrevista semiestruturada foi utilizada devido às possibilidades que tem em valorizar a presença de quem faz a pesquisa e pelas condições que existem para a espontaneidade e liberdade do(a) informante (TRIVINOS, 1987). As entrevistas possibilitaram a escuta de diferentes atores que participaram da fase de reivindicação da Área de Lazer – tais como lideranças comunitárias e frequentadores – sendo possível também realizar a conversa com os diferentes trabalhadores da Prefeitura responsáveis pela manutenção e administração da Área.

Buscou-se, por meio das entrevistas, conhecer como era a relação cotidiana deles com a Área de Lazer, o olhar que tinham sobre a existência dela, da participação da população e do Estado para a sua manutenção e o que representava para eles a execução do Orçamento Participativo. Realizei 10 (dez) entrevistas<sup>7</sup>, em que se constituiu o seguinte perfil de depoentes<sup>8</sup>: 4 (quatro) trabalhadores(as) da Prefeitura, gestores ou não; 3 (três) frequentadores(as) da Área de Lazer e 3 (três) lideranças populares que participaram da fase de sua reivindicação. Após a realização das entrevistas, realizei as transcrições e as entreguei aos depoentes de modo que tivessem contato com esse registro escrito, para que, caso quisessem, pudessem esclarecer dúvidas ou realizar alguma

---

<sup>7</sup> O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice A.

<sup>8</sup> O termo *depoente* é utilizado no decorrer da dissertação para identificar a fala dos sujeitos entrevistados e foi baseado em Bosi (2003).

alteração nelas. Esse procedimento guarda relação com o que Bosi (2003) demonstra ser a responsabilidade que temos pelo outro, entendido aqui como cuidado e atenção do(a) pesquisador(a).

A realização dessa pesquisa apresentou variados desafios. Um dos desafios foi a superação da dificuldade imposta pelo tempo proposto institucionalmente para a pesquisa, uma vez que esta terminou constituindo-se cada vez mais fascinante e, por consequência, tornou-se maior dentro do tempo indicado inicialmente para a sua execução. Por outro lado, o encaminhamento de documentos ao COEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da UFMG terminou apresentando-se como um entrave, apesar da contribuição que deu no sentido de pensar o trato com os sujeitos da pesquisa. Outros desafios também apareceram, tais como a dificuldade em encontrar alguns documentos, as idas a diferentes setores da Prefeitura para levantamento de dados, enfim, os *desencontros da pesquisa*. Contudo, foram maiores as contribuições para a superação desses desafios. Muitos foram os *atores sociais*<sup>9</sup> que colaboraram para que a pesquisa fosse desenvolvida.

Quanto aos documentos relativos ao processo de reivindicação, esse foi um dos grandes desafios que enfrentei. Por se tratar de um espaço público que foi construído por meio do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, há como pressuposto a existência de uma demanda popular para a indicação de sua construção. Desse modo, considere que um dos caminhos que me levariam a elucidar questões relativas a esse período dizia respeito ao grupo que fez a indicação da obra no OP 99/2000; assim, entra em cena a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres.

Constatei, no decorrer da pesquisa, que muitos documentos que estavam sob os cuidados dessa associação foram perdidos. Segundo alguns moradores, isso ocorreu devido ao desmoronamento do barracão onde funcionava a Associação de moradores. O que a Associação possui hoje – que guarda relação com a Área de Lazer e a que tive acesso – foram alguns documentos que estavam sob os cuidados de seu presidente: 3 (três) fotos tiradas antes de sua construção, da época do *buracão*<sup>10</sup>, e a planta do bairro, em que consta a área que indicaram para a sua construção. Ficaram também as lembranças, rememoradas por algumas pessoas que as compartilharam comigo, e que foram manifestadas nas entrevistas. Histórias relatadas que evidenciavam a participação no movimento de reivindicação e que apresentaram também o

---

<sup>9</sup> Sader (1988) contribui para o entendimento do conceito de *atores sociais*, apresentando que pode ser compreendido como o envolvimento da população na ordenação e reordenação das diferentes cenas da vida cotidiana, de assumirem os papéis de sujeitos, que comunicam e se comunicam. Essa ideia evidencia inclusive a dimensão da participação política dos sujeitos.

<sup>10</sup> A palavra *buracão* foi utilizada repetidas vezes por moradores e lideranças comunitárias em algumas entrevistas e também em conversas que tive com frequentadores da Área de Lazer. Trata-se da denominação que a população dava ao local antes da construção da Área de Lazer Jardim Leblon e se justifica devido ao relevo acidentado do local. Percebe-se, ainda hoje, essa característica na Área de Lazer, uma vez que ela foi construída em 3 (três) platôs.

cotidiano vivido no lugar: o bairro que viram crescer, a vila que viram nascer e crescer e que, de maneira geral, demonstravam que esse desenvolvimento estava conectado às muitas lutas nas quais se engajaram. Evidenciou-se também a participação desses sujeitos em alguns momentos lúdicos daquele cotidiano, o lazer manifestado: nas brincadeiras no buracão; ao assistir à TV coletivamente na casa do vizinho – uma vez que, naquela época, televisão era um objeto inacessível para muitas pessoas, devido ao seu preço –; e as transformações que hoje fazem da Área um espaço de lazer para muitas pessoas, tais como os diversos caminhões carregados de terra que chegaram à Área e que ali constituíram *montanhas* para as brincadeiras.

De qualquer modo, consegui muitos documentos sobre diferentes fases da Área de Lazer, que foram disponibilizados por outra liderança e também na gerência de OP da Secretaria de Planejamento e na gerência do OP da Regional Venda Nova. Assim, em relação ao grande desafio relativo ao agrupamento dos documentos, principalmente da fase de reivindicação, pude superá-lo por meio da colaboração dessas pessoas e de alguns setores da Prefeitura.

Na fase de apreciação dos dados utilizei a técnica de análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2008, p. 33), trata-se de “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

O *buracão* fez parte dessa memória. A área também entrou na memória da luta dos diferentes sujeitos que compuseram o cotidiano daquele *pedaço*<sup>11</sup> de Belo Horizonte – sujeitos que buscaram romper com a lógica de marginalização de direitos que os rodeava, inclusive o direito ao espaço: de moradia, de educação, de cultura, de lazer, entre outros.

Assim, veremos nas páginas a seguir a construção das questões relativas à pesquisa, que foi desenvolvida a partir do desdobramento de minhas inquietações iniciais sobre a constituição da Área de Lazer Jardim Leblon.

A presente dissertação está estruturada, tendo, além da introdução, mais três capítulos e as considerações finais. No Capítulo I encontram-se as considerações relativas ao Orçamento Participativo – e os aspectos que dizem respeito à participação popular em movimentos sociais –, tais como as características inerentes ao OP, um breve histórico desse formato de gestão e como vem se desenvolvendo a experiência da realização do OP na Prefeitura de Belo Horizonte. Faço também uma aproximação do OP 1999/2000, em que se originou a Área de Lazer Jardim Leblon, de modo a buscar respostas para as questões relacionadas à reivindicação e às expectativas relativas à constituição da Área de Lazer.

---

<sup>11</sup> Compartilhando aqui com o conceito apresentado por Magnani (2003) para o termo *pedaço*, em que ele demonstra que este seria o plano intermediário entre a casa e a rua: “o pedaço é o lugar dos *colegas*, dos *chegados*” (p. 12). Nesse sentido, a representação de pedaço, que identifiquei manifestada em relação ao buracão, estava expressa por meio das falas que remetiam às muitas brincadeiras e às outras formas pelas quais os moradores se relacionavam com e/no buracão, constituindo-se como lugar de convivência e de encontros. E posteriormente, com a construção da Área de Lazer, identifiquei também por meio da observação participante que esse aspecto de *pedaço* se mantinha para algumas pessoas que a frequentavam.

No Capítulo II faço a abordagem das questões relativas ao espaço e ao lazer, tendo como referências as (im)possibilidades do lazer no espaço urbano. Apresento algumas considerações a respeito da constituição dos parques públicos no cenário de Belo Horizonte, assim como da intervenção da população no processo de transformação do espaço urbano, como aconteceu no caso da Área de Lazer Jardim Leblon, em que os moradores demandaram a construção desse equipamento público.

No Capítulo III encontram-se as questões relacionadas à apropriação da Área de Lazer. Faço o registro analítico dos aspectos que identifiquei a respeito das diferenciadas maneiras como as pessoas se apropriavam daquele espaço, a sua transformação em lugar. Relato ainda os diferentes aspectos identificados ao me aproximar do cotidiano de apropriação da Área de Lazer, tais como os usos e seus desdobramentos, os sentidos que são atribuídos à Área por parte dos sujeitos – homens e mulheres, de diferentes idades e vindos de alguns bairros próximos a ela. Apresento ainda o registro as percepções que tive dos modos pelos quais a população vivencia o seu lazer naquele *pedaço* de Belo Horizonte.

Por fim, tem-se o fechamento da dissertação com o que denominei por *considerar as ações afinal*, em que teço algumas reflexões relativas ao desenvolvimento geral da presente pesquisa, indicando meu olhar acerca das questões levantadas e das respostas alcançadas.

## CAPÍTULO 1

### O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) E A CONQUISTA DA ÁREA DE LAZER: a ação da população na (re)configuração do espaço urbano

#### 1.1 Considerações sobre o Orçamento Participativo e a participação popular

O Orçamento Participativo (OP), no arranjo da política pública municipal, compreende uma estratégia que pode ampliar a participação da população nas tomadas de decisões relativas às políticas a serem desenvolvidas na cidade. Caracteriza-se pela possibilidade de criar e fortalecer canais de comunicação e decisão entre Estado e cidadãos, através, principalmente das assembleias populares. A participação nas decisões comuns a um coletivo pode representar um importante movimento de construção da cidadania. Nesse sentido, Habermas demonstra que

[...] a cidadania democrática pode sustentar-se em seus próprios termos, e ainda estender-se para além de um *status* meramente legal, somente se puder ser resgatada em termos dos valores de uso do bem-estar social e do reconhecimento mútuo entre as variadas formas de vida existentes. A cidadania democrática desenvolve sua força de integração social – isto é, sua capacidade de gerar solidariedade entre estranhos – se puder ser reconhecida e valorizada como o mecanismo efetivo pelo qual a infraestrutura legal e material das formas de vida escolhidas é assegurada (1995, p. 44).

Assim, esse estreitamento das relações entre Estado e cidadãos pode contribuir para que a gestão pública se aproxime das questões significativas do cotidiano da população que, desse modo, evidenciam suas necessidades e seus anseios nesse espaço político.

Fedozzi (2000) – ao pesquisar o OP, mais especificamente o modelo implementado em Porto Alegre (OP-PoA), que é uma das referências atuais desse modo de gestão, no Brasil e no mundo – destaca que a democratização do poder local que foi realizada por meio do OP não era inédita em nosso país. Segundo o autor, anteriormente ao OP-PoA houve outras “[...] gestões participativas, especialmente nas décadas de 1970/1980 [...]” (p. 37), como as experiências de participação na gestão local que foram desenvolvidas em municípios como Lages (SC), Boa Esperança (ES), Diadema (SP) e Recife (PE). Aponta também que, em consequência de sua qualidade, da continuidade administrativa e da legitimidade alcançada, o OP tem se revestido de condições que o transformam em referencial para outras cidades que desenvolvem modelos de gestão parecidos.

Na organização de responsabilidades relativas à realização das políticas urbanas, constitucionalmente compete esse papel aos municípios, que são os responsáveis pela administração dessas políticas. Vislumbrar o desenvolvimento no contexto da globalização e o enfrentamento das condições precárias em que vivem muitos cidadãos são desafios que estão postos para as gestões municipais. O processo em que os municípios brasileiros se encontravam no contexto em que o fervilhar da participação direta das organizações sociais representativas acontecia, caso do Orçamento Participativo, era o da “reconquista da autonomia municipal institucionalizada com a constituição Federal de 1988, à elevação das receitas e à descentralização político-administrativa [...]” (AZEVEDO; GUIA, 2005, p. 77).

Assim, a participação popular no sentido de apontar encaminhamentos para as questões urbanas pode ser uma possibilidade para o alcance de suas necessidades cotidianas. Isso poderia resultar em um alcance social mais abrangente das políticas públicas, uma vez que possibilitaria a entrada, em cena, dos diferentes atores sociais. Compreender que cabe ao cidadão um papel importante para a constituição de direitos não rompe com a responsabilidade atribuída, também ao Estado, na garantia destes. A ideia de participação política aqui apresentada guarda relação com a possibilidade do envolvimento da população na ordenação e reordenação das diferentes cenas da vida cotidiana, de se posicionarem enquanto sujeitos da ação política, os *novos atores sociais*, como definido por Sader (1988, p. 60). Essa postura participativa poderia contribuir para a desconstrução das manobras pré-estabelecidas, seja por políticos ou por burocratas, o que seria importante para constituir diferentes feições para a execução das políticas públicas, trazendo à cena política as demandas apontadas como necessárias pela população.

Outro aspecto que pode ser relevante quando se considera a participação da sociedade civil nas instâncias participativas institucionalizadas é a possibilidade de surgimento de dilemas relativos à “[...] preservação da autonomia dos movimentos sociais e outros grupos organizados, de sua capacidade mobilizatória e de seu fortalecimento. Os riscos de desmobilização, instrumentalização e cooptação constituem uma questão bastante abordada nas discussões sobre ação coletiva” (BRASIL, 2009, p. 37). E, concordando com a autora, esses aspectos são colocados como desafios que necessitam ser analisados e enfrentados, de modo a não descaracterizar tais movimentos e grupos.

E mais especificamente em relação ao Orçamento Participativo, é possível considerar que ele não está distante dessa situação, da desvirtualização dos interesses que agregam seus participantes, uma vez que tais sujeitos não estão imunes à realização de práticas antidemocráticas ou de depositarem interesses particulares à frente dos interesses coletivos.

Assim, quando se trata da relação entre Estado, com os aspectos inerentes aos arranjos da política e os interesses que movem a participação dos diferentes sujeitos da sociedade civil, torna-se fundamental considerar que tais situações conflituosas, desmobilizadoras podem constituir um quadro de alienação, de despolíticação ou de favorecimento apenas de interesses restritos ou individuais. Uma ilustração para essa situação diz respeito à possibilidade de cooptação das lideranças de movimentos reivindicatórios por parte do Estado. Tal cooptação aconteceria orientada por interesses – tanto do Estado, que assim enfraqueceria tais movimentos com a ausência, mesmo que temporária, desses atores que mobilizam e são referências em suas militâncias, como também da própria liderança, que, caso estivesse movida por interesses próprios, abandonaria a causa pela qual lutava para satisfação de algo particular –, negando a sua essência, característica principal dos movimentos sociais, qual seja, o interesse coletivo.

Em relação às intervenções na execução da política municipal, o OP não resulta necessariamente em garantia de políticas públicas diversificadas, que atendam a diferentes campos de atuação do Estado, uma vez que no caso das experiências desse tipo de gestão, no Brasil, nota-se uma tendência a enfrentamento restrito, principalmente devido aos baixos volumes de recursos financeiros que são destinados para a execução do OP. Contudo, diante de um histórico de urbanização incompleta que se arrasta por muitas décadas, a (re)estruturação espacial em locais pouco favorecidos pode ser considerada como um aspecto positivo.

No caso do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, Costa (2003) evidencia que uma parcela significativa de obras e recursos do OP está concentrada em Vilas e Favelas, “[...] já que concentram também significativa parcela de carências sociais, urbanísticas e ambientais” (p. 122). Ainda segundo Costa, para a realização dessas obras, foi instituída, a partir do OP 1998, a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Global Específico (PGE)<sup>12</sup>.

Assim, considerando a questão da participação política no OP, haveria, ainda, a possibilidade da intervenção da população no arranjo das políticas públicas. Ao fomentar a participação dos muitos sujeitos que antes não tinham seus anseios audíveis devido às poucas possibilidades de debate efetivo com o Estado, o OP contribuiria para o rompimento da situação de distanciamento das muitas ações relativas ao desenho da política a ser executada, tais como as fases de elaboração e de avaliação, seja na perspectiva da urbanização ou na estruturação de espaços que viabilizem a implementação de programas sociais.

Porém, não significa que não houvesse, anteriormente, a mobilização da população no sentido de evidenciar seus anseios e necessidades em relação ao que consideravam importante no panorama da política pública, ou, ainda, que o OP seja um modelo acabado de administração

---

<sup>12</sup> Instrumento previsto no Plano Diretor de Belo Horizonte que foi aprovado em 1996, visando às intervenções nas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) – situação que se aplica às vilas, favelas e conjuntos (COSTA, 2003).

orçamentária que funcione perfeitamente. Compreendo que há questões no Orçamento Participativo que necessitam de modificações – exemplifico, aqui, a própria questão dos recursos financeiros que normalmente são direcionados para a realização dos OPs.

Porém, há que se considerar que, diante dos muitos conflitos históricos que tivemos em nosso país, motivados inclusive pela pouca inserção e diálogo entre a população e o Estado, e, também, da pouca transparência na gestão do dinheiro público, o desenvolvimento de um modelo de administração do orçamento em que os cidadãos estão diretamente envolvidos, como acontece no OP, contribuiria para a entrada da população em questões que antes eram bastante distanciadas. Poderia até mesmo contribuir na constituição de um processo educativo de participação no trato das questões públicas. E, ao que se nota no caso de Belo Horizonte<sup>13</sup>, tanto em relação aos números, quanto às demandas apresentadas, a população se faz presente.

A possibilidade de trazer diferentes atores sociais – lideranças comunitárias, técnicos, representantes democraticamente eleitos e a população em geral – ao debate público, com anseios diversificados, conforme mencionado anteriormente, pode contribuir inclusive para o fortalecimento da democracia participativa, sendo possível o desenvolvimento da prática educativa da democracia por meio da realização dos movimentos de participação popular – OPs, Conselhos, Conferências – e a abordagem da renovação participativa dessas instâncias. Avritzer (2004), em pesquisa sobre o associativismo em São Paulo, demonstra que a participação em associações civis permite aos envolvidos o contato com a democracia, praticando-a em um universo mais restrito – caso das associações –, possibilitando-lhes aprender a se relacionarem com o Estado, o que contribui para que possam defender seus interesses.

Trazendo a dialética de formação da ação democrática dos sujeitos, como evidenciado anteriormente por Avritzer, é possível considerar que essa lógica pode estar presente no desenvolvimento do Orçamento Participativo. Desse modo, o OP pode ser considerado uma ação democrático-educativa de se fazer política, uma possibilidade de educação cidadã. Essa ponderação é apresentada por Pereira (2008, p. 85), ao defender que o OP “[...] é efetivamente um instrumento de educação política, e não somente uma política de gestão mais democrática do que as demais”.

Esse apontamento da dimensão educativa que é possibilitada por meio do OP é apresentado também por Azevedo e Guia (2005, p. 81), que mencionam que a sua dinâmica “[...] é dotada de grande potencial educativo, significando ganhos em várias dimensões da cidadania”.

A capacidade de operacionalizar ações de natureza redistributiva (MARQUETTI; CAMPOS, 2008) é outro aspecto a se destacar na política democrática do Orçamento Participativo. Essa característica indicaria a possibilidade do enfrentamento de questões relacionadas à exclusão

---

<sup>13</sup> O *Quadro 1*, que se encontra na página 39, apresenta informações relativas ao número de participantes no Orçamento Participativo em Belo Horizonte.

de direitos, uma vez que contribuiria para ampliar o acesso da parcela da população que não se encontra inserida ao que temos socialmente constituído, direitos estes que estão pautados atualmente na Constituição, e entre eles podemos apontar também o *direito ao lazer*.

O lazer está inscrito como direito social desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, apresentado no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Art. 6º, assim citado: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. (EC nº 26/2000)” (2006, p. 20).

Pensar que o lazer está inscrito na lei magna como garantia de direito social pode representar um grande avanço no que tange à questão da busca de ampliação do acesso da população aos bens públicos. Porém, isso pode não ser o suficiente, como aponta Menicucci (2006), ao assinalar que, apesar de o lazer estar garantido como um direito social na Constituição, não houve definições sobre as estratégias orientadoras para concretizá-lo, e indica a ação ativa do Estado como fundamental para efetivar esse direito social, por meio de políticas públicas.

Ao acompanhar o cotidiano de muitas cidades brasileiras, é possível encontrar *retratos de exclusão urbana* dos direitos sociais: ausência de saneamento básico, que se evidencia no esgoto a céu aberto; habitações precárias e famílias sem moradia própria; dificuldade de atendimento no serviço público de saúde; e, no que tange ao lazer, aspectos relacionados à questão da ausência de espaços de lazer para a população de modo geral também pode ser percebida, principalmente nas periferias urbanas. Esses aspectos de negação de direitos fazem parte do cenário urbano e são visíveis a seus habitantes, que em diversas situações as vivenciam, ou, ainda, delas tomam conhecimento por meio dos noticiários.

A própria constituição do espaço urbano no Brasil é um retrato da negação de direitos. A ocupação das periferias das grandes cidades brasileiras – que foi impulsionada pela concentração de indústrias e mercados, e se manifestou de forma mais intensa na segunda metade do século XX – veio acompanhada da constituição da precariedade do modo de vida de seus habitantes, tanto os originados de áreas rurais que vinham para essas novas áreas de ocupação do espaço urbano, quanto os que nelas já se encontravam. Bem (2006, p. 1146) evidencia que faltava a eles

[...] uma infraestrutura adequada à sua reprodução. Isso se deve à histórica dicotomia entre Estado e sociedade no Brasil, que expõe um modelo de Estado constituído em franca oposição aos interesses populares, originando consequentemente modelos de industrialização e urbanização autoritários, desestruturantes e altamente expropriadores.

Nessa configuração de periferização das cidades, direitos como transporte público, educação, saúde e moradia eram – e não se pode dizer que deixaram de ser – realizados de forma precária e/ou inacessíveis a essa parcela significativa da população urbana.

A constituição de moradias é outro exemplo que pode ser identificado quando consideramos a questão dos problemas urbanos que ainda hoje não foram superados. Não é difícil encontrar vilas ou favelas nos grandes centros urbanos brasileiros que podem nos apresentar na concretude a necessidade da ação do Estado para a garantia da moradia aos cidadãos. É possível, nesses casos, nos depararmos com a carência que se dá em relação tanto à precariedade das construções e das condições da vida cotidiana de seus moradores, como também da dificuldade que amargam do não acesso à terra enquanto propriedade, uma vez que esta passa por processos de exploração, assumindo cada vez mais o valor de mercadoria. Assim, a questão do distanciamento do direito à moradia pode se caracterizar como evidência da manutenção de um problema que surge ainda na primeira metade do século XX, que se acentua de modo significativo no decorrer da segunda metade desse mesmo século e que chega aos dias atuais.

Contudo, os diferentes quadros de exclusões e de opressões que foram se constituindo no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX tiveram focos de insurreição popular, como demonstra Gohn (1995) em seu estudo sobre os movimentos sociais no Brasil. A autora faz um resgate da história dos movimentos e lutas realizados pela sociedade civil, especialmente pelas camadas populares, apresentando aspectos relativos às demandas e reivindicações que aconteceram no espaço urbano. É possível, aqui, compreender as contribuições que a participação popular trouxe para a constituição da cidadania, no panorama político brasileiro.

Os diversos movimentos sociais e as muitas mobilizações de diferenciados grupos, ao longo das últimas décadas, demonstraram a efervescente participação popular no que tange à questão de evidenciar o pensamento relativo tanto à questão política de modo mais amplo, como também de pontos relativos especificamente à implementação de políticas públicas. Movimentos como o *Diretas Já*, o de *Impeachment* do presidente Fernando Collor e o *Movimento dos Sem Terra*, todos de amplitude nacional, evidenciaram e evidenciam diferentes possibilidades e interesses de atuação da população no sentido de intervir na política. É importante lembrar que muitos dos movimentos populares surgem a partir de demandas constituídas no cotidiano social, que muitas vezes não são audíveis ao Estado, que, por consequência, não apresenta as respostas esperadas por esses grupos, seja pela ausência de sua atuação ao não apontar estratégias de enfrentamento, negando-as, ou ainda devido à implementação de ações que nem sempre caracterizavam os anseios da população no que diz respeito ao enfrentamento de questões consideradas importantes por elas.

Alguns aspectos são importantes para compreendermos a dinâmica de organização dos movimentos sociais urbanos, assim como sua natureza e organização. De modo geral, emergem da sociedade civil, são policlassistas, heterogêneos e o que os une é o tipo de reivindicação a que se propõem, o motivo pelo qual estão a lutar. Inicialmente são movidos para a agregação por uma “mera solidariedade grupal” (GOHN, 1982, p. 12); contudo, conforme apresenta esta autora, a prática cotidiana pode ser determinante para a formação de uma autoconsciência coletiva. E em relação ao aspecto da organização, ainda segundo Gohn, podemos considerar a constituição de uma desorganização, uma vez que muitos desses movimentos são movidos pela espontaneidade, tendo o mínimo de organização, apesar de possuírem, em alguns casos, uma organização formal e uma estrutura organizada de funções, sendo frequente o acúmulo de tais funções.

Essa caracterização dos movimentos sociais é perceptível no caso do OP, em que normalmente o que une a população participante desse processo é a busca pela melhoria das condições de vida a que estão submetidos, sem necessariamente se constituir, posteriormente, a formação de laços de participação. No entanto, a permanência e a atuação recorrente de alguns atores podem ser estimuladas, uma vez que, ao se enraizar o desenvolvimento de uma política como o OP, figuras como a das lideranças comunitárias podem assumir um papel importante na mobilização e na manutenção do movimento; este se inicia na percepção de uma demanda, passando pelo processo de mobilização dos moradores e culminando nas assembleias. Tal situação poderia contribuir com a aproximação de outros moradores que, uma vez dialogando, conheceriam as diferentes realidades sociais que os cercam, havendo, assim, a possibilidade de sensibilização com as questões sociais da região em que vivem. Há também a possibilidade de constituição de laços de sociabilidade<sup>14</sup> entre os sujeitos envolvidos no processo, o que seria fator de fortalecimento de sentimentos tais como solidariedade, pertencimento e responsabilidade coletiva.

Diferentes características podem ser identificadas no desenvolvimento do Orçamento Participativo, tais como a democracia, expressa na universalidade participativa e na reintrodução de elementos de participação local; a solidariedade; a eficiência e a equidade (AZEVEDO; FERNANDES, 2005; AVRITZER, 2003). Em relação à eficiência e à equidade, vale destacar que, uma vez apresentada essa possibilidade da participação popular na distribuição dos recursos orçamentários, ampliam-se as condições para que a população – especialmente a parcela que muitas vezes está excluída do acesso a diferenciados direitos – possa romper com essa lógica de não participação da distribuição do que temos socialmente produzido, o que a meu ver pode ser

---

<sup>14</sup> Lima (2000) demonstra a existência de diferenças entre os termos *relações sociais* e *sociabilidade*. Segundo esta autora, as relações sociais guardam na estruturação de uma coletividade a condição para o seu funcionamento e ocorrem mediadas por relações formais, determinadas pelo exercício de papéis, de acordo com as definições estabelecidas. Quanto à sociabilidade, ela é “marcada por relações espontâneas, pela pulsão gregária, que nos impele a viver socialmente [...]” (p. 86). Desse modo, compartilho com Lima esse conceito de sociabilidade, que será utilizado no decorrer da dissertação nesses termos.

considerado como um avanço na questão da cidadania<sup>15</sup>, do acesso da população aos direitos sociais.

No plano do enfrentamento da exclusão de direitos, a implementação do OP pode romper com a prática clientelista ainda comum no cotidiano de muitos municípios e de muitos atores políticos – aqui compreendida tanto na figura de pessoas que ocupam cargos políticos na gestão pública, como o de associações e lideranças populares. Contudo, estudos como o de Azevedo e Guia (2005) demonstram que, mesmo em um modelo de desenvolvimento da política pública, como é o OP, há tentativas de capturá-lo para manutenção dessas práticas. E afirmam ainda que, “[...] mesmo alguns dos ‘novos atores’ que emergem com o Orçamento Participativo (associações e lideranças populares) utilizaram métodos que (segundo certa perspectiva analítica) poderiam ser denominado de ‘neoclientelistas’” (p. 81). Tais práticas estão entre os fatores motivadores de alterações que buscam o aprimoramento institucional do OP.

No que diz respeito ao debate envolvendo os direitos sociais, Telles (2006) destaca a importância em se considerar os aspectos relacionados à reativação do sentido político presente nos direitos, de modo que rompam com a lógica de direitos como resposta às carências e necessidades, destacando ainda o papel político do cidadão/sujeito para a implementação dos direitos sociais.

Assim, vislumbro o entendimento de que os direitos sociais, em uma sociedade que se proponha fomentar o acesso da população às diversas políticas públicas realizadas pelo Estado, necessitam ser constituídos tendo por objetivo a valorização e o desenvolvimento paralelo dos diversos direitos previstos.

Por outro lado, muitas são as contradições e os conflitos cotidianos evidenciados no espaço urbano e que demandam diferentes frentes de ação política de sua população. Martins e Gomes (2009), ao analisarem o Estatuto da Cidade no sentido de compreender questões relativas à valorização e revalorização do espaço, apontam que os movimentos da sociedade civil lutaram em prol da reforma urbana nesse estatuto. Manifestam também que a (re)criação de direitos configura-se como ação resultante de grandes lutas. E, ao focarem a genealogia das lutas pelo direito à cidade, apontam que

[...] embora o desenvolvimento da cidadania para além de suas caricaturas despolitizantes não seja uma bagatela histórica, não se pode confundi-la com a própria democracia. Isso porque a modificação das situações de classe, enquanto fruto da cidadania, não altera os pilares sobre os quais a sociedade encontra-se estruturada e a partir dos quais se reproduz. Sabemos que a ampliação da cidadania implica uma ampliação na participação da riqueza socialmente produzida, que impõe modificações nas situações experimentadas pelas classes sociais [...] (p. 136).

---

<sup>15</sup> Temos, no clássico estudo de Marshall (1967), a apresentação dos direitos que estão diretamente ligados à noção de cidadania, ou seja, os civis, os políticos e os sociais.

Desse modo, analisando a realidade social que nos rodeia, há indicativos de que muito ainda precisa ser feito para que tenhamos a cidadania como demonstrada anteriormente – participação da riqueza socialmente produzida.

Tal riqueza, material e imaterial, ainda é dividida de modo desigual em nossa sociedade. Inclusive, no que diz respeito ao modo pelo qual se consideram alguns direitos sociais, do ponto de vista da ação do Estado, da execução de políticas públicas, é possível verificar essa desigualdade quando se trata dos recursos que são encaminhados para as diferentes pastas que se ocupam das políticas sociais.

Ao fazer uma análise do orçamento de órgãos públicos que atuam diretamente com ações de lazer – por exemplo, em secretarias de esportes, e vale lembrar que o lazer não está restrito apenas às secretarias de esportes – é possível notar que, em relação à distribuição do orçamento, há uma evidente insuficiência de recursos para essas áreas, em diferentes municípios. Aliás, quando se faz uma aproximação *in loco* das gestões públicas relativas ao esporte e ao lazer, a fim de analisar a própria questão de ter ou não uma secretaria que se ocupe dessas ações, nota-se que em muitos casos não é comum a existência desse órgão na estrutura dos municípios. Em alguns casos, o que existe são departamentos – de esporte e/ou lazer – no lugar da secretaria.

Nesse sentido, se não há nas estruturas do Estado setores que discutam e viabilizem as ações de esporte e lazer, a própria questão de destinação de recursos, de organização do planejamento financeiro relativo a esses campos pode ficar comprometida; ou seja, para que se execute a política pública focalizando o lazer é necessário que haja a previsão de orçamento por parte do Estado. Essa deficiência de recursos financeiros pôde ser constatada pela pesquisa realizada por Linhales et al. (2008), que apresenta um panorama recente em relação às políticas públicas de esporte e lazer na Grande-BH<sup>16</sup>. Este estudo demonstra que, segundo os gestores entrevistados, no que diz respeito a essas políticas, “[...] os recursos financeiros destinados aos setores de esporte e lazer nos municípios não são suficientes para a realização das ações” (p. 44).

É provável que essa situação de precariedade financeira possa acarretar também precariedade no atendimento, ou até mesmo possa representar o não atendimento à população. Contudo, existe a possibilidade de constatação de uma tendência de transformação desse panorama de precariedade, como, por exemplo, ao referenciar os esforços recentes relativos à política desenvolvida no âmbito do governo Federal, tanto em relação à criação do Ministério do Esporte<sup>17</sup>, que pode representar uma referência da política a ser implementada nas temáticas do Esporte e do Lazer, quanto das ações que foram possibilitadas em muitos municípios brasileiros por meio de

---

<sup>16</sup> Composta por 13 municípios, a saber: Belo Horizonte, Betim, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Ibirité, Nova Lima, Confins, São José da Lapa, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Contagem, Sabará e Santa Luzia.

<sup>17</sup> A criação do Ministério do Esporte, representando uma pasta própria no arranjo da política federal data do ano de 2003. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>.

parcerias com esse ministério. Porém, considerando a perspectiva do lazer e do esporte no bojo dos direitos sociais – e, assim sendo, há a responsabilidade do Estado em garantir o acesso da população a essas ações –, é possível identificar que ainda necessitamos de muitos avanços no campo dessa política pública, que existem desafios diversos a serem superados.

Compreendo ser importante o enfrentamento desse hiato na política pública de lazer, tanto pela importância da tentativa de ampliação das ações do Estado, neste campo, como por acreditar que o lazer pode se configurar como um dos componentes do cotidiano a (re)significar a vida dos cidadãos brasileiros.

Assim, entendo que a busca política para a conquista paralela dos variados direitos sociais, em uma perspectiva que os veja como complementares, uns aos outros, poderia ser vista como possibilidade para a constituição de um bom nível de qualidade de vida para os cidadãos. E a participação da população na política, tal como ocorre no Orçamento Participativo, pode se constituir como uma forma de exercitar a solidariedade entre os sujeitos e, também, em ampliar o leque de expectativas em relação ao papel do Estado, na questão do desenvolvimento das políticas públicas. Nesse sentido, no que tange à questão de compreender o OP como procedimento de construção de políticas, Wampler (2003, p. 66) contribui apontando que

[...] como uma instituição de elaboração de políticas públicas, o OP tem o potencial de tornar mais eficiente o uso dos recursos escassos em função da criação das comissões que capacitam os cidadãos a monitorarem a qualidade das obras e o gasto específico de cada projeto [...].

Ainda segundo Wampler (2003), essas comissões assumem um papel de fiscalizadores da aplicação dos recursos, acompanhando se são utilizados de forma eficiente e dentro dos aspectos legais. O autor chama a atenção para o fato de que estas comissões podem cair no risco de atuarem automaticamente ou de travarem o processo ao criar ineficiências excessivas.

Analisando algumas das experiências implementadas por meio do Orçamento Participativo, considerando os resultados que foram compilados nas últimas duas décadas, é possível constatar que o OP viabilizou o enfrentamento de muitos desafios apresentados para a gestão pública em diferentes municípios brasileiros. Nesse sentido, Avritzer (2003; 2004; 2005) contribui citando diferentes contextos de gestões municipais que prezaram pela participação da população nas definições orçamentárias, tais como Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo.

A experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, desde o início de sua implementação, constituiu-se como referência para a realização dessa prática democrática em variadas cidades. Genro e Souza (1997), ao apresentarem suas considerações sobre a experiência do Orçamento participativo de Porto Alegre, demonstram também algumas estratégias que são

utilizadas para a sua realização. Outro fato interessante sobre o OP de Porto Alegre é apresentado por Dias (2002), ao pesquisar a dinâmica do OP e da Câmara Municipal de Porto Alegre, demonstrando que, passados muitos anos da implementação do OP nesse município, há por parte dos vereadores a postura de *respeito*, quando se trata de questões relacionadas ao OP que chegam até eles. Entre os fatores que a autora aponta para esta postura dos vereadores, está a questão do *constrangimento* que passam ao temer um retorno negativo da população, uma vez negada uma solicitação vinda do OP. A questão do retorno da população poderia ser convertida em negação posterior relacionada aos votos, o que comprometeria o desejo daqueles que quisessem se candidatar a uma nova eleição.

Belo Horizonte também vem assumindo um lugar marcante no que diz respeito à trajetória de desenvolvimento do OP. Esse município vem construindo a experiência da participação popular no orçamento há mais de 15 anos, e nesse período recursos financeiros públicos foram destinados à execução de obras diferenciadas. O Orçamento Participativo de Belo Horizonte, iniciado em 1993, vem contribuindo ao longo dos anos para o fortalecimento da participação dos mais diversos segmentos sociais no desenvolvimento da política municipal, através da participação nas tomadas de decisões relativas à realização de obras em diferentes localidades da cidade.

A gestão pública participativa é uma experiência de governo que vem acontecendo também em outros países, como percebemos em Gugliano (2006), que apresenta o estudo que fez sobre o OP de Montevideu (Uruguai). Este processo teve início após a descentralização participativa implementada no ano de 1990. Segundo esse autor, existem diferenças entre o modelo pelo qual se orientam no OP de Porto Alegre, em que há uma estrutura específica para desenvolvê-lo, e o formato em que o orçamento participativo em Montevideu é desenvolvido. Ele menciona que não há neste modelo uma estrutura própria para o OP e as “[...] discussões sobre o orçamento municipal acabam sendo integradas a uma dinâmica mais ampla de participação dos cidadãos na gestão pública, fato que fortalece a capacidade da comunidade interferir no planejamento global das políticas municipais” (p. 62). Mesmo com as diferentes nuances, há que se considerar que tanto os modelos que temos como referência do OP no Brasil, como o formato de participação pública no orçamento municipal que é desenvolvido em Montevideu contribuem para ampliar as possibilidades de interferência da população na tomada de decisões sobre a forma de utilização dos recursos financeiros do Estado.

Portanto, ao abordar o Orçamento Participativo, na perspectiva de uma política pública implementada pelo município de Belo Horizonte, torna-se fator fundamental para a presente pesquisa assumir uma postura que o considere em suas múltiplas perspectivas, seus avanços e limites. Essa questão orienta para que se tenha o olhar atento para os possíveis fatos encontrados.

Conforme apresentado na literatura, apesar de ter uma proposta inovadora de elaboração de políticas, o OP pode ser apropriado por interesses outros, que não o de desenvolvimento da participação e da democracia, de modo a engessá-lo, negando, assim, a perspectiva de tornar-se uma prática democrática e transformadora, de estrutura mutável, que contribuiria para romper com antigas, mas ainda presentes, práticas clientelistas.

É na tentativa de conhecer e analisar os processos que levam à reivindicação e à construção da Área de Lazer, por meio do OP, que fiz a imersão no cotidiano e o levantamento dos dados desse equipamento de lazer. Os fatos, relatos e movimentos apresentados no decorrer dessa etapa da pesquisa encontram-se a seguir.

## 1.2 O Orçamento Participativo em Belo Horizonte: diferentes formas de seu desenvolvimento e da participação popular

A implementação do Orçamento Participativo em Belo Horizonte teve início em 1993, na gestão do então prefeito Patrus Ananias. Nesse período e no decorrer dessa década, houve também em outras cidades do país a efetivação desse modo de se fazer política pública. Observa-se a proliferação das instâncias de participação nos governos locais, das mais diversas formas e características, evidenciando diferentes alcances e qualidades dos processos participativos e deliberativos (BRASIL, 2009).

Neste ano de 2010, o OP completa 17 anos desde a sua primeira experiência em Belo Horizonte. Desde então, passou por algumas mudanças estruturais<sup>18</sup>, tais como a periodicidade da realização das assembleias do OP Regional, que até o ano de 1998 foram realizadas anualmente, passando a ser realizadas a cada dois anos a partir de 1999, e a criação de diferentes modalidades do Orçamento Participativo. O OP Regional está atualmente sob a responsabilidade da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento (SMAPL), que é subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação (SMPL). Há uma gerência denominada Gerência de Orçamento Participativo (GOP), que está diretamente ligada à SMAPL e que tem a responsabilidade da coordenação, formulação, implementação e do monitoramento do processo do Orçamento Participativo Regional e Digital no Município.

A experiência construída ao longo dos anos por meio do OP em Belo Horizonte possibilitou a inovação de seu formato, que teve modalidades como o Orçamento Participativo da Habitação<sup>19</sup> (OP Habitação), o Orçamento Participativo da Cidade<sup>20</sup> (OP Cidade) e, a partir do ano de 2006, a implementação do chamado Orçamento Participativo Digital (OP Digital). As questões que busco conhecer e analisar na presente pesquisa guardam estreita relação com OP Regional, por isso optei por fazer, a seguir, apenas algumas considerações a respeito das outras modalidades de Orçamento Participativo, relacionando-os em alguns aspectos ao OP Regional. Percebo, desse modo, a possibilidade de apresentar aqui a sugestão para futuras pesquisas que abordem as demais

---

<sup>18</sup> Estas e outras informações sobre o OP de Belo Horizonte estão disponíveis no Plano de Empreendimentos Orçamento Participativo 2009/2010, produzido pela Prefeitura de Belo Horizonte, a que tive acesso na gerência do OP da Regional de Venda Nova (mimeogr.)

<sup>19</sup> O Orçamento Participativo da Habitação é realizado a cada 2 anos.

<sup>20</sup> As informações relativas ao Orçamento Participativo da Cidade foram levantadas por meio do “Caderno de Textos” (Mimeogr.) e outros documentos disponibilizados pela Gerência de Orçamento Participativo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Informação. E por meio de arquivos digitais, disponíveis em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17428&lang=pt\\_BR&pg=6983&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17428&lang=pt_BR&pg=6983&taxp=0&).

modalidades do Orçamento Participativo, e a relação entre elas e a temática inerente ao lazer e, mais especificamente, ao surgimento, à construção de espaços de lazer.

O Orçamento Participativo da Cidade foi realizado em Belo Horizonte no ano de 1999. Conforme consta no *Caderno de Textos*, a intenção que se tinha ao realizar o OP Cidade era ampliar a participação da população na definição das políticas sociais e urbanas, focalizando a destinação orçamentária para os anos de 2000/2001. Assim, o debate ocorreu em torno da organização das prioridades relativas às ações da Prefeitura nas seguintes áreas: educação, saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte, turismo e eventos, assuntos da comunidade negra, abastecimento, desenvolvimento econômico, ações de planejamento e intervenções urbanas.

O processo de preparação para o OP Cidade teve início em dezembro de 1998, com a realização da Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (Pré-COMPOR), em que foram estruturados os principais problemas e as propostas para solucioná-los, além da eleição da Comissão da Cidade, que tinha por objetivo aprovar a execução do Orçamento no período, monitorar e fiscalizar as obras dos OPs Regional e da Habitação e preparar a Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias. Outras ações que ocorreram foram os Seminários de Gestão com a realização da análise dos problemas estruturados na Pré-COMPOR e a definição de medidas para seus enfrentamentos em cada setor; tais medidas faziam parte dos Planos Estratégicos Setoriais. Após essa fase, ocorreram as Conferências Setoriais com a apresentação dos Planos Estratégicos Setoriais. Por fim, foi realizada a Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias, ocasião em que aprovaram a hierarquização das ações que seriam desenvolvidas pela Prefeitura nos dois anos seguintes. Aconteceu também, nessa Conferência, a eleição dos membros que compuseram o Conselho da Cidade, e coube a esse conselho o acompanhamento da execução do orçamento e da gestão das ações que foram priorizadas.

Em relação ao OP da Cidade, percebi por meio dos documentos a que tive acesso<sup>21</sup> que as prioridades diziam respeito especificamente àquilo que seria indicado dentro de cada uma das áreas de atuação da Prefeitura, como consta anteriormente. Assim, é possível concluir que a indicação dessas prioridades inseridas nessas temáticas – Esporte, Saúde, Cultura, e outras – pode ter contribuído para a não concorrência entre os diferentes setores de atuação da Prefeitura, ao mesmo tempo em que contribuiu para trazer a população para o debate e o acompanhamento das políticas sociais e urbanas que seriam desenvolvidas no município de Belo Horizonte, sendo cada uma delas tratadas de acordo com suas especificidades. Essa questão ficou evidenciada por meio da análise do *Regimento da Conferência do Esporte*, uma vez que nele estavam descritas as estratégias

---

<sup>21</sup> Sobre a Conferência do Esporte, cito aqui dois documentos: “Regulamento da Conferência do Esporte” e “Registro da Reunião do Colegiado para sistematização de problemas apresentados”. Estes documentos foram disponibilizados pela Gerência do Orçamento Participativo (GOP), da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação (SMPOI) da PBH.

para o seu desenvolvimento, demonstrando que esta conferência era uma das ações realizadas dentro do OP da Cidade.

A construção das hierarquias de ações que foi apresentada pelos participantes da *Conferência do Esporte* (CONFES) é outro aspecto que destaco. Nesse processo houve, entre as prioridades apresentadas, a demonstração de existir um problema a ser enfrentado, no que diz respeito aos espaços de esporte e lazer na cidade. Essa questão surgiu relacionada à demanda por equipamentos de Esporte e de Lazer, que foi apresentada como um problema a ser solucionado na *política de esporte* do município. A apresentação das prioridades aconteceu na Etapa Intermediária<sup>22</sup> da Conferência do Esporte. No que diz respeito à prioridade *equipamentos de Esporte e de Lazer*, foram apresentadas como problemas para enfrentamento as necessidades de construção, otimização, ampliação, adaptação e manutenção de equipamentos. A inquietação em relação aos equipamentos de esporte e lazer, naquele momento, parecia estreitamente relacionada à disponibilidade de espaços que possibilitassem o acesso da população ao esporte e ao lazer.

Em relação ao *OP Regional*, que é realizado a cada dois anos nas nove regionais administrativas<sup>23</sup>, a participação da população acontece por meio das reuniões locais – nos bairros – e nas assembleias dos fóruns regionais, onde votam as obras que julgam importantes de serem desenvolvidas pela prefeitura, considerando o recurso disponível que é apresentado para cada uma das regionais. Vale destacar que nas outras duas modalidades do OP – o da Habitação e o Digital – existem algumas diferenças em relação ao formato do OP Regional.

No *OP da Habitação*, que teve início no ano de 1995 e se constitui como um instrumento da Política Municipal de Habitação, o desenvolvimento de obras voltadas para a construção de moradias é o elemento central de sua realização. Para isso, é debatido junto aos participantes do movimento de luta por moradia como será a destinação dos recursos orçamentários do município direcionados à produção habitacional, de modo a beneficiar as famílias organizadas em núcleos do movimento de luta por moradia. Desse modo, podemos concluir que há na modalidade do OP Habitação a priorização do enfrentamento da questão da moradia, segundo os critérios da política municipal de moradia.

Já no caso da mais recente reestruturação do OP, o *Orçamento Participativo Digital*, que foi implantado em 2006, as obras são pré-estabelecidas pela Prefeitura, contrapondo o modelo do OP Regional, em que os participantes indicam as obras que serão eleitas por eles e posteriormente realizadas pela Prefeitura. Na indicação das obras que serão votadas no OP Digital,

<sup>22</sup> A Conferência do Esporte, segundo consta nos documentos disponibilizados pela GOP, foi realizada nos dias 2, 5 e 6 de março de 1999. Ela foi organizada em 3 etapas: Eleição do colegiado; Reunião do colegiado e Definição de prioridades. Já na Fase Intermediária foram apontados os problemas existentes e a lista de recomendações, que foram encaminhados à SMES.

<sup>23</sup> Belo Horizonte está dividida administrativamente em nove regiões: Barreiro, Oeste, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Pampulha e Venda Nova.

a Prefeitura prioriza aquelas que podem ser consideradas como grandes obras, que resultarão em intervenções na cidade. A votação é permitida aos eleitores acima de 16 anos e que tenham domicílio eleitoral em Belo Horizonte, que podem escolher pela internet ou por telefone, dentre as obras apresentadas, aquela que consideram como mais importante.

Outro aspecto interessante sobre o OP em Belo Horizonte é a constituição da *Rede Brasileira do Orçamento Participativo*<sup>24</sup>. Criada no ano de 2007, em Belo Horizonte, tem como principais objetivos possibilitar o intercâmbio de conhecimento entre os municípios, buscar a superação dos desafios enfrentados pelas administrações e desenvolver o mapeamento das experiências brasileiras de Orçamento Participativo.

Desse modo, é possível concluir que a experiência do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, representado nas diferentes modalidades do OP, vem se enraizando e passando por inovações, desde a sua implantação em 1993 até o presente ano de 2010, quando temos agora a realização do OP 2011/2012. Nesse sentido, percebemos as significativas contribuições que o OP-BH vem apresentando para o desenvolvimento desse formato de gestão, apesar das arestas existentes – por exemplo, a demora de entrega de algumas obras, que terminam prejudicando a visibilidade do OP – e de novos desafios que possam surgir, e que, desse modo, poderão impulsionar novas alterações a fim de garantir o bom funcionamento do Orçamento Participativo.

As obras já realizadas por meio do OP em Belo Horizonte foram muitas e de diferentes interesses, tais como postos de saúde, escolas, creches, urbanização de ruas e becos, centros sociais, pontes, abrigo de ônibus, quadra em escola, velório, construção de passarelas, construção de parques, praças, quadras abertas e manutenção de áreas verdes.

Em relação à participação da população no Orçamento Participativo Regional de Belo Horizonte é interessante observar a variação e o crescimento em termos numéricos no decorrer dos anos. A tabela a seguir apresenta informações relativas às edições do OP 1994 até o OP 2009/2010, e nos dá a dimensão dessa participação.

---

<sup>24</sup> Informações sobre a Rede Brasileira do OP disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17234&lang=pt\\_BR&pg=6983&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17234&lang=pt_BR&pg=6983&taxp=0&)

Quadro 01: A participação da população no Orçamento Participativo Regional

OP	Nº de Participantes
1994	15 216
1995	26 823
1996	38 508
1997	33 695
1998	20 678
1999/2000	22 238
2001/2002	43 350
2003/2004	30 479
2005/2006	38 302
2007/2008	34 643
2009/2010	44 000
TOTAL	347 932

Fonte: PBH/Plano de Empreendimento Orçamento Participativo

Ao analisar as informações contidas na tabela, é possível perceber que, no decorrer da realização do OP, houve variações em relação ao número de participantes considerando as suas diferentes edições. Outro aspecto observado é o aumento do número de participantes. Comparando o OP/1994, que teve 15 236 participantes, com o OP 2009/2010, que teve uma estimativa de 44 000 participantes, é possível notar um aumento significativo de participação da população. Nota-se também que, no decorrer dos anos, houve a participação de um número significativo de pessoas, que totalizou 347 932, considerando-se desde o ano de 1993 – quando ocorreu o OP 1994 – até o ano de 2008 – ano de realização do OP 2009/2010.

Essa participação no OP Regional<sup>25</sup> acontece em diferentes etapas. Na primeira rodada, que é a fase Regional, acontece a entrega dos formulários de reivindicação de obras e a apresentação das diretrizes para seu preenchimento. Na segunda rodada, que acontece nas sub-regiões – Venda Nova está dividida atualmente em seis sub-regiões –, realizam-se a pré-seleção das reivindicações e a escolha dos delegados. A fim de possibilitar aos delegados eleitos conhecerem os empreendimentos pré-selecionados, acontece a Caravana Regional de Prioridades, quando o grupo passa pelas diversas obras indicadas nas sub-regiões pertencentes à Regional, de modo a

<sup>25</sup> As informações a respeito da organização do OP Regional constam no *Orçamento Participativo: caderno de metodologia. PBH.* (mimeog.)

conhecerem as diferentes realidades. Por fim, é realizado o Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias, quando acontece a aprovação do Plano Regional de Empreendimentos, em que constam as obras eleitas. Nessa etapa acontece também a eleição de representantes da Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA<sup>26</sup>). Esta comissão tem a responsabilidade de acompanhar a execução dos empreendimentos aprovados no OP, e, para isso, a Prefeitura desenvolve mensalmente reuniões com representantes do Orçamento Participativo para discutir o andamento da execução dos empreendimentos aprovados no Fórum de Prioridades Orçamentárias.

Até o ano de 2008, ao completar o 15º ano<sup>27</sup> de realização do OP Regional, foram construídas 1000 obras por meio do Orçamento Participativo. A Área de Lazer Jardim Leblon foi uma das obras construídas por meio da mobilização dos moradores da Vila Mãe dos Pobres, fruto da expressão de desejos da população no Orçamento Participativo. Assim, nota-se que houve, no OP Regional em Venda Nova, a possibilidade da concretização do desejo pela transformação do espaço, assumido na indicação da construção de um equipamento de lazer, oriundo da participação popular na decisão do gasto dos recursos públicos. Outro aspecto a observar é a possibilidade de este espaço se configurar como um equipamento de socialização entre os moradores e também como um lugar em que o acesso ao direito ao lazer seja estimulado.

---

<sup>26</sup> Informações sobre a COMFORÇA e as agendas de reuniões regionais para 2010 da COMFORÇA disponíveis em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17540&lang=pt\\_BR&pg=6983&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17540&lang=pt_BR&pg=6983&taxp=0&)

<sup>27</sup> Informações disponibilizadas no *Orçamento Participativo de Belo Horizonte: 15 anos* (mimeog.)

### 1.3 De Belo Horizonte à Venda Nova: o Arranjo do OP Regional em Venda Nova

O OP Regional em Venda Nova iniciou-se em 1993, quando foi realizado o *OP 1994*. Em 2008, o Orçamento Participativo de Belo Horizonte completou 15 anos de execução e, até então, muitas obras foram apresentadas, aprovadas e realizadas em diferentes bairros e vilas de Venda Nova. Até o ano de 2008, foi concluído em Venda Nova um total de 124 obras<sup>28</sup>, conforme dados apresentados no quadro a seguir, que está estruturado demonstrando o número de obras finalizadas de acordo com a edição do OP em que foi demandada.

Quadro 02: Obras concluídas pelo OP Regional em Venda Nova

<b>OP Regional VN</b>	<b>Obras Concluídas</b>
1994	32
1995	18
1996	08
1997	11
1998	08
1999/2000	14
2001/2002	14
2003/2004	12
2005/2006	07
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>

Fonte: Construído a partir de dados do *Plano de Empreendimentos Orçamento Participativo/PBH*

Quanto aos tipos de obras, é possível identificar que no OP Regional, considerando-se as 9 Regionais da cidade, foram pleiteados empreendimentos que abarcam diferentes interesses, sendo estes agrupados nas seguintes temáticas da política pública de Belo Horizonte: Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde, Social e Urbanização de Vila. Nesse período, no OP Regional de Venda Nova, a única temática que não teve indicação alguma foi a do Meio Ambiente. O mapa a seguir ilustra essa distribuição das obras

<sup>28</sup> As informações relativas aos dados do OP Regional constam no *Plano de Empreendimento do Orçamento Participativo 2009/2010*.

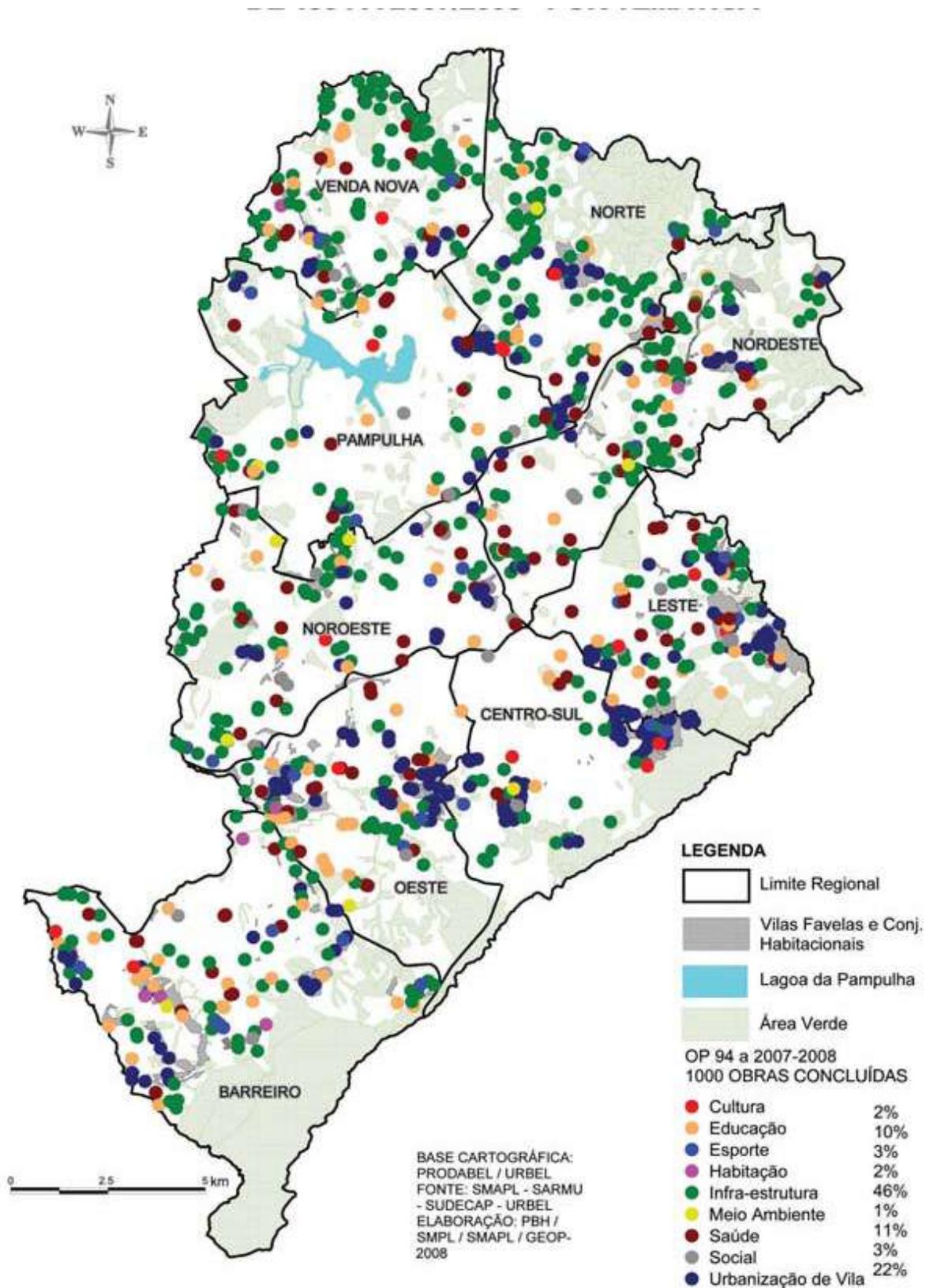


Figura 01: 1000 obras concluídas no OP Regional de 1994 a 2007/2008 por temática  
Fonte: Plano de Empreendimento Orçamento Participativo

Nota-se que um percentual significativo dessas obras concentra-se nas temáticas da *Infraestrutura e Urbanização de Vila*. Essa situação foi perceptível tanto na Regional de Venda Nova quanto nas demais Regionais de realização do OP.

O percentual de obras realizadas por temáticas é outra informação apresentada no mapa. Organizei um quadro com os percentuais de obras que foram concluídas no OP Regional, considerando os dados relativos a todas as 9 regionais de Belo Horizonte.

Quadro 03: Obras concluídas no OP Regional de 1994 a 2007/2008 por temática

<b>Temática</b>	<b>Percentual</b>
Cultura	2%
Educação	10%
Esporte	3%
Habitação	2%
Infra-estrutura	46%
Meio Ambiente	1%
Saúde	11%
Social	3%
Urbanização de Vila	22%

Fonte: Organizado por mim por meio de informações do Plano de Empreendimentos Orçamento Participativo

Essa concentração de demandas relativas à *Infraestrutura* e à *Urbanização de Vilas*, que ficou evidente no OP Regional, pode nos indicar a grande deficiência em que a população se encontrava – e em muitas localidades ainda se encontra – em relação aos aspectos da vida cotidiana ligados às estruturas existentes que possibilitam condições de vida mais satisfatórias, tal como ruas pavimentadas, com drenagem de água e rede de esgoto. Nota-se pelos percentuais existentes no quadro que essas duas temáticas juntas totalizaram 68% das obras concluídas. Ao analisar os percentuais existentes relativos às temáticas da *Cultura* e do *Esporte* – que compreendo como diretamente ligadas ao interesse por lazer – é significativo o fato de que ambas se fazem presentes no movimento do OP Regional. Isso pode se configurar como possibilidade de contradizer a ideia ainda recorrente de que *Lazer* não é uma demanda que a população tenha, ou ainda, que não se caracteriza como uma necessidade. Na somatória das temáticas *Cultura* e *Esporte* há um total de 5% de obras concluídas. Esse fato é interessante porque, quando se trata de demandas apontadas no OP Regional, pode significar a constituição de equipamentos que contribuirão para o acesso da população ao lazer.

Em relação à metodologia de realização do OP Regional em Belo Horizonte, é interessante ressaltar que ela passou por constantes modificações no decorrer do desenvolvimento do OP. Mas algumas características são comuns às variadas edições de sua realização. Como, por exemplo, a organização da cidade em nove *regiões* em que é respeitada a divisão administrativa vigente na cidade e cada uma dessas regionais está subdividida em regiões menores, as *sub-regiões*. Essa subdivisão acontece de acordo com critérios que podem variar entre uma edição e outra do OP Regional, determinando, desse modo, a flexibilidade do número de sub-regiões. No ano em que foi realizado o OP 1999/2000 – quando a Área de Lazer Jardim Leblon foi demandada –, a Regional de Venda Nova estava subdividida em 3 sub-regiões. Já para o OP Regional 2011/2012<sup>29</sup>, de acordo com os critérios estabelecidos para esta edição, a cidade foi subdividida em um total de 42 sub-regiões, distribuídas pelas 9 regiões administrativas. No caso de Venda Nova, esse OP Regional acontecerá tendo 6 sub-regiões.

Assim, podemos considerar que a continuidade do OP Regional está indicada para a cidade de Belo Horizonte, nas suas variadas modalidades. E na Região de Venda Nova, de modo bem próximo à população, o OP Regional configura-se como um instrumento de participação ativa nos gastos com obras públicas. Como demonstrado anteriormente, foi possível a realização de muitas transformações na paisagem de Venda Nova por meio do OP. Interessa-me aqui conhecer como foi o processo de desenvolvimento do OP 1999/2000, uma vez que foi neste que se deu a origem da Área de Lazer Jardim Leblon.

O desenrolar desse momento encontra-se a seguir, onde foi possível apresentar a aproximação que tive de diversos elementos marcantes dessa etapa da pesquisa e que me ajudaram a entender como se deu o surgimento da Área de Lazer.

---

<sup>29</sup> De acordo com o caderno de *Metodologia e Diretrizes do OP 2011/2012* (mimeog.) produzido pela PBH, foram utilizadas como referência para a divisão das sub-regiões nessa edição do OP as Unidades de Planejamentos (UP's) - que é uma metodologia de divisão espacial da cidade, utilizada pela PBH. Elas podem corresponder a uma ou mais UPs e atualmente são 80 UPs na cidade. Para a distribuição dos recursos do OP, são consideradas 79 delas – uma vez que a UP UFMG é área exclusiva do Campus da UFMG, não entrando nessa contagem. E estas foram reagrupadas constituindo as 42 sub-regiões do OP na cidade.

## 1.4 Área de Lazer Jardim Leblon como demanda no OP 99/2000: a expressão do direito ao lazer

No ano de 1998 foi realizado o OP 99/2000, em que a Área de Lazer, então manifestada ainda como um sonho, um desejo, foi apresentada e aprovada por moradores participantes dessa edição do Orçamento Participativo Regional em Venda Nova.

A solicitação para a construção da Área de Lazer foi apresentada por representantes da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres, que vinham de uma trajetória de participação no OP já constituída em outras edições. Ao que consta tanto em entrevistas realizadas com moradores e lideranças da região, como na compilação de obras do OP que estão citadas no Plano de Empreendimentos<sup>30</sup> que apresenta as obras até a edição do OP 2007/2008, esse grupo conseguiu apresentar e aprovar outras obras no OP Regional de Venda Nova.

A primeira obra que aprovaram foi no OP 1994, quando conquistaram a aprovação da solicitação de *urbanização da Vila Mãe dos Pobres*. No OP 1995, tiveram a aprovação da *urbanização do Beco São Luiz/São Joaquim*. No OP 1998, aprovaram a construção da *Creche comunitária Céu Azul*, e no OP 99/2000, tem-se a aprovação da construção da *Área de Lazer e Esporte*<sup>31</sup>.

Buscando conhecer como foi esse processo de reivindicação de uma área de lazer e esportes por meio do OP, realizei entrevistas com algumas lideranças da Vila Mãe dos Pobres, da Vila Apolônia e do Bairro Jardim Leblon e também com moradores. Também fiz visitas a alguns moradores da Vila, e, desse modo, me aproximei do que ela é atualmente, um lugar de residência de uma população que luta, trabalha e busca uma vida melhor, dos movimentos desenvolvidos para a superação de limites, espaciais e sociais. Homens e mulheres de diferentes faixas etárias, alguns que tiveram ali a possibilidade de garantir um teto para a sobrevivência de suas famílias, que vieram de outros lugares, de outras terras. Outros ali nasceram e fazem daquele e naquele lugar a sua vida, a sua história.

Assim, a compilação dos dados dessa etapa da pesquisa se deu por meio de atas, fotos, ofícios, abaixo-assinados, entre outros documentos, aos quais tive acesso por meio da Associação Comunitária Parque Jardim Leblon (Ascojale), da Gerência de Orçamento Participativo de Venda Nova (GOPVN), da Secretaria Municipal de Planejamento/Gerência de Orçamento Participativo e

---

<sup>30</sup> O *Plano de Empreendimentos: Orçamento Participativo 2009/2010* trata-se de material produzido pela Prefeitura de Belo Horizonte em que consta, como um breve histórico do OP BH, a relação das obras realizadas no decorrer dos 15 anos de OP por regionais, entre outras informações.

<sup>31</sup> Conforme consta no *Plano de Empreendimentos* citado anteriormente.

também de alguns documentos pertencentes à Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres (ASCVMP).

As entrevistas também foram muito significativas para indicar elementos relativos à fase de ocupação inicial dos bairros e das vilas, assim como das diversas fases da constituição da Área de Lazer – reivindicação, construção e apropriação –, uma vez que diferentes atores participantes do processo – lideranças comunitárias, moradores e gestores da prefeitura – contribuíram com seus olhares e vozes. Entrevistei 10 depoentes, seguindo critérios intencionais relativos à participação no processo de reivindicação e/ou participação na manutenção ou gestão da Área de Lazer, assim como aqueles que estivessem na condição de freqüentadores da Área de Lazer.

Desse modo, para a amostragem relativa às pessoas que participaram das entrevistas, utilizei como critério preferencial o envolvimento dos depoentes no processo de reivindicação do OP 1999/2000, considerando os moradores e as lideranças, totalizando nesse grupo a participação de seis pessoas. As outras quatro pessoas entrevistadas na pesquisa estavam diretamente ligadas à Prefeitura, uma vez que, nesse caso, além de buscar informações a respeito da forma de administração e construção da área de Lazer, eu tinha como intenção buscar conhecer se havia por parte dessas pessoas algum envolvimento no Orçamento Participativo – principalmente no caso do OP 1999/2000. Para essas escolhas, fiz um levantamento inicial por meio dos documentos e também no decorrer da observação participante que realizei na Área de Lazer Jardim Leblon. Alguns desses depoentes apresentavam um caráter híbrido quanto a essa natureza de categorização, uma vez que um depoente podia ser entrevistado enquanto funcionário da Área e no decorrer da conversa evidenciava elementos direcionados à sua condição de morador e liderança do bairro. Ou um gestor estaria diretamente ligado tanto à gestão de uma gerência na Prefeitura quanto à sua militância em movimentos sociais. Desse modo, assumi desde o momento da nossa conversa na entrevista a possibilidade de dialogar com essa especificidade, o que trouxe elementos muito significativos para a análise dos dados.

Esse mergulho, essa inserção que tive para tentar conhecer e compreender o movimento de luta desses moradores da Vila – e fora dela – evidenciou uma história, envolta por desafios e superações que teve uma parte dela marcada na união de seus moradores, que juntos buscavam a conquista de muitos direitos; entre eles, encontrava-se a reivindicação para a construção de uma área de lazer e esporte.

A constituição da Vila Mãe dos Pobres, segundo uma das depoentes<sup>32</sup>, data da década de 1970. E, segundo o que ela relatou, a vida era muito precária nessa vila – e provavelmente, em

---

<sup>32</sup> A citação de trechos das entrevistas que realizei para a pesquisa acontecerá respeitando o anonimato dos sujeitos, uma vez que a denominação utilizada não corresponde ao nome real dessas pessoas, conforme protocolado no COEP. Contudo, fica aqui a percepção que tive ao utilizar alguns trechos na escrita da dissertação. Avaliei que, caso

inúmeras outras vilas de Belo Horizonte e do Brasil. A própria ocupação e a organização daquele espaço, como que pude perceber, foram estimuladas, por um lado, pela necessidade das pessoas de constituírem moradia própria, e, por outro, devido à dificuldade de acesso a tão sonhada *casa própria*. Essa relação entre a necessidade de moradia e a constituição da Vila pode ser identificada na fala a seguir:

Aqui antes era uma área livre, não tinha nada na área, não tinha. [...] Olha, quando começou a construção dessa vila, tinha um padre aí que ajudava muito a comunidade. Assim, os primeiros moradores eu não acompanhei, porque quando eu cheguei aqui os moradores já estavam, né? Mas o que eles me contavam é que as pessoas estavam procurando um lugar para morar na época. E tinha essa área aqui desocupada (Depoente F).

Faltavam à população a água tratada, a rede pública de esgoto; a luz era escassa e as possibilidades de resolução desses e de outros problemas configuravam-se como algo muito difícil. A mobilização e a participação das lideranças juntamente com os moradores, nos movimentos de reivindicação, contribuíram muito com a transformação das diversas dificuldades que surgiam. O relato a seguir apresenta situações em que conseguiam algum apoio que estava ligado à *caridade* ou à dependência da *sensibilização* de políticos, que encaminhavam solicitações e apoiavam as lideranças. Ainda nesse relato, percebe-se também que a Igreja Católica era uma base de apoio marcante para a transformação dessa realidade precária.

O primeiro presidente já é falecido, que Deus o tenha, uma pessoa maravilhosa, chamava Luiz Gomes de Souza. Ele ajudou muito na Vila na época. O João Batista de Oliveira era vereador que apoiava muito a gente aqui na Vila. Na época ninguém tinha luz própria, ninguém tinha água própria (Depoente F).

[...] É, tipo uma área livre, inclusive ali embaixo passava um córrego, né? Que até hoje tem local aí que ainda mina água, igual eu te falei que tinha cisterna, e tudo, passava um córrego aí embaixo, né? Então chegou os primeiros e começou a construir barracos. Começou a construir barraco e esse padre na época, como ele não tinha condições de dar lote para todo mundo, né, pegou e apoiou as famílias. Apoiou na época que poderia, que eles poderiam e depois entrava em contato com a Prefeitura para ver como [...] podia fazer. (Depoente F).

Assim como em outras localidades da periferia de Belo Horizonte, a urbanização foi um processo que chegou a passos lentos e não raro os casos eram fruto de muitas lutas e mobilizações. Não foi uma situação dada e que tivesse atingido a todos de modo uniforme e igualitário. Do mesmo modo que nos Bairros Céu Azul e Jardim Leblon, essa desigualdade, essa exclusão de direitos podia ser percebida em outros Bairros de Venda Nova e também da região metropolitana de Belo Horizonte, que também tiveram na mobilização popular um meio de se desenvolverem. É o

---

tais sujeitos não estivessem anônimos, traria a possibilidade que se fizessem reconhecidos em suas falas, uma vez que o conteúdo não os comprometeria.

que demonstra o(a) Depoente I, que, na década de 1970 morou na região de Venda Nova, mudou-se para Betim, onde ficou por 3 anos, quando novamente retornou para Venda Nova, constituindo domicílio no Bairro Nova Iorque, lugar em que, segundo o entrevistado, mora atualmente.

O bairro que eu moro era um bairro de uma carência muito grande e eu comecei a participar orientando as lideranças também para que a gente pudesse unir, em torno de trazer os benefícios para Venda Nova, visando aqueles lugares que mais tinham necessidade, né? [...] E vim de um lugar, família pobre, sem pai, meu pai morreu eu tinha 6 anos de idade. Cheguei aqui em Belo Horizonte, fui morar de aluguel num bairro muito bom na época aqui em Venda Nova, que era o Bairro Letícia. Mas devido às minhas condições eu só pude ficar ali naquele lugar 6 meses. Aí eu fui morar em um lugar muito ruim, mas muito ruim mesmo! Lá em Betim. Morei em Betim 3 anos na Vila, onde que faltava de tudo, água, luz, telefone, esgoto, água tratada. [...] E lá, com 12 anos de idade eu fui participar de um movimento pelas melhorias da Vila onde eu morava. Mas era muito difícil, é, você não conseguia chegar no prefeito, você não conseguia chegar no chefe do gabinete do prefeito, é, você conseguia mal, mal, entrar dentro da câmara de vereadores, mas nunca recebido por eles. (Depoente I)

As condições de vida de muitos desses moradores, fora ou dentro das vilas, eram, de algum modo, parecidas. O asfalto não existia para uma ampla maioria da população. A grande dificuldade para a distribuição da água tratada, de modo que chegasse àquela parcela da população que não a tinha – e não eram poucos – constituía-se como desafio que precisavam enfrentar. Aliás, em se tratando da questão da água tratada, se antes o desafio estava posto diante da inexistência ou da ineficiência das redes de água tratada, que não chegava a muitas regiões, hoje podemos considerar que outro desafio para uma parcela da população pode ser representado pelos preços que são cobrados – dependendo da renda dessas famílias pode significar um grande peso para elas, mesmo sabendo que é um algo extremamente necessário.

Ouvi um relato de uma das depoentes que me levou a uma viagem em tempos de muitas dificuldades, tempos em que muitos desafios cotidianos eram vivenciados pela população. Para viver naquela metrópole da década de 1970, precisavam, em muitos casos, de buscar água em córregos ou em poços. Conforme a fala dela, o sustento da família vinha em parte do mato, que lhe proporcionava o acesso à taboa<sup>33</sup>, que era usada para confecção de esteiras e cestos que ela vendia.

Ali para baixo é um barranco. E cá embaixo era um brejo, inclusive ali era um taboa que, a minha vida que eu morei aqui, cortei taboa para esses lugares tudo aí. [...] Tudo! Fazendo esteira para vender, para poder alimentar os meus filhos, porque, eu não tinha, eu não tinha emprego, né? Meu marido também não estava empregado ainda (Depoente A).

---

<sup>33</sup> A taboa é uma planta que se encontra em locais alagados, especialmente em brejos. Segundo a depoente, de sua folha ela fazia as esteiras e os cestos, e de seu pendão, fazia o enchimento de travesseiros.

Ela me mostrou também uma cisterna que está em seu pequeno terreiro. Essa cisterna é utilizada por ela e por um filho que mora com a família no mesmo lote, que fazem uso dessa água há mais de seis anos. Ela relata que já teve água encanada, mas como a conta estava muito alta, optou – se isto pode ser considerado uma *opção* – por desligá-la e fazer uso apenas da água da cisterna, conforme o seu relato:

Eu uso, para tudo! Não tenho água da COPASA.<sup>34</sup> Deve ter uns seis anos que eu não tenho água da COPASA, ou mais. Eu só uso, porque quando nós chegamos para aqui, todo mundo usava era cisterna, que ninguém tinha água da rua. Todo mundo tinha cisterna. Quando chegou a água da COPASA, aí eles foram entupindo a cisterna. Todo mundo foi entupindo (Depoente A).

A água dessa cisterna é utilizada pelas duas famílias que residem no lote – uma parte de um lote, que foi dividido entre outros moradores. Ela mora em sua parte com o filho, em um barracão, e em outro barracão mora outro filho com a família dele. Em uma das vezes em que a visitei, pude ver que sua nora lavava roupas com a água tirada da cisterna. E é interessante citar que o uso da cisterna dificulta hábitos corriqueiramente confortáveis como o tomar banho em chuveiro elétrico, uma vez que a água para tal precisa ser retirada da cisterna e depois esquentada, o que, segundo ela afirmava, normalmente acontecia usando o fogão a gás. Ela disse não ter caixa d'água porque a água é retirada do poço com um balde. A seguir estão duas fotos que retratam essa cisterna.

---

<sup>34</sup> A COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) é a empresa responsável pelo tratamento e distribuição da água para a população do estado de Minas Gerais, assim como estão sob a sua responsabilidade o tratamento do esgoto e a manutenção da rede coletora.



Figura 02: A cisterna na metrópole  
Fonte: Luciana Cirino

Portanto, ao pensar no espaço urbano, fazendo o recuo por meio desses relatos a 30, 40 anos atrás, chega-se a um período de acentuada desigualdade e de distanciamento de direitos, acima de tudo do direito à dignidade humana. Dignidade esta que ainda nos tempos atuais, em nossa sociedade, muitas vezes parece distante para um número significativo de pessoas.

Temos muitas cenas de permanência de desigualdades, em nosso contexto social, que podem sugerir que ainda estamos de olhos fechados para essas situações de exclusão, ou talvez seja mais adequado dizer que as enxergamos, mas com um olhar distorcido, com a visão míope. Essa consideração se dá diante da constatação das dificuldades das condições de vida de uma parcela significativa de cidadãos brasileiros, que vivem nas mais diversas localidades de nossa cidade, estado e país em situações desfavoráveis à sobrevivência humana. E que tais condições ainda são pouco transformadas. Desse modo, permanece a sensação de que, quando fazemos o enfrentamento dessas exclusões, estamos ainda longe do necessário para a garantia de condições dignas de vida à população brasileira.

Vejamos a seguir algumas imagens que retratam um pouco do cotidiano de muitos moradores da Vila Mãe dos Pobres: aglomeração de barracões, alta densidade demográfica e poucos espaços abertos para a circulação e para a sociabilidade. Acredito que é possível encontrar as características identificadas nessa Vila em muitas outras Vilas e Favelas. As fotografias foram realizadas em um dos dias em que estive na Vila Mãe dos Pobres, visitando uma das lideranças da Vila. Após uma boa conversa com sua filha, fiz o registro fotográfico de lá. Duas fotografias

apresentam o espaço mais próximo à casa dessa liderança e foram tiradas no final do beco em que está sua moradia. Era um final de tarde e, em uma delas, há duas crianças conversando.



Figura 03: O espaço no cotidiano da Vila  
Fonte: Luciana Cirino

Temos, no conjunto da Figura 3, a representação tanto do espaço como de algumas possibilidades do cotidiano das pessoas que vivem na Vila. No canto inferior direito da fotografia, a manifestação do lazer na infância está evidenciada na ação de um garoto brincando de gangorra

com um pneu. Conforme é possível identificar por meio da Figura 3, a garotinha está em cima da laje de um dos barracões. Não há sempre uma delimitação física que separe o terreno entre os barracões, o chamado *limite da propriedade*; os muros nem sempre estão postos fisicamente na Vila, e, como podemos constatar por meio dessa foto, a parede do barracão parece ser o que separa. Nessa laje, as crianças brincam, imagino que outras pessoas caminham sobre ela e que possivelmente fazem uso dela, assim como eu fiz para fotografar. Inclusive, se notarmos a altura do varal é possível concluir que provavelmente a laje é utilizada para estender as roupas, uma vez que ele está bem próximo ao telhado da casa de baixo, a casa em que o menino está perto da porta. Possivelmente, existem barreiras subjetivas para a permanência nessa laje – e em outros espaços da vila – que não foram perceptíveis para mim, barreiras que se dão no cotidiano daqueles que ali vivem.

Passaram-se muitos anos desde o início da ocupação da Vila, contudo as condições de vida de seus moradores, tal como acontece em outras ditas *periferias* da cidade, mudaram pouco, no caso de Belo Horizonte. Isso pode ser dito se considerarmos que muito ainda há para ser feito, que são muitas as famílias que vivem na periferia da cidade e que demandam ações de melhorias onde moram. Mas se analisarmos o contexto da região metropolitana, veremos que novos – e também antigos – panoramas de precariedade estão instaurados em outros municípios. Um exemplo bem próximo da região de Venda Nova que podemos citar trata-se do município de Ribeirão das Neves. Possui uma área territorial de 154 km<sup>2</sup>, a população estimada de 349.307 pessoas, PIB per capita de R\$ 3.712,00 e a incidência da pobreza próxima a 20% da população<sup>35</sup>. Lá também uma parcela significativa de sua população vive sob condições de vida muito difíceis, especialmente aquelas que residem na área mais periférica do município, que, do ponto de vista da região metropolitana, seria a periferia da periferia.

Assim, a sensação de constrangimento diante da dificuldade do outro, da desumanização das condições de vida de parte da população da região metropolitana ainda persiste. E se os relatos valem como indicativo – e compreendo que valem – é a mobilização, o exercício político de se manifestar que pode se constituir como uma possibilidade de transformar esse panorama. Conforme evidenciou uma das lideranças da Vila Mãe dos Pobres que participou do processo de reivindicação da Área de Lazer, para eles esse foi o caminho. Essa consideração pode ser notada quando ele mencionou as obras que obtiveram por meio do OP, apresentando em sua fala as seguintes conquistas:

---

<sup>35</sup> Dados do Mapa de Pobreza e Desigualdade: municípios brasileiros 2003, do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

E aí tem essa Área de Lazer que você faz a pesquisa, tem... creche é, conseguimos aqui. Tem posto de saúde, é ABC, é, rua com asfaltagem, asfaltada já. É, vários benefícios para a comunidade! São tantos que eu até esqueço (Depoente D).

Desse modo, é possível constatar que foram muitas as transformações, as intervenções no espaço que se deram por meio do OP e que foram realizadas tanto diretamente nessa Vila como próximo a ela. De acordo com o relato de uma das lideranças, foram 5 obras realizadas ou na região ou dentro da Vila por meio do OP: a urbanização realizada na Vila, com a pavimentação de becos e a melhoria da rede de esgoto; a construção de uma Central de Abastecimento (ABC) no Bairro Céu Azul, em que a população pode comprar frutas, legumes e hortaliças a preços mais reduzidos; a construção de uma creche; a construção de uma escola; e também a construção da Área de Lazer Jardim Leblon. Esses foram os frutos originados da luta, da participação desse grupo no OP Regional de Venda Nova.

Outra liderança da Vila também indicou a importância da participação da população no processo de transformação da realidade social, da transformação do espaço. No decorrer da nossa conversa, ela manifestou a importância da união da população para a mudança do que antes era o *buracão* para o que depois foi transformado em *Área de Lazer Jardim Leblon*. Ela relatou que esteve envolvida no processo de participação dos OPs desde os primeiros movimentos de mobilização e participação de moradores. Dizia que antes mesmo da implantação do OP, já estava inserida no processo de reivindicação de melhorias de condições de vida para a população. Vejamos o trecho a seguir:

Junto com o Messias desde as primeiras obras. Participei junto com o Messias, mobilizando a comunidade, chamando a comunidade para as reuniões, né? Da importância da gente estar junto para conseguir, transformar aquele buracão lá numa área, numa área de lazer que fosse trazer benefício para as crianças da comunidade (Depoente F).

[...] Aí eu senti esse gosto e vi a necessidade, que a comunidade precisava buscar benefício, água própria, luz própria, saneamento básico, vários muros de arrimo que foram feitos, é, mas isso com o Messias já, né? E começou com o primeiro ano do Orçamento Participativo. Nós conseguimos uma obra muito importante. Ela não é localizada dentro da comunidade, porque nós não tínhamos espaço, porque se a gente tivesse espaço nós teríamos um centro de saúde dentro da comunidade. Na época o Centro de Saúde Céu Azul era lá em Neves, então a comunidade mobilizou e trouxe esse centro de saúde para dentro do Céu Azul, que é próximo da Igreja São José. O primeiro Orçamento Participativo nós ganhamos. Aí o segundo Orçamento Participativo que nós mobilizamos a comunidade toda, nós conseguimos uma creche [...] (Depoente F).

Analisando esse relato, que evidencia a voz de uma liderança, percebemos que a própria participação nos movimentos de luta por melhorias na Vila contribuiu para a formação de uma base

participativa no OP, em que ela e outras pessoas estavam inseridas. A luta por ônibus, rede elétrica, saneamento básico e outras reivindicações contribuiu para a união daqueles moradores. Essas pessoas estavam tanto dentro da Vila como fora dela. O relato a seguir evidencia a participação de uma moradora do Bairro Jardim Leblon no OP Venda Nova. Ela vive nesse bairro há mais de 31 anos e demonstra como foi a sua participação em algumas edições do OP:

Não, eu participei daquelas reuniões do Messias, né? Bastante tempo, eu não lembro quanto tempo foi não, mas foi bastante tempo. Então [...] foi umas duas vezes numa reunião lá na prefeitura que ele levou todo mundo lá com ele. (Depoente A).

Assim, acredito que essa mobilização e a participação dos moradores em busca de melhorias de vida, da inserção da população nos debates que envolviam as questões comuns a todos contribuíram para a conquista de tantas obras no OP.

Uma demonstração do que representou a luta dos moradores em busca de melhorias encontra-se a seguir, sendo, nesse caso, a construção de uma escola. A fotografia foi realizada de cima da laje da casa da liderança comunitária, o que possibilitou que eu tivesse uma visão panorâmica da Vila. Vejamos a figura a seguir:



Figura 04: A escola Municipal e a Vila  
Fonte: Luciana Cirino

Na parte superior da fotografia, onde há uma edificação pintada de branco com janelas coloridas, encontra-se uma escola Municipal. Ela é uma das obras que foi construída por meio da participação popular, da reivindicação no OP Regional. Inaugurada recentemente, possibilita aos estudantes da região mais próxima a ela maior facilidade para estudar, especialmente os moradores da Vila.

Assim como a escola, a Área de Lazer Jardim Leblon foi outra obra demandada pela população nesse movimento de melhorias das condições de vida. Tais melhorias possibilitaram tanto aos moradores da Vila Mãe dos Pobres, quanto os demais moradores de bairros vizinhos, o acesso ao espaço como possibilidade de lazer. Para aqueles, um espaço mais amplo do que os que eles possuem para crianças e jovens se relacionarem dentro da Vila, e, para todos – dentro e fora da Vila – um espaço comum para o lazer, espaço de sociabilidade<sup>36</sup>. Vejamos, então, como foi o processo de reivindicação e construção da Área de Lazer Jardim Leblon.

---

<sup>36</sup> Lima (2000) demonstra a existência de diferenças entre os termos *relações sociais* e *sociabilidade*. Segundo ela, as relações sociais guardam na estruturação de uma coletividade a condição para o seu funcionamento, que ocorrem mediadas por relações formais, determinadas pelo exercício de papéis de acordo com as definições estabelecidas. Quanto à sociabilidade, ela é “marcada por relações espontâneas, pela pulsão gregária, que nos impelem a viver socialmente, [...]” (p. 86). Compartilho com a autora esse conceito de sociabilidade.

### 1.4.1 Área de Lazer Jardim Leblon: a manifestação dos desejos expressos do *buracão* à Área

No ano de 1998, a população das diferentes regiões de Belo Horizonte pôde participar coletivamente do OP Regional 1999/2000. As decisões que saíram desses fóruns democráticos puderam se materializar nas diferentes obras que foram construídas posteriormente. Desse modo, essas transformações que ocorreram no espaço foram possíveis em virtude das decisões tomadas pela população, que, ao participar apontando a destinação de uma parcela do dinheiro público, contribuiu inclusive para modificar situações de precariedade cotidiana no modo de vida de muitas pessoas.

Essas mudanças, no caso das obras que foram indicadas no OP Regional em Venda Nova, estão materializadas atualmente por meio da edificação ou reforma de escolas e postos de saúde, a reforma de centro cultural, a canalização, drenagem e pavimentação de córregos e a nova pavimentação ou reforma das já existentes em ruas e becos de locais variados. A realização dessas obras demandou o envolvimento de diferentes secretarias, autarquias e gerências da Prefeitura, tais como a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e as gerências regionais do Orçamento Participativo.

Entre tais obras, a construção de uma área de esporte e lazer foi evidenciada pelo grupo que representou o desejo da Vila Mãe dos Pobres, que, unida por um propósito, obteve êxito no decorrer do OP 99/2000, quando alcançaram a aprovação da Área de Lazer junto aos demais participantes do OP Regional Venda Nova.

Essa indicação surgiu a partir da Vila Mãe dos Pobres, que evidenciou essa obra como desejo prioritário dentro da sub-região da qual participavam, a sub-IV, que é composta pelos bairros e vilas pertencentes às UPs Céu Azul e Piratininga. A unidade de Planejamento Céu Azul<sup>37</sup>, da qual a Vila Mãe dos Pobres faz parte, é composta atualmente também pelo bairro Céu Azul e Kátia, além das Vilas São José, Satélite e Vila dos Anjos. Já a UP Piratininga está composta atualmente pela Vila Santa Branca, Vila Piratininga A, Vila Santa Mônica e pelos bairros Lagoinha, Lagoa, São Paulo (Piratininga), Letícia, Rio Branco, Flamengo e Lagoinha Leblon.

De um total de R\$ 7.190.100,00 que foi distribuído para o OP Regional Venda Nova do ano de 1999/2000<sup>38</sup>, R\$ 422.600,00 foram destinados para a obra aprovada da construção da Área de Lazer Jardim Leblon, segundo consta no quadro de Distribuição de Recursos para o OP 99/2000.

---

<sup>37</sup> Informações relativas à organização das sub-regiões para o OP 2011/2012 disponibilizadas no *Caderno de Metodologia e Diretrizes Orçamento Participativo 2011/2012- PBH*.

<sup>38</sup> Essas informações constam no *Plano Regional de Empreendimentos OP 99/2000-PBH* disponibilizado pela Gerência Regional do Orçamento Participativo – Venda Nova.

Quadro 04: Distribuição de recursos para o OP 99-2000

Regional	Infra-estrutura urbana	Urbanização de vilas	Educação	Saúde	Esporte e lazer	Meio ambiente	Total
<b>Barreiro</b>	4 795 600	1 261 800	206 700	217 900	782 700	-	7 264 700
<b>Centro-sul</b>	2 202 100	22 858 000	866 400	193 400	-	-	5 547 700
<b>Leste</b>	2 019 900	3 363 400	1 056 900	411 800	-	-	6 852 000
<b>Nordeste</b>	3 790 200	887 700	1 619 100	903 000	-	-	7 200 000
<b>Noroeste</b>	4 130 800	2 611 900	-	1 609 300	-	-	8 352 000
<b>Norte</b>	2 441 000	1 268 800	2 011 400	510 000	-	-	6 231 200
<b>Oeste</b>	1 949 900	1 955 800	1 090 600	862 900	335 900	461 800	6 656 900
<b>Pampulha</b>	3 513 900	386 500	497 900	515 700	-	-	4 914 000
<b>Venda Nova</b>	6 644 800	122 700	-	-	<b>422 600</b>	-	7 190 100
<b>TOTAL</b>	31 488 200	14 144 400	7 349 000	5 224 000	1 541 200	461 800	60 208 600
<b>% sobre total geral</b>	52,30	23,49	12,21	8,68	2,56	0,76	100,00

Fonte: Gerência de OP -PBH

É possível identificar, por meio dos dados contidos no quadro, que houve demandas no eixo *Esporte e Lazer* também em outras duas regionais. Surgiram obras nessa temática tanto no OP Regional Oeste quanto no OP Regional Barreiro. Isso evidencia a presença de tais demandas não apenas no OP Regional de Venda Nova. Por meio do *Plano de Empreendimentos Orçamento Participativo 2009/2010*, identifiquei que as obras desenvolvidas no OP 99/2000 que faziam conexão com a temática Esporte e Lazer foram: na Regional Oeste, um Campo de Futebol no Bairro Cabana (empreendimento 86); e, na Regional Barreiro, 2 empreendimentos, o Centro Esportivo B. Urucuia (empreendimento nº 6) e a Quadra Esportiva Descoberta, Conjunto Tirol (empreendimento nº 10).

Visando conhecer os motivos que impulsionaram a indicação da construção de uma área de esporte e lazer no OP, entrevistei algumas pessoas que participaram do OP 99/2000, entre elas lideranças comunitárias e moradores. Duas questões orientaram a conversa no sentido da busca por conhecer o processo de reivindicação da Área de Lazer Jardim Leblon, sendo uma delas *o porquê da escolha da Área de Lazer Jardim Leblon*. A outra pergunta era *se conheciam a utilização daquele espaço antes da construção da Área de Lazer Jardim Leblon*.

Indagados sobre a utilização do espaço antes da construção, as seguintes respostas surgiram:

Antes de ser construída aquela Área de Lazer, aquilo ali era um buracão, que só tinha lixo. Era um perigo, que ela é praticamente quase atrás do depósito ali. Era perigoso essas casas irem tudo embora, que era um barracão que o pessoal só jogava lixo, era bicho podre, morto, jogava animal que morria, cachorro, tudo era jogado, era um lixão (Depoente F).

Era os meus meninos, era os meninos da Rosária, os meninos da dona Helena, era um punhado de menino que brincava ali. Mas graças a Deus correu tudo bem, nunca ninguém machucou, nunca teve perigo nenhum com eles, graças a Deus (Depoente A).

Observamos aqui duas visões, com algumas contradições relativas ao que representava o *buracão*. Na última fala, percebemos que havia um temor relacionado à questão de um possível perigo ligado ao brincar no buracão, o que, contudo, nunca aconteceu com as crianças que brincavam por lá. Já para a Depoente F, a existência daquele terreno baldio era considerada um problema, uma vez que nele estavam materializadas dificuldades como a possibilidade de desmoronamento de casas e também o lixo que era jogado lá. Indaguei a ela se tinha conhecimento de crianças que brincavam lá nessa época do *buracão*. Obtive a seguinte resposta:

Brincando, brincando perto do barranco, era perigoso cair criança e machucar. Se caísse uma criança lá embaixo era perigoso quebrar o pescoço, era um buracão enorme, só tinha lixo, sujeira, então a gente viu a necessidade de mudar aquele lugar, que era perigosíssimo, para um lugar que poderia trazer muitos benefícios para as crianças. Como agora traz, né? (Depoente F).

Percebemos nessa fala a questão de problemas relativos ao buracão que poderiam envolver as crianças que brincavam ali: o lixo e os riscos de acidentes. Por outro lado, constatamos também nesse relato a possibilidade de que uma transformação naquele espaço poderia contribuir para a mudança desses problemas, ou seja, transformar o lugar da brincadeira, que oferecia grandes riscos, em um local que trouxesse benefícios, em que as crianças pudessem brincar, segundo as expectativas de segurança dos adultos: a *Área de Lazer e Esportes*.

Outros usos daquele lugar também foram indicados, representando a brincadeiras dos tempos de criança. Um dos depoentes demonstrou em seu relato a participação em brincadeiras no buracão que envolvia outras crianças, quando iam para lá procurar *cavernas* e brincar de *guerrinha*:

Chamava os meninos, ficava lá brincando de guerrinha. [...] a gente ficava procurando caverna lá. Gostava muito de procurar caverna. Agora falo, então, [...] brincamos lá por muito tempo, até que o pessoal comentava, né? Reivindicar para montar um parque, foi que surgiu aquela ideia de fazer um parque aí dentro, né, uma área de lazer. Aí o pessoal foi se fortalecendo, cobrando da Prefeitura,

participando do Orçamento Participativo, né? Para o pessoal estar fazendo essa obra aí. Aí, passou um tempo, aí o pessoal veio fazer, fazer a praça. Eles começaram a trabalhar, vieram tudo à procura da obra, né? (Depoente G).

Muitos meninos vinham brincar aqui, eu sou um dos que brinquei aqui. [...] Vinha buscar passarinho, brincar, correr no mato a fora, pegar manga, que tinha muita manga aqui, era pasto, tinha manga, essas coisas assim (Depoente B).

Assim, os relatos desses moradores apresentam diversos modos pelos quais se relacionavam com o *buracão*, que assumia diferentes significados entre eles, constituindo-se em lugar de onde buscavam o sustento para a família e também lugar de lazer. Para alguns, representava perigo; para outros, representava a ludicidade nas brincadeiras e nos encontros.

Outra questão que levantei junto aos depoentes foi *o porquê da indicação de uma área de lazer no OP*. Conforme mencionado anteriormente, outras utilizações foram pensadas para aquele espaço, tais como a construção de escola, centro cultural e a própria Área de Lazer. Em relação à Área, obtive algumas indicações relativas à questão da necessidade de espaço – talvez justificada pela questão espacial na Vila, uma vez que os espaços disponíveis para a brincadeira, para o lazer, podem ser considerados uma raridade. Outro aspecto que surgiu foi a constituição de um espaço que possibilitasse uma *cultura muito boa* – nesse caso, o lazer, conforme consta no trecho a seguir – garantindo a segurança das crianças e dos jovens. Uma das lideranças, que participou da mobilização pela reivindicação da área de esporte e lazer, apresentou a seguinte resposta:

A Área de Lazer era o seguinte: eu senti assim, nós precisamos aqui essa juventude aí, ela precisa de, a cabeça dela tem que trabalhar [...]. Aí, o que eu fiz? Aí, nós conscientizamos a comunidade, né? Sentamos, batemos um papo e tal, que precisa de uma Área de Lazer.[...] corremos atrás de espaço [...], aí descobrimos que tinha aquele espaço lá, que era onde jogava lixo. Aí nós, a vila em si, a vila, chegou, nós fomos para o Orçamento e conseguimos aprovar aquilo ali. [...] É porque o seguinte, ó menina, eu acho que o lazer é uma cultura muito boa, né? Eu acho que, se você deixar uma criança numa área de lazer lá brincando, você tem mais segurança, que ali ela não está aprendendo coisas erradas (Depoente D).

A necessidade da existência de um lugar apropriado para as crianças brincarem foi um argumento apresentado para justificar a construção de uma área para esporte e lazer, conforme consta a seguir:

E, o perigo que aquelas crianças corriam naquele local, o que a comunidade achava que a gente teria que fazer para ajudar a nossa comunidade e as nossas crianças? Aí um dá sugestão, outro dá opinião, e aí veio a ideia de fazer uma área de lazer. Invés das crianças brincarem num lugar que estavam correndo risco, perigo, uma área de lazer ia trazer mais tranquilidade para as famílias, como para a própria comunidade e as crianças brincarem mais tranquilas. [...] Os pais que tinham crianças ficavam

preocupados. Que, como aqui dentro da comunidade não tinha local para as crianças brincar, muitas crianças, os pais saíam para trabalhar, deixavam as crianças em casa e as crianças iam para lá brincar porque não tinha local (Depoente F).

Assim, percebe-se que a necessidade de espaço apropriado para a brincadeira foi um dos motivos para a mobilização da população no sentido de reivindicar uma área de lazer no OP. No caso das pessoas que moravam dentro da Vila Mãe dos Pobres, é perfeitamente compreensível tal solicitação, uma vez que a escassez de espaços amplos é evidente, espaços abertos disponíveis para brincadeiras, para a sociabilidade entre crianças e adolescentes, entre as pessoas. Essa dificuldade espacial – que foi evidenciada anteriormente por meio da Figura 03 – surge também nas falas como limite presente no cotidiano da Vila, o espaço enquanto raridade, e, nesse caso, o espaço público de lazer.

Outra motivação que ficou evidente guarda relação com a transformação de um terreno descuidado, que oferecia riscos por causa do lixo que era despejado lá pela população e também devido aos riscos de desabamento em função de seu relevo acentuado, em um espaço que seria transformado pelo Estado, para a utilização dos moradores. Contudo, não podemos desconsiderar que também havia alguns usos desse espaço que se opunham a esse olhar de negatividade do buracão. As brincadeiras das crianças, as comidas e as latas que eram recolhidas lá – estas para serem vendidas – representam uma existência positiva, um olhar de positividade desse lugar.

Um depoente mais jovem demonstra como o *buracão* se constituiu em lugar para a busca da sobrevivência de muitas famílias. Ele cita que, na época, muitas pessoas iam lá para catar materiais para vender e, com o dinheiro obtido, sustentar suas famílias:

Ali, antes de ser construída a Área, ali mesmo era, muitas vezes era, podia, poderia, poderíamos chamar de *o ganha-pão das pessoas*. É, igual a Dona Maria já te informou, minha mãe já te falou, catava, já catamos muito, já catamos muito papel, ferro velho, cobre, então ali na verdade era um despejo de, de, de lixo de algumas pessoas, né? E nesse despejo de, não com a lixo assim doméstico, mas assim, às vezes industrial, entendeu? E a gente então aproveitava para catar metal, latinha, é, garrafa, né? E vendia nos ferros-velhos assim, então na verdade, antes da praça ser construída, ali era considerado um lugar onde que a pessoa ia para buscar o próprio sustento da família, né? (Depoente G).

Portanto, pude constatar que havia diferentes modos de a população conceber e relacionar-se com o espaço do *buracão*, diferentes olhares, variadas vivências daquele e naquele lugar. E para a Área de Lazer, o que era desejado, o que se esperava para esse lugar? Pistas foram descobertas, é possível que outras existam. Assim, consegui constituir a montagem por meio dos

documentos e das entrevistas, que ajudaram a elucidar a questão. A seguir apresento a trama que se deu em relação à reivindicação da Área de Lazer Jardim Leblon.

#### 1.4.2 A concepção do espaço de lazer: o que teremos na Área?

As intenções que orientaram a demanda da Área de Lazer – tais como a garantia de espaço adequado para as brincadeiras, a questão da *segurança* e a ocupação de um terreno – foram variadas, e a referência para a sua construção, ao que pude constatar, esteve conectada em boa parte a tais intenções.

Para elucidar a questão relativa ao que se esperava ter constituído naquele espaço, busquei informações tanto nas entrevistas quanto em registros escritos. Nesse sentido, debruicei-me em alguns documentos disponibilizados pela Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres (ASCVMP) e pelas gerências de Orçamento Participativo da SMPL e de Venda Nova.

Identifiquei inicialmente que o desenvolvimento de uma obra no OP, desde a sua fase de reivindicação até a entrega da obra, envolve a participação de diferentes setores da Prefeitura. No caso da Área de Lazer Jardim Leblon, ela demandou a atuação de funcionários da gerência de OP – entre outras gerências regionais de Venda Nova –, da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), da Secretaria Municipal de Esportes (SMES), além da empresa terceirizada que executou a obra, a Construtora Itamaracá Ltda.

O terreno em que a Área de Lazer foi construída não precisou ser comprado pela Prefeitura para a execução dessa obra do OP, uma vez que pertencia ao município. Em relação ao que se esperava que tivesse no equipamento a ser construído, o que obtive por parte das pessoas que participaram desse movimento de reivindicação foi uma planta geral<sup>39</sup> do projeto arquitetônico, disponibilizada por uma liderança da Vila Mãe dos Pobres, e pistas indicadas em algumas falas nas entrevistas. A planta evidencia que havia o interesse de se constituir no local alguns equipamentos que possibilitassem vivências ligadas aos interesses físicos esportivos<sup>40</sup>, tais como 2 quadras esportivas iluminadas – uma de areia e outra de cimento –, 1 pista de caminhada, 1 pista de skate e

---

<sup>39</sup> Sob responsabilidade da SUDECAP / PBH, Divisão de Projetos Participativos, intitulada como *Área de Lazer B. Jardim Leblon* (empreendimento n° 119 – OP 99 / 2000), Bairro Jardim Leblon, n° 232. Trata-se do projeto arquitetônico da Área de Lazer com data de Janeiro/2000.

<sup>40</sup> Marcellino (2007) apresenta considerações relativas aos interesses do lazer – conforme a construção realizada por Dumazedier (1979) –, sendo estes, os interesses: artísticos, intelectuais, físico esportivos, manuais, sociais e culturais. Ainda segundo Marcellino, é importante fomentar a participação, a vivência das pessoas nesses diferentes interesses, de modo que se constitua a possibilidade de escolha, que tenham assim, condições de optar pelo que lhes interessa.

1 área para ginástica. Para as crianças menores, havia a idealização de um parquinho com alguns brinquedos.

Outra possibilidade que estava evidenciada na composição do espaço a ser construído na Área de Lazer Jardim Leblon eram 2 recantos, um no platô mais alto e outro no intermediário. Nesses locais ficariam algumas mesas de concreto; algumas teriam o desenho de tabuleiros de xadrez, que possibilitariam tanto a prática desse jogo, quanto de outras atividades nas mesas – que a meu ver poderiam ser a leitura, a realização de outros jogos, a conversa ou a contemplação da paisagem. Essas mesas e bancos, segundo a planta, seriam construídos totalizando nove conjuntos no platô superior, no caso as mesas de xadrez, e cinco no platô intermediário, conforme consta no projeto inicial<sup>41</sup> – mesas e quatro bancos de alvenaria. Na planta havia ainda a indicação de três bancos no recanto do platô intermediário; próximo a esse recanto, haveria de um lado um parquinho infantil e de outro uma quadra poliesportiva; uma arquibancada próxima à pista de caminhada e à quadra poliesportiva; e, próximo a essa quadra, uma bica – no caso, um tipo de bebedouro em que há uma base de concreto que protege o cano de onde sai a água que é acionada por sensor no solo. Esses locais estariam cercados por jardins e áreas arborizadas, tanto no platô intermediário quanto no superior.

A intenção era a constituição de uma área fechada, com duas entradas, uma considerada como a principal – a da Rua Salto da Divisa – que teria inclusive a construção de uma portaria. Já o acesso secundário seria pela Rua A, onde haveria apenas um portão.

Constatei também que estava planejada a construção de uma administração/lanchonete nesse platô intermediário, que ficaria entre a quadra poliesportiva e o parquinho infantil – denominado na planta como *playground*. Conforme consta em documentos iniciais do projeto de construção da Área de lazer, essa *administração* estava prevista, assim como a construção de três sanitários nessa área administrativa, sendo um deles para pessoas com deficiência. Porém, essa parte da obra não foi construída. Não me foi possível obter uma justificativa específica para tal situação; porém, ao analisar alguns documentos, notei que houve – no decorrer da realização do projeto e de sua aprovação – algumas alterações de valores e de equipamentos, conforme veremos a seguir. Já da parte das pessoas entrevistadas, não houve indicação dessa alteração, uma vez que, nas entrevistas com as lideranças da Vila, quando perguntados a respeito do que esperavam que tivesse a Área de Lazer, não obtive respostas que evidenciassem essa ausência. Conforme consta a seguir, uma das lideranças demonstrou que pensavam na possibilidade de ter:

[...] uma pista para caminhada. E uma quadra de futebol, né? Que tem para os meninos jogar bola, porque eles não tinham esse espaço para jogar bola antes. O

---

<sup>41</sup> Anexo A, citado no capítulo I.

único local que os meninos tinham para jogar bola era ali no campo do Oriente, que era muito difícil conseguir um espaço. Que já tinha o pessoal lá do Céu Azul, né? Então a gente não tinha espaço aqui para os meninos jogar bola. Por isso que a gente pensou, e viu que essa pista de caminhada também ia ser muito importante para as pessoas, para a saúde das pessoas, então foi junto a comunidade [...] colocando suas ideias, né? A comunidade junto com o povo (Depoente F).

Vejamos a proposta para a construção da Área de Lazer a que teve acesso por meio de uma das lideranças. Nesse documento consta o registro escrito tanto dos equipamentos quanto das estruturas que seriam construídas na Área.

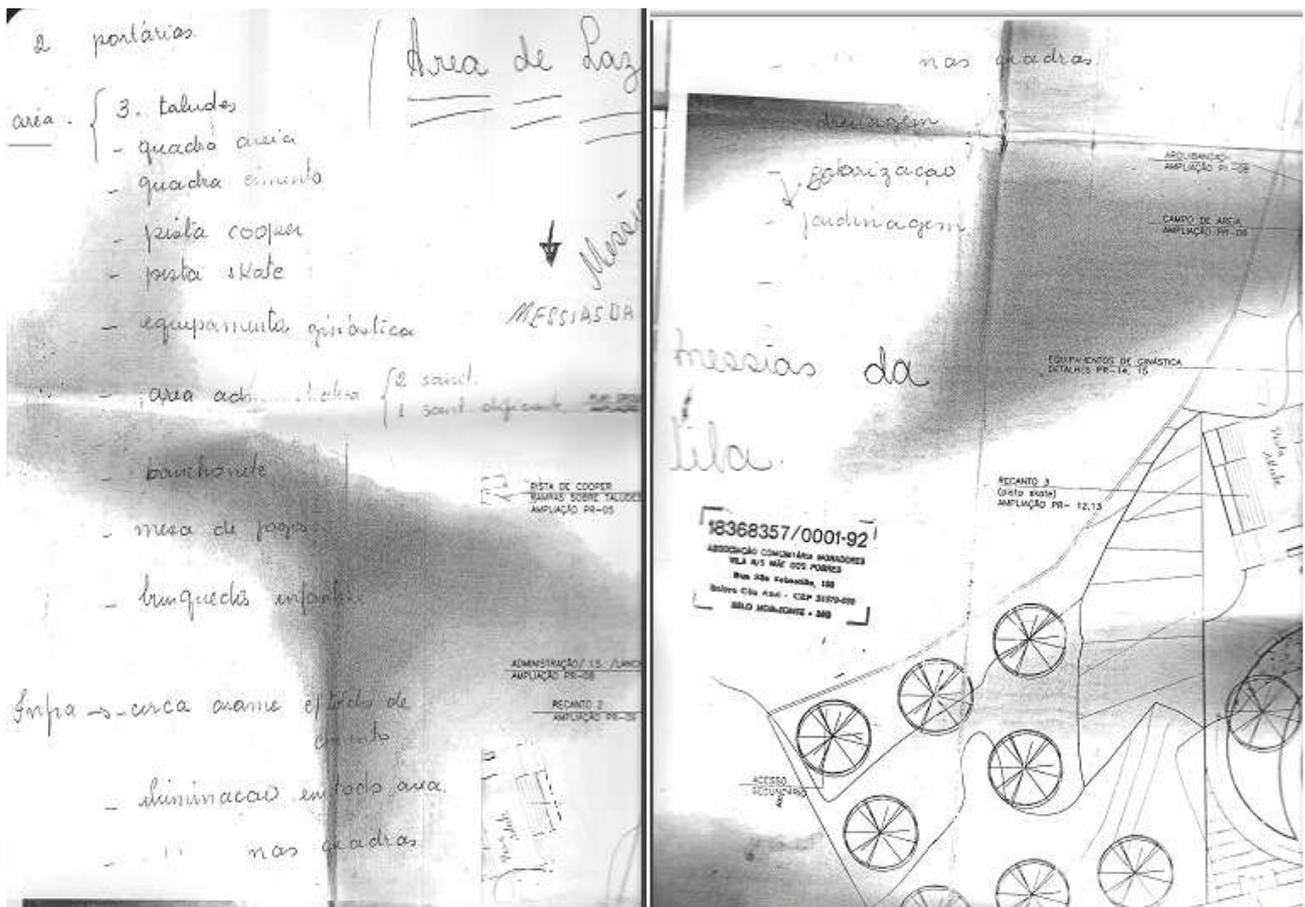


Figura 05: Reprodução da cópia do projeto arquitetônico da Área de Lazer Jardim Leblon  
Fonte: Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres

No terceiro platô, que está na parte mais baixa da Área de Lazer, consta no projeto a construção da quadra de areia, da pista de skate, da área de ginástica com bancos para realizar abdominais e barras de alongamento; próximo à área de ginástica, está uma segunda bica para as pessoas beberem água. A pista de caminhada também chegava ao terceiro platô, e estava projetada para ser construída fazendo a conexão deste com o platô intermediário.

Conforme pode ser observado nos registros escritos feitos pela liderança apresentados anteriormente e fazendo a análise do que foi construído, faltou a construção da

administração/lanchonete. Isso comprometeu o atendimento da população no que diz respeito à questão dos banheiros, uma vez que o único banheiro que havia na Área de Lazer quando a obra foi entregue à população era o da portaria, ao qual só tinham acesso os que trabalhavam lá.

No entanto, a análise de alguns documentos<sup>42</sup> disponibilizados pela Gerência de Orçamento Participativo de Venda Nova me permitiu observar que houve proposta de alteração do montante inicialmente previsto para a construção da Área de Lazer Jardim Leblon – na aprovação do OP constava como previsão de recurso o valor de R\$ 422.600,00. Em um documento com data de setembro de 1998, da Divisão de Planejamento do Departamento de Planejamento e Programação da SUDECAP, consta a questão do galpão coberto – que provavelmente corresponderia à administração/lanchonete, além de vestiários e anfiteatro – e o valor total previsto nesse caso para a construção da Área de Lazer era R\$ 702.537,76. Porém, em outro documento com data de 14/12/2000, da SUDECAP, consta a questão de esse valor orçado ser superior ao aprovado no OP e também alguns encaminhamentos diante disso. Segundo as *considerações*<sup>43</sup> desse documento, houve sugestão de aumento do escopo de construção que foi solicitado pela SMES, o que acarretaria um gasto maior de execução da obra. A coordenação do OP, juntamente com a SUDECAP, definiu por reduzir esse escopo. Realizou-se, então, um novo orçamento, que foi finalizado em 30/10/2000. Nota-se também, por meio desse documento, que a licitação para a construção estava prevista para se encerrar em janeiro de 2001, o que me permitiu inferir que a obra foi iniciada a partir desse prazo.

Desse modo, identifico que provavelmente a questão da modificação do escopo seja uma possibilidade de justificativa para a alteração do que foi construído da planta geral do projeto arquitetônico, ou seja, um motivo para a retirada da administração/lanchonete e, conseqüentemente, dos banheiros públicos.

Já na fase da construção, obtive um montante significativo de documentos que se encontravam na Gerência de Orçamento Participativo de Venda Nova, tais como documentos encaminhados pela SUDECAP – por exemplo, memória de cálculo de medição, atas de reuniões e diário de obra, que serviam para acompanhar a execução da obra – solicitações encaminhadas por moradores e também uma solicitação de um vereador em que pedia providências da SUDECAP para a resolução de transtornos causados a um morador vizinho a Área, devido à obra de construção da Área de Lazer.

Diante de tais documentos, percebi que a execução dessa obra foi bem documentada, o que me levou a considerar que, se as demais obras do OP tiverem o mesmo procedimento e se tais

---

<sup>42</sup> Esses documentos são os diários de bordo da empreiteira que fez a construção da Área de Lazer. Identifiquei por meio desses registros que levaram um volume muito grande de terra para a Área de Lazer, que utilizaram para o aterro.

<sup>43</sup> Essas *considerações* fazem parte do registro do documento construído pela Divisão de Planejamento da SUDECAP.

documentos forem fiéis aos acontecimentos, teremos a possibilidade de considerar um bom controle dos gastos no OP, levando-se em conta também a possibilidade de intervenção da COMFORÇA.

Em autorização para início da execução dos serviços e obras de implantação da área de lazer e esportes do Bairro Jardim Leblon, expedida pela SUDECAP e encaminhada pela Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Venda Nova (SMCONGER-VN) para a Construtora Itamaracá, há a indicação do valor autorizado de R\$ 494.890,02 – preço de fevereiro de 2001. Nessa Ordem de Serviço, é apresentado o prazo de execução da obra no período de 210 (duzentos e dez) dias corridos, com término previsto para 04/11/2001.

Por meio do *boletim de ocorrências diárias*<sup>44</sup>, constatei que o prazo previsto para a conclusão da entrega da obra não foi o mesmo indicado na Ordem de Serviços, e isso pode ser justificado pelo grande volume de terra que foi utilizado para o aterro. Percebi que outros imprevistos também contribuíram para esse atraso, tais como roubo de materiais utilizados – por exemplo, disjuntores do padrão e cabos da caixa – e questões relacionadas ao clima – conforme consta no registro do dia 20/11/2001, em que relatam que, devido às chuvas constantes nos dias anteriores, houve atrasos na obra, mas que teriam possibilidade de tentar recuperar, uma vez que naquele dia o clima estava mais favorável.

Assim, passado todo esse processo de constituição de um desejo, da mobilização e participação dos moradores no OP 1999/2000, da aprovação da reivindicação nessa edição do OP, do planejamento e aprovação do projeto para a execução da obra, da licitação e, posteriormente, da execução da obra, aconteceu finalmente em setembro de 2002 a inauguração da Área de Lazer Jardim Leblon.

Ficou evidente, nessa busca que realizei do processo de reivindicação e constituição de um espaço de lazer e esportes em um bairro de Venda Nova, que, apesar de todas as questões cotidianas que podem limitar as condições de vida de uma localidade, de um grupo de moradores, de um bairro ou de vários bairros, ou mesmo de uma cidade, a ação política dos cidadãos e a mobilização dos sujeitos podem contribuir para o enfrentamento das dificuldades evidenciadas.

Vejamos a seguir como se dá esse panorama de vida dessa população, dessas pessoas que optaram por lutar, por criar estratégias de enfrentamento dos problemas cotidianos que viviam. Veremos, então, algumas considerações relativas ao espaço e ao lazer, ou melhor, ao lazer no espaço: pensado, desejado, concebido, vivido, transformado. O espaço humano.

---

<sup>44</sup> Segundo identifiquei, esse boletim era um registro diário preenchido por um responsável da empreiteira, em que demonstrava as diferentes ocorrências diárias que poderiam acontecer no decorrer da execução da obra, tais como o que realizaram a cada dia, o número de trabalhadores e, também, as observações necessárias.

## CAPÍTULO 2

### O ESPAÇO COMO (IM)POSSIBILIDADE PARA O LAZER

#### 2.1 De Belo Horizonte ao nosso lugar: sobre espaços e parques

As taxas de crescimento da população nas grandes cidades brasileiras vêm se dando de forma acelerada desde meados do século XX, até os primeiros anos deste século. Os demógrafos constataram, desde o final dos anos 80, um forte crescimento populacional do que chamam de cidades médias. Obviamente as chamadas regiões metropolitanas continuam concentrando os maiores contingentes populacionais. Em levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE<sup>45</sup>, constata-se através de dados históricos dos censos que no ano de 1940, de um total de população residente de 41.236.315 habitantes, 12.880.182 estavam acomodados em domicílios localizados em zona urbana, o que corresponderia a aproximadamente 30% da população brasileira naquela época.

Nos anos de 1970, o percentual da população urbana ultrapassou o limite de 50%, correspondendo, em números absolutos, a 93.139.037 habitantes. E, finalmente, em 1996, este percentual chegou próximo a 80% da população total, que era constituída de 157.070.163 habitantes.

O processo de urbanização trouxe também elementos que constituem tensões da vida cotidiana na metrópole, indicando muitas vezes a necessidade de investir em diferentes campos da política pública, que, geralmente, são apresentadas como demandas sociais, tais como saúde, transporte, educação, esporte e lazer. Interessa-me aqui refletir a trama que aponta uma área pública de lazer, demandada via participação popular, como possibilidade de responder (ou não) aos anseios da população, no que tange à questão de políticas públicas de lazer no âmbito municipal.

Nesse sentido, fazer a aproximação com a questão espacial urbana, especialmente aquelas que podem remeter aos espaços e aos tempos de lazer da população, pode contribuir para a compreensão de aspectos relativos à reflexão do espaço urbano e de se pensar a cidade como espaço para o lazer – em sentido múltiplo, para os lazeres – e para a constituição de relações sociais e de sociabilidade entre os diferenciados sujeitos. Embora compreendendo que há na questão espacial um potencial paradoxo, tanto de agregar ou de segregar, o espaço urbano por si só não é definidor para tais movimentos. Nós, sujeitos sociais, que constituímos nossas vivências por meio do espaço é

---

45 Apresentando dados populacionais do Brasil a cada dez anos desde 1940 até 1980, quando segue com o levantamento populacional dos anos de 1991 e 1996 Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm).

que podemos apontar suas características espaciais: para um ou para uma maioria; aberto ou fechado; público ou privado; enfim, espaço histórico e socialmente constituído.

Portanto, compreendo que a ocupação do espaço em nosso cotidiano pode apresentar contornos contraditórios, as marcas das ações dos sujeitos em seu tempo, evidenciando e evidenciadas em diferentes representações sociais. Dentre essas marcas presentes no contexto urbano, encontramos a modificação constante dessa paisagem. Não é difícil encontrar em regiões metropolitanas, como é o caso da região metropolitana de Belo Horizonte, o contraste da transformação espacial em que, por um lado, grandes empresas do ramo da engenharia fazem a demolição de casas para a construção de prédios ou se ocupam de terrenos maiores para, por exemplo, construir os chamados condomínios de luxo; e, por outro, nos deparamos nesse panorama espacial urbano com pessoas que não possuem moradia e, diante das dificuldades de se inserirem nas regras apresentadas pelo mercado imobiliário, que usualmente visa a lucratividade, buscam na ocupação de terrenos baldios ou construções abandonadas a solução para a necessidade de constituírem suas moradias.

Desse modo, jogos de poder podem ocorrer com frequência, por exemplo, nas fases de negociações entre representantes do Estado e grandes empresas ou empresários, mesmo que não estejam ao alcance de nossos olhos e perceptíveis em um primeiro momento. Entretanto, quando as transformações estão materializadas espacialmente, percebem-se, então, as intenções dessas transformações. Harvey (2004) demonstra algumas possibilidades das alianças constituídas entre o Estado e a iniciativa privada, que muitas vezes estão cercadas pelos riscos de perdas de quantidades significativas de dinheiro público diante do insucesso das intervenções oriundas dessas alianças. O autor menciona algumas intervenções ocorridas em Baltimore (EUA) demonstrando que “[...] a parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam” (p. 190).

Infelizmente, em pleno século XXI, presenciamos, cada vez mais forte, essa desigualdade de utilização do espaço, que impulsiona homens, mulheres, crianças, famílias inteiras a condições precárias de vida, ao não direito ao espaço, à impossibilidade de terem seu lugar.

Em relação aos espaços ainda não ocupados por construções, é possível constatar a força expressa na especulação imobiliária que normalmente espera na valorização cada vez maior desses terrenos a busca de lucratividade, o que, muitas vezes, distancia o acesso da população de modo geral ao direito à terra, constituindo, assim, um panorama da segregação. Lefebvre (2001) indica elementos que contribuem para que se pense a respeito do enfrentamento da situação de exclusão dos direitos relativos ao cotidiano urbano, que, segundo ele, ao entrar para a prática social

poderiam mudar a realidade – direito a educação, trabalho, saúde, habitação, lazeres. Figura, assim, o *direito à cidade*<sup>46</sup>, que representaria a visão do urbano enquanto espaço de uso – e não o espaço de troca, como usualmente é a lógica que orienta o mercado.

Assim como outras metrópoles brasileiras, Belo Horizonte passou por recente e intenso processo de urbanização, o que gerou transformações da paisagem urbana e aspectos diferenciados de desenvolvimento do espaço. As diferentes formas de ocupação do solo, tal qual apresenta Maricato (2000), *legais ou ilegais*, evidenciam a existência de diferentes maneiras de se pensar a cidade. A primeira delas tem a ver com a cidade planejada, que guarda proximidade com a atuação de entidades reguladoras e planejadoras do espaço urbano, assumindo muitas vezes o tom definido por interesses de grupos específicos. A outra diz respeito à ocupação dos espaços, independentemente de normas ou planejamentos, tratando-se, aqui, das ocupações ditas ilegais, que evidenciam no espaço a segregação e a exclusão resultantes de uma urbanização que não alcançou e que ainda não alcança a maioria da população.

Contudo, vale ressaltar que essas ocupações ilegais não são realizadas apenas pelas pessoas de poder aquisitivo mais baixo. Em Belo Horizonte, há indícios dessas ocupações ilegais realizadas por pessoas de maior poder aquisitivo, conforme evidencia Viegas (2007), quando apresenta o caso de invasões de diversos lotes localizados na Regional da Pampulha, por exemplo, no Bairro Enseada das Garças. Essas ocupações envolviam diversas pessoas, entre elas, aquelas com renda mais alta. E aqui é possível destacar o caráter da terra transformada em mercadoria, uma vez que, do ponto de vista da necessidade, as invasões de terras se justificam nos casos em que a renda monetária das pessoas é mais baixa, o que dificulta inclusive a sua aquisição. Já nos casos em que as pessoas possuem maior renda monetária, tais invasões não se justificam pelo viés da necessidade, e sim, pelo desejo da posse, que, ao cabo, representaria maior possibilidade de renda fundiária. Afinal, *se quem compra terra não erra* – considerando aqui esse dito popular que orienta para a acumulação do capital por meio da propriedade de terras – quem a possui se coloca em uma situação de *vantagem*, uma vez que terá a reserva de algo que cada vez mais assume o valor de uso e cuja disponibilidade, no espaço urbano, constitui-se cada vez mais como raridade.

Por outro lado, a negação do direito à moradia, ou seja, a exclusão desse direito, poderá se configurar como um problema social, que, inclusive, impulsionará muitas ocupações *ilegais*. Observando municípios que constituem as diferentes regiões metropolitanas brasileiras, não será necessário muito esforço para constatar essa forma de ocupação do espaço. Tomando por referência

---

<sup>46</sup> O direito à cidade segundo Lefebvre (2001) “[...] só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o ‘urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte” (p. 108).

Belo Horizonte, as ocupações ilegais do espaço são perceptíveis nas diferentes regiões da cidade, em maior ou menor grau, estando evidenciadas nas favelas ou vilas, ou mesmo em prédios inacabados que foram ocupados por famílias para ali constituírem suas moradias, como é o caso das *Torres Gêmeas*, o residencial Saint Martin<sup>47</sup>, localizado na Rua Clorita, Bairro Santa Tereza, próximo à estação do metrô, na Avenida dos Andradas.

Esse retrato da exclusão do espaço, que hoje nos é possível constatar, é algo perceptível já na criação da cidade. Rodrigues (2006), ao realizar um estudo histórico sobre o esporte e o lazer na cidade de Belo Horizonte, cita que o planejamento idealizado para a cidade estava baseado em um modelo urbanístico de uma cidade moderna. O objetivo era romper com o modelo colonial presente na capital anterior, Ouro Preto.

Na nova capital, a segregação espacial estava demarcada intencionalmente, uma vez que, em seu traçado, a cidade estava dividida entre a região interna, delimitada pela Avenida do Contorno, e a região externa, o que estava *fora* desse traçado. Entre essas, havia diferenças evidentes da ocupação dos espaços, uma vez que na região mais estruturada e *elegante* estava a parte planejada, a que era limitada pela Avenida do Contorno e que seguia o ideário da modernidade, porém essa região era acessível a poucos. Já no espaço fora da Avenida do Contorno, estava o outro lado, o subúrbio, que era o local de construção dos casebres em que morava a outra parte da população, que ali vivia sem muita estrutura. E é em parte dessa região, que antes era pouco povoada, que atualmente se encontra o Bairro Jardim Leblon.

Segundo dados do IBGE<sup>48</sup>, a estimativa da população de Belo Horizonte para o ano de 2009 era de 2.452.617 habitantes. Nesse panorama de constante crescimento, os desafios a serem superados são diversos e também são recorrentes em outras metrópoles do país. Compreendo que tais desafios demandam a atuação do Estado para superá-los, e, entre eles, menciono aqui: o problema do déficit habitacional; a necessidade de abordagem das dificuldades relativas aos meios de transporte público; e o acesso às políticas sociais, desenvolvidos por meio de programas e projetos, no sentido de possibilitarem que os cidadãos estejam inseridos ao que é indicado na lei como *direitos sociais*, entre os quais encontra-se o direito ao lazer.

Em relação aos dilemas relativos à questão espacial – aí inseridas, nesse sentido, a discussão do lazer e a constituição dos equipamentos necessários para a sua democratização –, é fundamental que haja também a participação da população como atores envolvidos nos debates para a construção de apontamentos, no sentido de se concretizar a ação política de transformação do panorama de desigualdade. Assim, a participação da população pode se configurar como uma possibilidade de evidenciar as necessidades cotidianas que muitas vezes não ecoam na lógica da dita

---

47 Disponível em: [http://www.almg.gov.br/Painel/AV\\_100221\\_direitos\\_encol.asp](http://www.almg.gov.br/Painel/AV_100221_direitos_encol.asp)

48 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

*legalidade* da/na cidade. Aspectos muitas vezes negligenciados na lógica do planejamento urbano, entre eles o enfrentamento à segregação do e no espaço, poderiam ser enfrentados de modo mais próximo à realidade dos diferentes atores sociais, caso existisse efetivamente a constituição do diálogo, principalmente entre os que planejam e os demais, que também pensam o espaço, porém nem sempre detêm muitas possibilidades de expressarem de modo efetivo tais pensamentos, de trazerem à concretude do espaço tais pensamentos.

Em relação à constituição de equipamentos públicos de lazer em Belo Horizonte, identifica-se que em seus anos iniciais a segregação espacial estava presente também em relação a tais equipamentos, que estava expressa na característica de exclusividade de utilização direcionada a um grupo, no caso, a elite de Belo Horizonte. Ainda segundo Rodrigues (2006), o Parque Municipal, em seus anos iniciais, tornou-se espaço privado da elite belorizontina, onde eram realizadas diversas atividades, entre elas alguns interesses do lazer, tais como o esporte, representado pelo ciclismo.

Nos tempos atuais, no tocante à questão da política pública relativa à implementação de parques públicos em Belo Horizonte, é possível constatar que alguns aspectos que dizem respeito mais especificamente aos espaços de lazer na cidade assumiram novos contornos. Segundo informações apresentadas pela Fundação de Parques Municipais<sup>49</sup> de Belo Horizonte, existem atualmente no município 69 parques, localizados nas 9 regiões administrativas da cidade, o que pode ser um indicativo de descentralização desses equipamentos e de maior acessibilidade aos moradores.

A inauguração do primeiro parque público de Belo Horizonte, o Parque Municipal Américo Rennê Giannetti, ocorreu em 1897<sup>50</sup>. Localizado na área central da capital, o parque teve a elite como público principal nos anos iniciais de sua criação. Tal situação refletia o planejamento que negava à outra parcela da população a acessibilidade à cidade – tratando-se aqui, nos termos de Maricatto (2000), da dita cidade legal, a planejada pelos urbanistas. Quanto às possibilidades de apropriação do parque, Rodrigues (2006) cita a fundação do clube de ciclismo *Velo-Club*, entre outras vivências de lazer que foi possível a este público realizar.

Na década de 1960, outro importante parque foi criado na cidade, tratando-se do Parque

---

49 Informações disponibilizadas em documentos tais como *folder* e também no site da Fundação de Parques Municipais estão disponíveis em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=8263&lang=pt\\_BR&pg=5521&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=8263&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&)

50 Mais informações sobre o Parque Municipal Américo Rennê Giannetti estão disponíveis em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15256&lang=pt\\_BR&pg=5521&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15256&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&)

Mangabeiras<sup>51</sup>. Localizado na zona sul da cidade, com grande área verde, tinha por objetivo preservar a Serra do Curral – sendo que no início da década de 60 a área foi cedida para a empresa Ferro Belo Horizonte S/A (FERROBEL), com o objetivo de realizar a exploração do minério de ferro – assim como a reserva florestal ali existente – e criar uma nova área de lazer para a cidade. No final da década de 70 a FERROBEL foi desativada, e em 1982 o parque foi inaugurado. Apesar de hoje receber a população de diferentes regiões da cidade e de as ações serem realizadas no sentido de desenvolvimento de uma programação que estimule a presença de um público diferenciado, há que se considerar que o parque apresenta barreiras à sua utilização, principalmente em função de sua localização e acesso. Ele está em uma área *nobre* de Belo Horizonte, que de certo modo pode representar uma barreira subjetiva para a população de baixo poder aquisitivo.

Outro aspecto que pode dificultar o acesso dessas pessoas diz respeito ao transporte. Temos aqui duas questões que são fundamentais para a análise da relação entre transporte e lazer: trata-se do valor das passagens e do intervalo de tempo entre uma viagem e outra, tanto em Belo Horizonte como em outros municípios vizinhos em que o ônibus é o meio de transporte público mais utilizado – tais como Contagem, Ribeirão das Neves, Sabará, Vespasiano, Ibirité e Santa Luzia. Nesse sentido, considerando o valor das passagens, para uma família com renda mensal de 1 salário mínimo, composta por 4 membros que utilizem 2 ônibus – totalizando 4 passagens por pessoa para ir e voltar –, gastar R\$ 9,20<sup>52</sup> com transporte por pessoa pode ser altamente comprometedor para o seu sustento mensal.

Além disso, há também a questão do tempo de espera pelos ônibus ser maior aos finais de semana e feriados, uma vez que nesses dias o quadro de horário é alterado, causando a redução do número de partidas, o que ocasiona, na prática, maior dificuldade para o uso desse transporte. Assim, é possível concluir que tanto o valor cobrado quanto a dificuldade de uso em função da frequência de saídas dos ônibus podem impulsionar essas pessoas a não irem a esse parque ou fazê-lo esporadicamente. Portanto, é possível considerar o caráter excludente de um parque como o Parque Mangabeiras, embora ele receba pessoas de variadas regiões da cidade.

Desse modo, pensar a respeito da ampliação dos parques públicos na cidade pode ser uma forma de enfrentamento das barreiras que foram citadas anteriormente. Contudo, compreendo que é importante que as pessoas tenham a possibilidade de se deslocarem pelas cidades, conhecerem novos lugares e se apropriarem de outros espaços em diferentes tempos. Nesse sentido,

---

51 Disponível em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15257&lang=pt\\_BR&pg=5521&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15257&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&)

52 Considerando o valor da passagem cobrada atualmente por uma parcela significativa dos ônibus intermunicipais em Belo Horizonte, que custa R\$ 2,30 cada passagem. Aqui considere o deslocamento necessário para quem mora na Região de Venda Nova, onde está a Área de Lazer Jardim Leblon. No caso de moradores de outros municípios, o valor da passagem será um pouco maior, o que representará um gasto mais elevado com o transporte.

é fundamental criar estratégias de enfrentamento dos problemas relativos ao valor cobrado para o acesso ao transporte público e também para o modo como ele funciona, especialmente nos dias em que, de maneira geral, a população tem mais tempo para o lazer – sábados, domingos e feriados .

Belo Horizonte cresce, sua população aumenta; com isso, a ocupação das periferias segue a tendência de maior adensamento. E a partir da década de 1970 inicia-se um movimento ainda tímido de criação de parques em diferentes regiões da cidade. Na gestão do então prefeito Oswaldo Pieruccetti, foi criado, em 1971, o Parque Municipal Vila Betânia e, em 1973, foi desapropriada a área em que, após intensa mobilização popular, seria criado posteriormente o Parque Fazenda Lagoa do Nado, no Bairro Itapoã. Tem-se aqui um caso interessante de mobilização popular em busca da preservação de uma grande área verde e, posteriormente, da criação de um parque público.

Em relação ao Parque Fazenda Lagoa do Nado, é interessante identificar em sua história algumas questões que estavam diretamente ligadas ao *desejo* evidenciado nas lutas populares que buscavam garantir sua existência. A população se mobilizou para que fosse constituído o parque, na tentativa de garantir um espaço público com a manutenção de sua flora e fauna – relação com a questão ambiental – e também para o desenvolvimento de atividades culturais diversas, por um lado; e por outro, já na década de 1980, com intensas manifestações que evidenciavam publicamente a questão da importância em se preservar aquela área, tentavam coibir a construção de conjuntos habitacionais – uma vez que existia uma proposta de ocupação daquela área para essa finalidade (MUNHOZ, 1996; LIMA, 2000; COSTA, 2001).

Lima (2000) demonstra que a área em que foi construído esse Parque pertencia anteriormente ao ex-prefeito de Belo Horizonte Américo Renné Giannetti e “[...] a partir de 1981, a área passou a ser propriedade da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais – Minascaixa –, que anunciou sua intenção de construir ali um conjunto habitacional” (p. 44). Desse modo, foi a partir da união da população que ocupou as ruas e outros espaços políticos, continuando o processo de ocupação da área e de denúncia dos fatos, é que a população teve a garantia de que o que constava no papel se materializasse, transformando-se em parque público.

É possível considerar que o acesso ao lazer é uma entre as variadas possibilidades que esse equipamento público possibilita aos moradores daquela e de outras regiões de Belo Horizonte, assim como de outros municípios – tais como Santa Luzia e Vespasiano.

Houve também, em outra região, a construção de mais um parque, ainda na década de 1970, o Parque Municipal Ursulina de Andrade Mello, localizado no bairro Castelo. E, nesse período, um fato que chama a atenção é a preocupação em preservar áreas verdes, de modo a manter fauna e flora da região, sendo esta a proposição inicial para a criação do Parque Ursulina.

Segundo identifiquei, a constituição de espaços de sociabilidade não estava evidente em todos os decretos relacionados à construção de parques, porém, conforme apresentado anteriormente, essa preocupação se fazia presente entre a população, como foi o caso do Parque Fazenda Lagoa do Nado.

Na década de 1980, as ações legais por parte da Prefeitura direcionadas à implementação dos Parques públicos foram basicamente de ampliação de áreas de parques já previstos, como a desapropriação de imóveis na área de implantação do Parque Lagoa do Nado e também do Parque Julien Rien, no bairro Anchieta. Apesar da criação de novos parques, havia ainda a necessidade da implementação de outros espaços de lazer como esses em várias regiões da cidade.

É a partir da década de 1990 que ocorre o *boom* de criação de novos parques. Até o final dessa década, foram criados quase 15 novos parques públicos, localizados em variados bairros de diversas regiões da cidade.

Diante dessa tendência de ampliação e por meio de muitas manifestações por parte dos moradores em diversos bairros da cidade ao longo dos anos, o aumento do número de parques em Belo Horizonte pode ser considerado uma forma de construção de estratégias para a constituição de equipamentos públicos de lazer, como é o caso dos parques.

Nesse sentido, por meio do decreto que instituía a criação do Parque Ecológico e de Lazer Caiçara<sup>53</sup>, construído em 1990 no Bairro de mesmo nome, percebe-se que – diferentemente das décadas anteriores, no que diz respeito aos princípios que orientam a criação de parques – ao ler e analisar o decreto desse novo parque, é possível notar uma aparente mudança de perspectiva relativa a sua implementação, considerando o aspecto inerente ao lazer – compreendendo, assim, uma preocupação com a dimensão social desse espaço público –, uma vez que era evidente na maioria dos casos anteriores a preocupação maior em criar espaços de preservação do verde, e, já nesse, aparece a designação da construção de *equipamento de lazer*.

Munhoz (1996), por meio de seu estudo focalizando o Parque Fazenda Lagoa do Nado, aponta perspectivas pelas quais é possível perceber o quão importante pode ser a constituição dos parques urbanos. Ela analisa aspectos relativos tanto à questão ambiental dos parques urbanos como também aos aspectos relativos aos seus usos. Assim, nas considerações finais de sua pesquisa, ela sugere que “[...] as administrações municipais, visando a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, passem a planejar os parques urbanos como elementos do desenvolvimento saudável das cidades” (p. 126).

Nesse sentido, concordo com a autora no ponto em que ela indica a importância em se

---

53 Disponível em:  
<http://bh.z5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/120005c2d649dbbd0325679f005dfabf?OpenDocument>

pensar a constituição dos parques públicos para o *desenvolvimento saudável das cidades*, e ressaltar que, para que isso aconteça, é fundamental que tais espaços sejam construídos e que mais áreas verdes sejam pensadas, principalmente se considerarmos o avanço do concreto nas residências e comércios. Reforça ainda essa posição o fato de que não é incomum nos depararmos com cenas de transformação da paisagem, em que áreas que antes eram permeáveis, possibilitando inclusive a infiltração da água para o solo, passam por alteração, tendo, assim, uma barreira do concreto, o que termina mudando também a forma de infiltração da água para a terra.

Contudo, não basta que tais parques sejam constituídos no espaço urbano visando o aspecto do desenvolvimento saudável das cidades e também os seus diferentes modos de apropriação. É importante que haja também uma política de manutenção de tais espaços, para que estes não se tornem *problema* para os moradores. Compreendo, ainda, que é fundamental a participação da população no movimento de manutenção desses espaços, sendo necessária a construção de canais de comunicação entre o Estado e seus usuários, uma vez que a animação, a apropriação de tais espaços se dará por meio desses sujeitos. Acredito que, assim, amplia-se a possibilidade de enfrentamento de possíveis problemas identificados pelos frequentadores desses parques, ou mesmo a contribuição dessas pessoas no sentido de participarem das ações que porventura sejam executadas pelo Estado nesses espaços – tais como programas ou projetos – ou, ainda, que haja a possibilidade de a própria população se organizar de forma independente para se apropriar de tais espaços – ao realizar festas, encontros ou eventos esportivos, por exemplo. Desse modo, a ampliação dos parques públicos urbanos poderia contribuir tanto no aspecto ambiental, como no aspecto social.

Verifica-se que o movimento de ampliação de parques públicos em Belo Horizonte seguiu também nos anos de 2000 em diante, sendo que hoje se contabiliza um total de sessenta e nove parques, distribuídos pelas nove regiões administrativas de Belo Horizonte. Porém, analisando a localização desses parques nas nove regiões da cidade, nota-se que ainda estão distribuídos de modo desigual entre elas, e que há inclusive uma tendência de que estes se localizem na região mais centralizada. Isso é percebido ao verificar que, dessa relação dos parques de Belo Horizonte, 16 estão localizados na Regional Centro-sul<sup>54</sup>, enquanto a Regional Leste possui a menor quantidade dentre todas Regionais: apenas dois parques. Na região de Venda Nova existem atualmente sete parques públicos – considerando dados do primeiro semestre de 2010 –, e um deles é a Área de Lazer Jardim Leblon.

Vejamos a seguir como se manifestou a transformação da cidade e da região em que hoje se encontra a Área de Lazer, a Região de Venda Nova.

---

<sup>54</sup> A relação dos parques administrados pela Fundação de Parques Municipais/PBH consta no Anexo B.

## **2.2 De Venda Nova ao Bairro Jardim Leblon: *lugar de expressão de conflitos e da manifestação do desejo, por lazer***

### **2.2.1 Venda Nova, de fazendas a bairros: a transformação do espaço**

Venda Nova tem sua história iniciada antes mesmo da construção da cidade de Belo Horizonte. No século XVIII, passava por essa região uma das rotas de tropeiros que faziam o caminho que “seguia o Rio São Francisco desde a Bahia até a área mineradora, em Minas Gerais”. Onde atualmente está a Rua Padre Pedro Pinto, existia um ponto de comercialização, uma venda de mantimentos que era também lugar de repouso para os viajantes. Na segunda metade do século XVIII, foi aberta uma nova venda. Assim, passou a ser denominada como *Venda Nova* (ARREGUY; RIBEIRO, 2008).

Em 1911, Venda Nova deixa de pertencer a Sabará, uma vez incorporada ao município de Belo Horizonte. Em 1937, a Prefeitura de Belo Horizonte cria em Venda Nova uma agência de atendimento à população local, com intenção de possibilitar a interlocução da população da região com o governo municipal.

No ano de 1938, Venda Nova é incluída ao território do município de Santa Luzia. Essa união tem a duração de 10 anos, encerrando-se no ano de 1948, quando Belo Horizonte anexa novamente Venda Nova ao município e a constitui cidade satélite.

Nesse ir e vir de *pertencimento* a este ou àquele município, Venda Nova foi crescendo, tornando-se cada vez mais povoada. Das grandes fazendas que existiam na região anteriormente, tem-se o fracionamento dos terrenos em lotes, constituindo aos poucos novos bairros. O Bairro Jardim Leblon é um dos que estão inseridos nessa lógica de desmembramento de fazendas na região.

Antes de se constituir como bairro, a região em que hoje está o Jardim Leblon pertencia à Fazenda Olhos D'água, que ocupava parte das atuais regionais da Pampulha e Venda Nova. Uma vez fracionada essa fazenda, diferentes bairros foram surgindo no decorrer do século XX, tais como os bairros Céu Azul – que atualmente está subdividido em seções A, B, C e D –, Trevo, Enseada das Garças e o próprio Bairro Jardim Leblon, que em sua planta inicial era denominado Parque Jardim Leblon. Encontram-se a seguir duas ilustrações relativas a essa fase da Venda Nova menos urbana, a Venda Nova das Fazendas, dos pastos, das plantações, uma Venda Nova mais rural. É possível notar-se, por meio dessas imagens, a existência de diversas fazendas na região de Venda Nova. Destaque para a Fazenda Olhos D'água, que originou o Bairro Jardim Leblon.

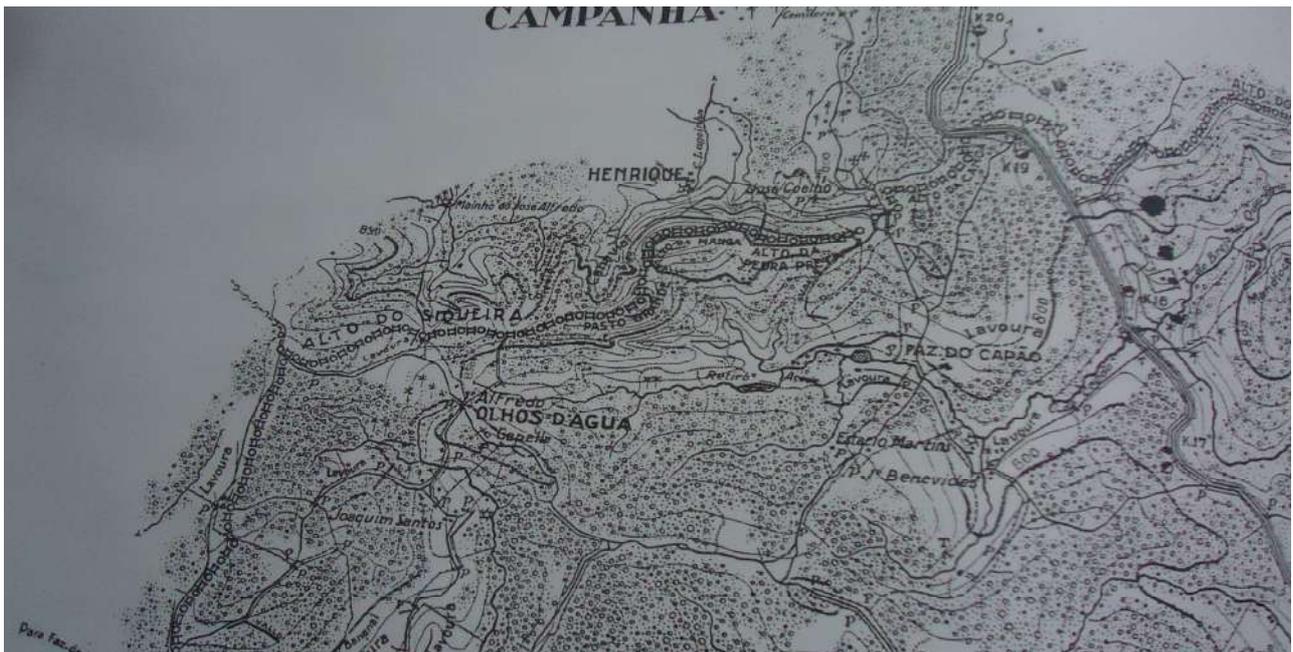


Figura 06: Venda Nova e suas fazendas: fotografia da planta da região de Venda Nova e da atual região da Pampulha  
 Fonte: PBH/PRODABEL

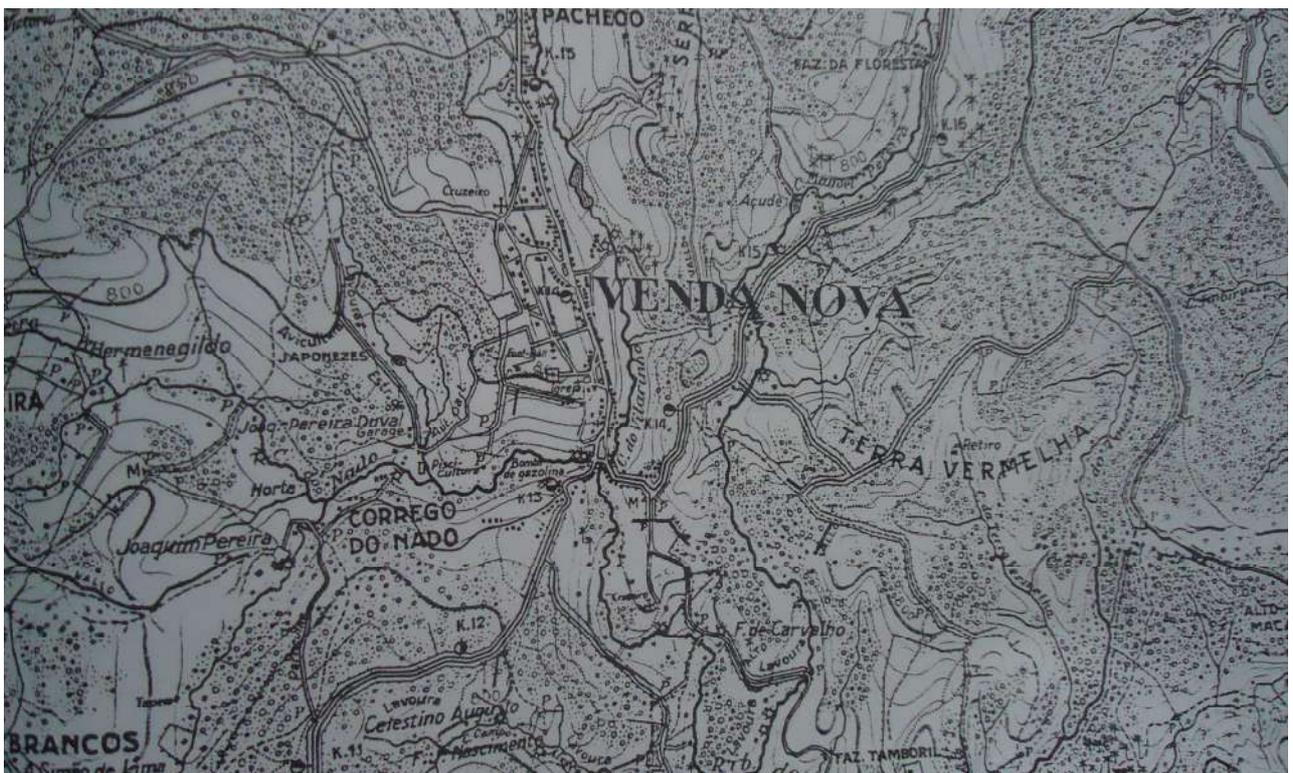


Figura 07: Venda Nova e suas fazendas: fotografia da planta da região de Venda Nova  
 Fonte: PBH/PRODABEL

Além de lugar dos tropeiros e do comércio, Venda Nova foi, por muito tempo, um espaço de pastos e de produção agrícola, onde se cultivavam hortaliças que eram comercializadas

na região central de Belo Horizonte. Esse panorama passou por uma acentuada transformação quando, a partir da metade do século XX, tem-se a expansão da urbanização da cidade, chegando a essa região, com o parcelamento de muitas dessas fazendas.

O Bairro Jardim Leblon é um exemplo dessa expansão. Conforme consta nas Figuras<sup>55</sup> 08 e 09, esse empreendimento imobiliário estava sob a responsabilidade da empresa COMITECO S/A, que conseguiu a aprovação desse loteamento no ano de 1950.

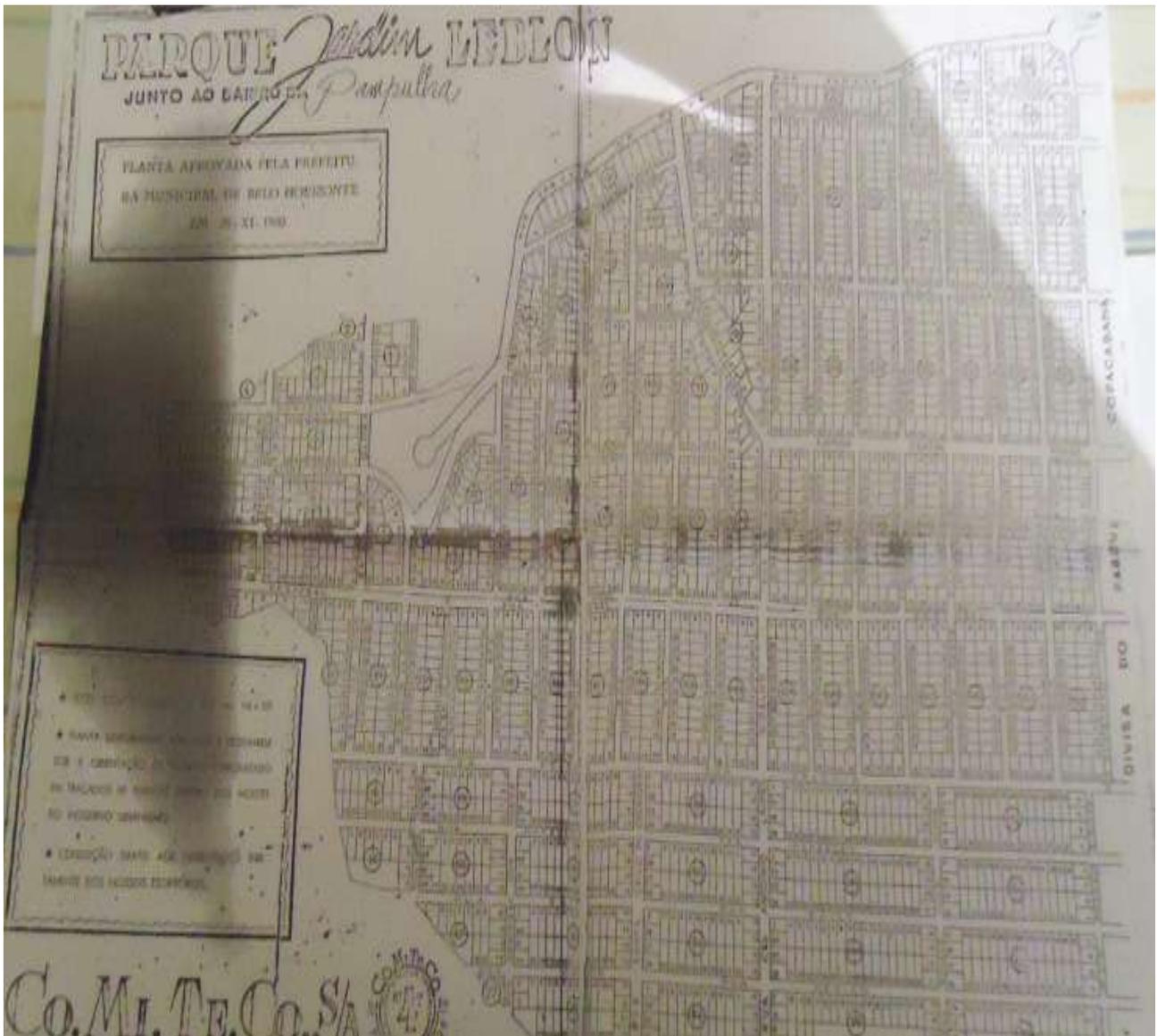


Figura 08: *Bairro Parque Jardim Leblon*: fotografia da planta do bairro.  
Fonte: Associação Comunitária Parque Jardim Leblon

<sup>55</sup> As imagens foram obtidas por meio da planta do Bairro Parque Jardim Leblon, que foi disponibilizada por uma liderança desse bairro. Essa planta, segundo me informou essa liderança, foi obtida com um antigo morador do bairro, que era também uma das pessoas que comercializavam os lotes, um corretor de imóveis, já falecido.

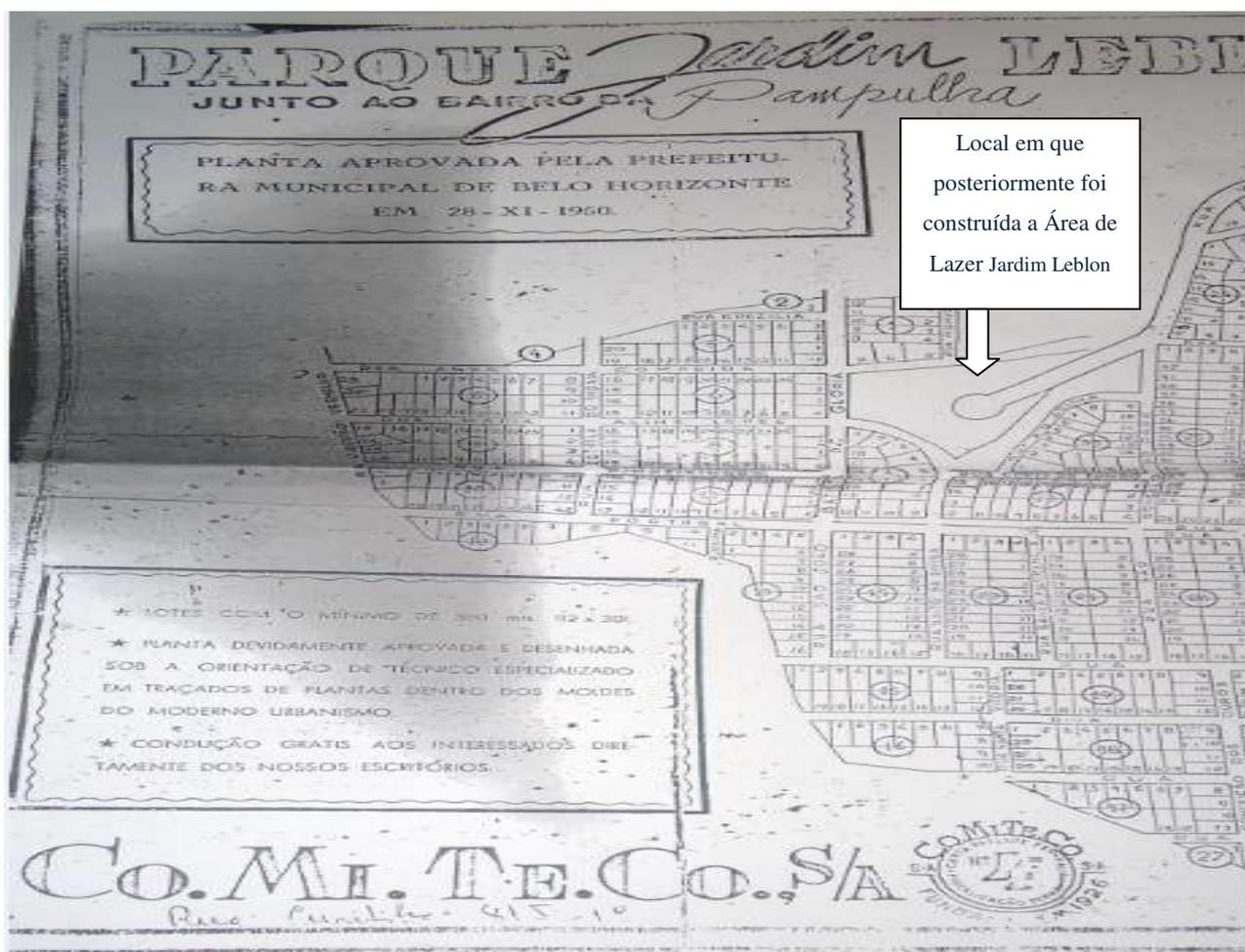


Figura 09: Localização da Porção do Bairro *Parque Jardim Leblon* onde está a Área de Lazer: fotografia da planta do bairro

Fonte: Associação Comunitária Parque Jardim Leblon

Nas duas figuras anteriores, percebe-se a totalidade do Bairro Jardim Leblon e também a parte em que se encontra atualmente a Área de Lazer Jardim Leblon. No canto superior esquerdo da Figura 09, encontra-se a citação da data em que a planta foi aprovada – 28 de novembro de 1950. No canto inferior direito, é possível identificar o nome da empresa – Co. Mi. Te. Co., S. A - Companhia Mineira de Terrenos e Construções – que comercializava os lotes do *Parque Jardim Leblon*.

Essa expansão da urbanização que alcançou a região de Venda Nova não veio acompanhada de uma urbanização que possa ser entendida sob o prisma de condições igualitárias para todos – ou ao menos para uma maioria –, de uma estrutura que garantisse boas condições de vida a seus moradores, apesar de a proposta impressa na planta demonstrar que ela fora desenhada “dentro dos moldes do moderno urbanismo” – conforme consta nos dizeres que estão no canto inferior esquerdo na última imagem. Além disso, no decorrer das entrevistas, por meio das falas

tanto de moradores quanto de lideranças, foi possível identificar esse aspecto de uma urbanização desigual – conforme mencionado em alguns relatos no Capítulo I e também, a seguir, em outros relatos.

Percebo ainda que essa expansão foi também tardia. Apesar de a aprovação para a comercialização dos lotes ter ocorrido em 1950, somente a partir da década de 1980 é que ocorre de fato a expansão dessa urbanização que possibilita melhores condições de vida: água encanada, luz elétrica nas residências, expansão das ruas pavimentadas, entre outras ações. Contudo, essa expansão não representou a garantia de acesso de todos os moradores a direitos tais como a água tratada e encanada, e a luz elétrica, ou seja, o atendimento universal a toda a população. Mesmo acontecendo tardiamente, perpetuava essa característica de desigualdade – e em alguns casos, na própria Regional de Venda Nova, ainda se mantém desigual, considerando aqui, para exemplificar, o caso de muitos moradores de Vilas, que precisaram se mobilizar, inclusive no Orçamento Participativo, para minimizar essas desigualdades.

Assim, percebe-se que, das grandes fazendas, Venda Nova se constituiu como uma das regiões administrativas do município de Belo Horizonte. E em seus bairros tem-se a expressão da expansão de uma metrópole, com seus problemas e desafios, mas também com suas lutas e superações. Essas e outras questões encontram-se a seguir.

### **2.2.2 Panorama Recente de Venda Nova: palco de lutas, espaço para o lazer**

Atualmente, Belo Horizonte está dividida administrativamente em 9 (nove) regionais e cada uma possui uma Secretaria de Administração Regional Municipal (SARMU), que têm por objetivo facilitar o acesso da população às políticas públicas que são desenvolvidas pela Prefeitura. Essa organização administrativa possibilita a descentralização política, sendo uma possibilidade de aproximação entre as representações administrativas regionalizadas e as demandas que estão pautadas nesses locais.

Uma das características desse modo de organização administrativa é a possibilidade de acesso e atendimento de seus moradores nas diferentes gerências que estão vinculadas a essa Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova (SARMU-VN)<sup>56</sup>. As gerências de Comunicação Social, Orçamento Participativo e Administrativo Financeiro estão diretamente ligadas à SARMU-VN, e existem também duas secretarias adjuntas que se vinculam a ela: a Secretaria Adjunta Regional de Serviços Urbanos – que coordena as gerências de Manutenção,

---

<sup>56</sup> Informações disponíveis em:  
[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=region\\_alvendanova&tax=9120&lang=pt\\_BR&pg=5486&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=region_alvendanova&tax=9120&lang=pt_BR&pg=5486&taxp=0&)

Limpeza Urbana, Licenciamento e Fiscalização; e a Secretaria Adjunta Regional de Políticas Sociais – que coordena as gerências de Educação, Distrito Sanitário e Políticas Sociais.

Encontra-se a seguir a imagem que demonstra essa representação da organização administrativa da cidade. Por meio dela é possível visualizar a representação territorial das nove Regionais Administrativas de Belo Horizonte e do município em sua totalidade. A regional de Venda Nova está em destaque.



Figura 10: Divisão administrativa de Belo Horizonte  
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

A Regional Venda Nova, como é possível verificar na imagem anterior, está localizada no extremo norte do município de Belo Horizonte, próximo às regionais Pampulha e Norte. Além dessas duas regionais administrativas, ela faz divisa também com os municípios de Contagem, Vespasiano, Santa Luzia e Neves.

Com a construção, e, recentemente com a inauguração do *Centro Administrativo do Estado*<sup>57</sup>, localizado no Bairro Serra Verde, Venda Nova vem passando por transformações em sua configuração espacial. Essas alterações guardam relação com aspectos inerentes ao aumento do valor dos terrenos na região – por exemplo, a ação de agentes do mercado imobiliário, que terminam contribuindo com a especulação imobiliária em bairros próximos a esse Centro Administrativo, tais como Serra Verde e Mantiqueira – e por obras que são indicadas como necessárias para um melhor atendimento dos trabalhadores e usuários desse Centro Administrativo.

Em relação ao município de Belo Horizonte, que possui 335,50 km<sup>2</sup>, Venda Nova é a Regional que possui a menor área, 27,61 km<sup>2</sup>, conforme informações contidas no quadro a seguir.

Quadro 05: Área das Regionais de Belo Horizonte

REGIONAIS	ÁREA
Barreiro	55,14
Centro-Sul	32,63
Leste	28,89
Nordeste	39,86
Noroeste	38,14
Norte	34,32
Oeste	32,10
Pampulha	46,81
Venda Nova	27,61
Belo Horizonte – Total	335,50

Fonte: Organizado com dados da Prefeitura de Belo Horizonte

O bairro Jardim Leblon, segundo informações disponibilizadas no site da prefeitura<sup>58</sup>, consta como um dos 40 bairros que compõem a região de Venda Nova.

A buscar por compreender o que moveu o grupo que apresentou a demanda da

<sup>57</sup> O Centro Administrativo tem por objetivo a centralização das variadas secretarias do governo estadual, em um único lugar.

<sup>58</sup> Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=26714&chPlc=26714&termos=pupa%20o%20dos%20bairros>

construção da área de Lazer levou-me a fazer um recuo no *tempo*. Por meio de variados documentos tive acesso a uma parte desse movimento de disputa e de interesses variados. Foram os diferentes instrumentos de coleta de dados que me permitiram ter acesso às informações da fase que se inicia com a ocupação mais intensa dos bairros – Céu Azul, onde está a Vila Mãe dos Pobres; e Parque Jardim Leblon<sup>59</sup>, onde está localizada a Área de Lazer –, por volta das décadas de 1970 e 1980, até a fase de reivindicação popular para a construção da atual Área de Lazer Jardim Leblon, quando os moradores da Vila Mãe dos Pobres, juntamente com outros participantes do Orçamento Participativo Regional 1999/2000, conquistaram o direito ao lazer manifestado no espaço. Os detalhes relativos a essa história de luta cotidiana pela sobrevivência e da transformação do espaço urbano foram obtidos por meio também das entrevistas.

Ao organizar os documentos para a análise, foi muito interessante a constatação da atuação da população na tentativa de buscar resoluções para as questões que se apresentavam problemáticas no cotidiano e que necessitavam de enfrentamento. Evidenciaram-se as reivindicações junto aos órgãos governamentais e empresas estatais, tais como as solicitações para a construção de rede de esgoto em diversas ruas e a dificuldade para inserção na educação pública, devido à insuficiência de escolas no bairro.

Essa mobilização pode ser notada no abaixo-assinado enviado pela Ascolaje para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), em que solicitavam a construção de uma escola. Esse abaixo-assinado contou com a assinatura de mais de 300 pessoas e, conforme identifiquei, mobilizou pessoas de diferentes localidades do bairro Jardim Leblon, e também de outros bairros, como o Bairro Copacabana. Observei também, por meio do nome das ruas desses *assinantes*, que algumas dessas pessoas residiam próximo ao local para o qual foi solicitada a construção da escola, o terreno localizado na Rua Salto da Divisa, onde, posteriormente, foi construída a Área de Lazer Jardim Leblon. O abaixo-assinado consta a seguir:

---

59 O nome Parque Jardim Leblon consta na planta inicial do bairro, que data de 1950. Mas, atualmente é popularmente conhecido como Bairro Jardim Leblon, nome que recorrerei ao mencionar o bairro.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARQUE JARDIM LEBLON

16745838/0001-44

EM 02/04/94

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
PARQUE JARDIM LEBLON

Rua Cel. Ant.º Lopes Coelho, n.º 160

Jardim Leblon - CEP 31540-380

BELO HORIZONTE - MG

Os moradores da comunidade Jardim Leblon, através da sua Associação Comunitária, encaminha este manifesto de ABAIXO ASSINADO, referente a construção de outra escola, pois a única existente, não é suficiente para a demanda dos alunos; motivo pelo qual os mesmos são obrigados a sair da comunidade para estudar em outras escolas.

Na certeza de sermos atendidos em nossa solicitação, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente assinamos:

	NOME	ENDEREÇO
1	José Sagundes Filho	R. Cel. Antônio Lopes Coelho - 160
2	Edécio Gonçalves Ferraz	R. São João Batista do Glória 36
3	Luiz Galberto Bicalho	R. Cel. Antônio Lopes Coelho, 320
4	Abelino Ferreira Júnior	R. Salto da Divisa 47 - <del>470</del>
5	Rosário Abreu	R. Salto da Divisa 47
6	José José de Lourenço	R. Salto da Divisa 25
7	Maria Rodrigues	R. Neves água doce de M. n.º 1
8	Mãe das Graças Lopes Sagundes	R. Cel. Antônio Lopes Coelho - 160
9	Olívia Rodrigues Rios	R. Salto da Divisa n.º 200
10	Edmundo Bastião	R. Água Comprida 10
11	Alcides Roberto de Aguiar	R. Antônio Lopes Coelho 1235
12	DAFIDU MOREIRA PERES	RUA - ÁGUAS DOCE DI' MANTENA Nº 206
13	José Clemente Filho	Rua pedrinópolis - Nº 35
14	José Luiz da Silva	R. GOIBEIRAS Nº 97 - JARDIM LEBLON
15	Claudio Canabarro Pequeno	AV. central 309 Capelinha
16	Magda Gersonina Vilela Oliveira	Rua Princesa Isabel - 309
17	SIRIVAL ANTUNES DA SILVA	R. SALTO DA DIVISA, 125
18	Francisco Antônio de Aguiar	RUA AGUA DOCE DE MANTENA - BECO S. MIGUEL Nº 6

Figura 11: Reprodução do abaixo-assinado encaminhado pela Associação Comunitária Parque Jardim Leblon à Câmara municipal de BH, solicitando a construção de uma escola  
Fonte: Associação Comunitária Parque Jardim Leblon

Desse modo, constatei que as solicitações – ou as intenções – para a ocupação do terreno em que ao final foi construída a Área de Lazer Jardim Leblon foram variadas. Em relação às solicitações a que tive acesso na Associação Comunitária do Parque Jardim Leblon, a que alcançou maior destaque foi a solicitação da construção de uma escola naquele local, o que representou um volume significativo de documentos relativos às demandas. A justificativa provável para essa solicitação estava no fato de que, naquele período, existia apenas uma escola<sup>60</sup> para atender principalmente aos moradores do bairro Jardim Leblon, e que provavelmente não era suficiente para a demanda da população em idade escolar. Nessa escola, na ocasião, havia somente o atendimento do *Ensino Fundamental*, como consta no documento a seguir, em que está a resposta que foi apresentada pela Diretoria de Atendimento Escolar, da Secretaria de Estado da Educação (SEE):

---

<sup>60</sup> No ano do abaixo-assinado, na região de atuação da Associação, mais especificamente o Bairro Jardim Leblon, havia apenas a Escola Estadual Síria Marques.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR  
DIRETORIA DE ATENDIMENTO ESCOLAR

INFORMAÇÃO Nº 892/97

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 1997

SIPRO Nº: 03382791200019971 de 19.11.97

**ASSUNTO:** Construção de prédio escolar, solicitada pelo Vereador João Gualberto Filho

**HISTÓRICO:** Dr. João Eduardo Rezende Dutra, Diretor de Edificações e Prédios Escolares, encaminha a esta Diretoria vistoria e parecer feitos pelo engenheiro do DEOP sobre a possibilidade de construção de prédio escolar no terreno situado no Jardim Leblon, em Venda Nova, solicitando parecer.

**INFORMAÇÃO:** O Bairro Jardim Leblon está situado na Regional Venda Nova que apresenta grande demanda escolar devido ao crescimento da população que está imigrando para residir nos vários conjuntos habitacionais que estão sendo construído na região.

A região de Venda Nova pela sua grande extensão e desenvolvimento, apresenta dificuldade de acesso para os alunos, às escolas públicas, muitas vezes bem distantes de suas residências.

A única escola situada no bairro Jardim Leblon é a EE. Sirla Marques da Silva, que ministra o Ensino Fundamental de 1ª à 8ª série. A escola tem 21 salas de aula, sendo todas ocupadas nos 02 turnos diurnos e turno noturno por uma demanda de 1900 alunos, não dispondo de espaço para atender todas as crianças da região.

**CONCLUSÃO:** À vista do exposto, encaminhamos os documentos da construção à Superintendência de Administração da Rede Escolar, esclarecendo que esta Diretoria é favorável à construção do prédio escolar, para instalação de Escola Municipal de Ensino Fundamental a ser criada na região.

**INFORMANTE:** Diná M. Barros

**ENCAMINHAMENTO:** À Superintendência de Administração da Rede Escolar

*Tânia Mara Lemos*  
TÂNIA MARA LEMOS

Diretora da Diretoria de Atendimento Escolar

lomo/dezem031.doc

10/MS

Mod. 10 - 08

16745838/0001-44

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
PARQUE JARDIM LEBLON  
Rua Inglaterra, 490  
Jardim Leblon - CEP 35640-000

Figura 12: Reprodução da resposta encaminhada pela SEE ao vereador João Gualberto, relativa à questão da solicitação da escola

Fonte: Associação Comunitária Parque Jardim Leblon

Conforme verificado, há evidências da relevância da demanda apresentada pelos moradores para que se construísse uma nova escola. Essa mobilização estava intimamente ligada à busca da ampliação de vagas no Ensino Médio e pela insuficiência de instituição pública de ensino no bairro – o que indicava a necessidade da saída dos estudantes para frequentarem escolas fora da “comunidade”, conforme mencionado na Figura 11, o que demonstra a luta da população para garantir de fato o acesso à educação. E, se considerarmos que essa demanda por educação aconteceu quase no final da década de 1990, em uma metrópole, há que se considerar, nessa situação, a evidência de exclusão de direitos em que esses moradores se encontravam, a fragilidade da atuação do Estado em relação ao direito à educação.

Ainda em relação à construção da escola no Bairro Jardim Leblon, houve uma carta

expedida pelo Gabinete da Educação, da Secretaria de Estado da Educação, que sinalizou ao Deputado Estadual Christiano Canêdo que não havia uma demanda comprovada para a abertura de novas turmas na Escola Estadual Sírnia Marques, a mais bem localizada para a população residente no Bairro Jardim Leblon. Conforme consta nessa carta, os estudantes concluintes do Ensino Fundamental – 107 estudantes – teriam onde se matricular no ano seguinte; argumentavam que o número de escolas estaduais que ofertavam o Ensino Médio em Venda Nova – 10 escolas – era suficiente para atender também a essa demanda. Houve outro argumento que foi apresentado para justificar a não abertura de turmas de Ensino Médio, na referida escola: o alto índice de violência da região. Essa resposta dada à solicitação da população demonstrou uma postura incoerente diante da demanda que foi apresentada, um distanciamento daquilo que estava indicado como necessidade, ou seja, a negação do que se apresentava no cotidiano: a necessidade de melhorar a rede local de atendimento na educação.

Essa situação vivida por tais moradores, por esse grupo que se mobilizou em prol do direito à educação, evidenciou as dificuldades que podem ser encontradas no cotidiano da ação política, assim como as frustrações, justificadas pelas insensibilidades daqueles que também compõem o quadro da política, nesse caso, os representantes do braço do Estado. Ilustra também o fosso em relação ao direito – aos ditos direitos sociais – que, em pleno século XXI, ainda não alcançou a todos em nosso país. Nem sempre as respostas dadas às demandas populares são, de fato, direcionadas à realidade que a população vive. Assim, acredito na importância de se buscar a transformação da realidade social que nos rodeia e que perpassa até mesmo pelo exercício de superar as limitações, as respostas contraditórias e frustrantes que poderão ecoar dos poderes do Estado. E que o combustível para a transformação social em nosso país está na participação da população nos diversos espaços de poder, nos espaços sociais, no espaço público

Mas não foi só a construção de uma escola o que a população pensou para ser realizado no terreno do *buracão*. Outras formas de ocupação daquele espaço foram pensadas, a citar, a construção de uma igreja, de uma escola profissionalizante, de um conjunto habitacional para moradores de área de risco e também de uma área de lazer. O(a) depoente B sinaliza que

Nós também [...] tínhamos na época outra visão, [...] como é um terreno público, construir lá o OPAN, pra gente montar aqui uma oficina, tipo uma oficina escola. A pessoa fazia a obra do OPAN, aí montaria uma escola de marcenaria aqui, ou, uma coisa assim, e as professoras da prefeitura ensinavam os jovens. Aprender uma profissão, e depois aqui mesmo reformar mesa, cadeira das escolas e o restante vender para outras empresas, móveis de escritório, essas coisas assim. Nós tínhamos na época essa visão, de dar emprego para os jovens, curso profissionalizante, emprego para os jovens (Depoente B)

Percebe-se que ainda muitas demandas se fazem necessárias, segundo as falas dos

depoentes que vivem na região, muitos dos quais, há 20 anos ou mais, como é o caso do(a) depoente C, que relatou morar no bairro há 31 anos. Por meio de sua fala foi possível imaginar o processo de ocupação e crescimento do Bairro Jardim Leblon, as dificuldades enfrentadas por muitas das pessoas que chegaram nele na década de 1960 até o princípio de 1970, quando em várias localidades não existia água encanada, luz elétrica, rede de esgoto, sequer existiam ruas abertas, como foi o caso de sua rua, que nada mais era que um trilho construído pela passagem das poucas pessoas que ali viviam, uma vez que também havia poucas casas e muito mato.

Aqui o bairro era, quando eu mudei para aqui nem ônibus tinha, tinha que pegar um ônibus lá embaixo, lá no bairro chamado Santa Mônica, que era no 1207B, era bem lá embaixo, quase lá na Pedro, quase saindo lá na Pedro I. [...] Passava dentro daqueles colônias e mais uns trilhos, até para ir pegar o ônibus. Inclusive para pegar o ônibus a gente tinha que pegar uma trilha bem grande de mato, colônias (Depoente C).

A moldagem dos espaços e das ações cotidianas foi, no decorrer dos anos, diferente da situação que se apresenta atualmente. No lugar da água encanada presente em muitas casas contemporâneas, por exemplo, o que existia antes eram as cenas da água retirada das cisternas ou trazidas de nascentes próximas. As compras que hoje fazemos em grandes lojas ou em shoppings, eram feitas em pequenas vendas, com dificuldade para o pagamento e também para carregar, uma vez que no caso de muitos desses moradores, até mesmo o dinheiro para o ônibus era pouco – além de que o transporte público não era tão acessível e a possibilidade de ser proprietário de um automóvel, inexistente. Para os que não tinham eletricidade – uma vez que poucos nessas bandas tinham acesso a ela –, o banho era realizado somente com o uso de água fria ou esquentada nas latas ou outros vasilhames, tais como panelas que eram colocadas principalmente em fogão à lenha ou então no fogão a gás, embora esta não fosse a escolha mais econômica. As brincadeiras eram muitas – nadar no lago, brincar de pegador, subir em árvores, pegar passarinho – e um pouco distintas das que muitas crianças brincam atualmente, em que futebol é mais fácil jogar no *video-game*; o passarinho já vem preso na gaiola e o contato com a natureza natural, hoje, para muitas das crianças urbanas, quase acontece como evento de final de semana. Os deslocamentos, que hoje fazemos cada vez mais rápido, em grandes ruas, avenidas e bulevares, aconteciam naquela época, em boa parte, por trilhas, e as ruas eram normalmente construídas nesse bairro, nos locais mais centralizados, nas ditas *ruas principais*.

Enfim, ao fazer esse confronto entre o que temos constituído atualmente enquanto modificações do modo de vida cotidiano com o que tínhamos há 20, 30 anos atrás, será possível dizer que tivemos avanços significativos no que diz respeito à melhoria das condições de vida, do conforto cotidiano, principalmente no espaço urbano. Porém, destaco que essas transformações que

alcançaram nos últimos anos uma parcela maior da população urbana – considerando a ideia de universalização dessas possíveis políticas públicas ou intervenções de empresas que oferecem serviços à população, como é o caso da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) – ocorreram, em boa parte, devido às manifestações dessas pessoas, às lutas em prol de melhorias das condições de vida a que estavam sujeitas, à ocupação do espaço público enquanto palco de atuação política.

Assim, é possível considerar que a população que iniciou o processo de expansão nesses espaços pouco habitados de Belo Horizonte e da região metropolitana, que se estabeleceu nesses novos loteamentos, tenham contribuído, por meio de suas manifestações, para que o espaço fosse transformado. Portanto, as manifestações desses habitantes, sujeitos políticos, contribuíram na transformação do espaço para o que temos constituído hoje como metrópole.

É interessante pensar que há pouco tempo, não mais que 30 anos, Belo Horizonte – a então idealizada cidade moderna, já em processo de plena expansão de sua ocupação territorial nas décadas de 1960/1970 – comportava em seu espaço a existência de pastos, de muitas trilhas nos mais diversos loteamentos e fundamentalmente a exclusão do/no espaço. Tal exclusão vinha acompanhada das dificuldades mais diversas da vida cotidiana, tais como as mencionadas anteriormente, desde a negação do acesso aos confortos e necessidades domésticas até as dificuldades de deslocamento nos diferentes espaços da cidade.

A exclusão do espaço, devido inclusive às dificuldades de acesso à moradia, determina a constituição de espaços direcionados aos que possuem ou não o poder monetário, influenciando a ocupação dos lugares por quem tem ou não as condições financeiras para se manter nesse ou naquele espaço, de acordo com sua posse monetária.

Desse modo, cabe salientar que todo esse processo de transformação do espaço urbano que temos constituído nas paisagens urbanas que nos toca atualmente não significou uma benesse, uma situação deslocada da ação política daqueles habitantes da metrópole que se constituía – com as tensões e os conflitos, nas diversas paisagens, nos diferentes modos de viver a urbe. Ao contrário, essa urbanização – que atingiu uns tardiamente e outros com pouca intensidade – foi fruto de muitas mobilizações, manifestações e lutas populares. Não foi difícil ouvir dos depoentes relatos que apontavam a necessidade de mobilização e reivindicação por melhorias para que houvesse o atendimento do que consideravam importante para a vida cotidiana. Mesmo na fala do entrevistado mais jovem – com 26 anos quando entrevistado, nascido no bairro e um dos trabalhadores que construíram a Área de Lazer –, está presente essa questão da transformação acontecendo por meio de lutas, de mobilizações. A importância das lutas populares foi evidenciada nas falas de diferentes depoentes.

Eu nasci aqui mesmo em Belo Horizonte. E fiquei morando durante toda a minha infância vivida nesse bairro [...] É, vivi aqui, com a minha família. A gente passou por muita dificuldade nesse bairro aqui, né? [...] Não ter acesso à ônibus, a escola era difícil [...] Mas com o tempo foi melhorando, né? Todo bairro no início é assim, sempre falta alguma coisa, às vezes uma padaria, um supermercado, até mesmo uma área de lazer, um lugar para brincar, [...], uma praça, qualquer coisa assim, diversificar o local, [...] Mas, todos hoje, geração tanto que está hoje, quanto a que está vindo, que está por chegar recebe esse trabalho com muito carinho né? Que é através dessas pessoas que está, antes de mais nada, eles lutaram por isso, né? (Depoente G).

Tinha fossa. Aí as crianças adoeciam demais na época, porque era água de cisterna, [...] a gente não tinha o cuidado de ferver ou filtrar, dava lá os meninos de qualquer maneira, então eles até adoeciam demais. Aí foi aonde a reivindicação, aí eles formaram uma [...] que eles falam: comissão comunitária, né? [...] ação comunitária. [...] Isso começou, primeiro foi com aquele rapaz lá da Vila, que chama Messias. [...] Ele começou com esse avanço lá, e aí foi reivindicando as coisas que precisava, principalmente a água, [...] o ônibus, ele lutou demais para trazer o ônibus para cá, depois foi lutando para a luz chegar, porque a claridade que tinha à noite eram os faróis dos carros, aí veio a luz. Quando foi melhorando depois, aí fortificou mais a ação comunitária, e eles formaram, aí já tinha formado mesmo a ação, o líder e aí o pessoal né, que fazia parte daquela comissão (Depoente C).

Percebe-se nas falas anteriores a presença tanto da questão das necessidades que moveram a população para buscarem as melhorias das condições cotidianas, quanto da figura da liderança comunitária e da população, que conjuntamente transformaram a realidade na qual se encontravam. Que envolvidos no processo de realização do Orçamento Participativo de 1999/2000, por meio da interlocução entre os desejos da população e a atuação do Estado, determinaram a transformação do espaço, que constituiu o *buracão* em uma Área de Lazer pública construída pelo Estado, a *Área de Lazer Jardim Leblon*.



Figura 13: Do *Buracão* à Área de Lazer Jardim Leblon

Fonte: Presidente da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres – 2 fotografias da primeira coluna - e Luciana Cirino - 2 fotografias da segunda coluna.

Constata-se, desse modo, que a mobilização dos moradores e o seu envolvimento para que a constituição de um espaço que anteriormente oferecia possibilidades – de lazer, de passagem, de trabalho e sobrevivência – e riscos, conforme já mencionado, tivesse agora a possibilidade de se constituir enquanto espaço público de lazer.

Alguns aspectos relativos à questão espacial da Área de Lazer – tais como a sua organização relativa aos equipamentos de lazer e esporte e a sua organização espacial – serão problematizados a seguir.

### 2.3 Onde fica o pedaço: a Área de Lazer Jardim Leblon

A Área de Lazer Jardim Leblon pode ser considerada como *o pedaço* para muitos que nela constituem laços sociais. Esse *pedaço* encontra-se em uma área mais periférica do Bairro Jardim Leblon, próximo aos bairros Céu Azul, Santa Mônica e Rio Branco.

A seguir, estão duas imagens que possibilitam a visualização desse espaço de lazer. A primeira imagem apresenta a vista aérea da Área de Lazer. Por essa imagem, é possível ter uma noção da estrutura que a compõe, tendo destaque o aspecto da predominância de vegetação.



Figura 14: Vista superior da Área de Lazer Jardim Leblon  
Fonte: googlemapas

É possível visualizar também as ruas que dão acesso direto às duas entradas, uma pela Rua Salto da Divisa – na imagem, parte superior esquerda – e outra pela Rua A – na parte inferior direita. Quando visitamos a Área de Lazer, percebemos que em cada uma dessas entradas há um portão. Vemos a seguir outra figura que registra as entradas da Área, sendo duas fotografias que representam as duas entradas. A fotografia da esquerda, em que vemos o portão aberto, é a *entrada pela Rua Salto da Divisa*. A fotografia à direita, em que o portão está fechado, demonstra a *entrada pela Rua A*.



Figura 15: As entradas para a Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

Outro aspecto interessante a se observar na Área de Lazer está relacionado ao seu relevo. Na imagem anterior, esse aspecto não é muito perceptível, mas na Figura 13, assim como em outras no Capítulo III, é possível visualizá-lo.

Apesar do grande volume de terra que foi utilizado para a construção da Área de Lazer, ela ainda manteve um acentuado declive e está disposta em três platôs. Essa disposição se deve ao fato de que o terreno em que ela foi construída apresentava uma declividade bastante acentuada. E provavelmente foi essa característica que a fez ser conhecida por muitos moradores antes da construção da Área como o *buracão*.

A parte mais alta da Área de Lazer é a mais próxima à Rua Salto da Divisa. O nível intermediário corresponde ao que se vê, na Figura 14, como uma área cimentada em forma de retângulo – a quadra poliesportiva –; ao lado, está um pequeno jardim e seguindo para a esquerda da imagem está um semicírculo – onde no projeto inicial estava prevista a construção da administração. Por fim, na parte mais baixa da Área de lazer, que na imagem está localizada na parte inferior, está a quadra de areia – onde se vê a figura de um retângulo – e, próximo a ela, localizam-se pista de skate, um conjunto de equipamentos para ginástica e uma área verde. Esses dois níveis estão interligados por uma pista de caminhada, conforme se vê na imagem anterior. A planta do projeto inicial pode ser vista no Anexo A.

A imagem a seguir apresenta a localização da Área de Lazer de modo mais ampliado em relação ao bairro Jardim Leblon.

Figura 16: Vista panorâmica da Área de Lazer Jardim Leblon e de suas imediações



Fonte: Googlemaps

Na imagem acima, é possível identificar a *vizinhança* da Área de Lazer: as ruas que levam a ela; as diferenciadas constituições do espaço em suas proximidades, aqui representadas pelas construções – as casas, prédios, galpões –, espaços sociais e espaços de lazer.

Na parte superior direita, no canto da imagem, onde está a Rua Cônego Trindade, encontra-se uma parte da Vila Mãe dos Pobres, uma das vilas que fica próximo a Área de Lazer. Já no canto superior esquerdo, onde se encontra uma área com terra, está outro equipamento público de lazer, o campo Telê Santana. Além desse campo, há outro equipamento público que funciona ao lado do campo, a Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes<sup>61</sup> (URPV).

<sup>61</sup> Essas URPVs estão sob a administração da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e recebem “materiais como entulho, resíduos de poda, pneus, colchões, eletrodomésticos e móveis velhos, até o limite diário de 2m<sup>3</sup> por obra” (PBH, 2010). Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=slu&tax=16509&lang=pt-br&pg=5600&taxp=0&>

### 2.3.1 O que temos na Área?

A estruturação da Área de Lazer Jardim Leblon, a constituição dos espaços que foram desenhados no projeto inicial e algumas alterações que aconteceram em seu espaço – considerando a não construção de espaços previstos no projeto e também a construção mais recente de outros espaços – demonstram uma diversidade de formas para a sua apropriação.

Ela ocupa uma área de 11.330 metros quadrados e, conforme mencionado anteriormente, está dividida em três níveis, sendo o primeiro e o *mais elevado* o que está localizado na entrada principal<sup>62</sup>, na Rua Salto da Divisa.

A seguir, temos duas fotografias que apresentam a composição espacial da Área de Lazer, na parte próxima a sua entrada principal, retratando também a organização dos espaços nessa parte mais alta.



Figura 17: Nível superior da Área de Lazer

Fonte: Luciana Cirino

<sup>62</sup> Há um aspecto intrigante em relação à adjetivação *principal* que é dada à entrada da Rua Salto da Divisa. No decorrer das observações, nos 3(três) primeiros meses em que estive na Área de Lazer, percebi que as duas entradas eram utilizadas, uma vez que os dois portões permaneciam abertos. A partir de agosto de 2009, o portão da Rua A passou a ficar fechado, permanecendo desse modo até o final das observações que realizei, em dezembro de 2009. Assim, a partir do fechamento do portão inferior, a entrada da Rua Salto da Divisa passou a ser a *única* entrada, e não mais a principal. No Capítulo III veremos um pouco mais sobre esse fato.



Figura18: Nível superior da Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

Conforme se vê nas figuras anteriores, há uma grande concentração de pessoas em um espaço que está próximo à rua. Essa é a Rua Salto da Divisa e esse espaço está próximo à entrada para a Área que dá acesso a ela. Essa edificação em que as pessoas estão e que na imagem está pintada em amarelo é o equipamento construído para realizar ações da *Academia da Cidade*<sup>63</sup>, Ela não constava no projeto inicial da Área de Lazer Jardim Leblon, sendo então construída em 2008 e inaugurada<sup>64</sup> em março de 2009. Esse equipamento é constituído por duas salas, um salão, um banheiro e um almoxarifado. A seguir, estão duas fotografias que demonstram um pouco mais o espaço da *Academia da Cidade*.

<sup>63</sup> A Academia da Cidade é uma ação desenvolvida pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no Projeto BH Saúde, e tem por objetivos promover a melhoria da qualidade de vida e a saúde. Segundo constatei, até o término da fase de observação – dezembro 2009 –, a Academia da Cidade que funcionava dentro da Área de Lazer atendia somente no período da manhã. Contudo, havia uma indicação de que em breve abririam novas turmas no período da tarde.

<sup>64</sup> Por uma questão de opção metodológica, as ações do Programa Academia da Cidade que eram realizadas na parte interna de seu equipamento não constituíram objeto de observação da pesquisa, portanto não entraram nos registros que realizei durante as observações que fiz na Área de Lazer. Essa escolha foi orientada pelo interesse que eu tinha em observar a apropriação dos outros espaços da Área de lazer, que possibilitavam à população maior autonomia para se relacionar com eles, uma vez que normalmente não havia mediação de professor ou monitor da Prefeitura. Considerei também o fato de que não haveria comprometimento em relação aos dados obtidos relativos à apropriação da Área de Lazer fora desse equipamento da Secretaria da Saúde. Tal justificativa foi devido ao fato de que a Academia tinha previsão inicial de funcionar somente pela manhã – não tendo atendimento à tarde – e também pelo fato de que me interessava observar principalmente os diferentes modos de apropriação nos espaços previstos no projeto inicial da Construção da Área de Lazer. Contudo, durante as observações, eu considerei a presença dos participantes em outros espaços da Área. Desse modo, compreendo que existe a possibilidade de constituição de uma nova pesquisa relativa à relação entre a Academia da Cidade e a Área de Lazer, o que, dentro do tempo que eu tive para realizar a presente pesquisa, não seria viável.



Figura 19: A Academia da Cidade na Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

Já no *nível intermediário* da Área, encontram-se a quadra poliesportiva, o parque infantil – *playground* –, a arquibancada e os jardins, com bancos e mesas – que no projeto inicial foi denominado por *recanto*<sup>65</sup>. As fotografias a seguir ilustram parte desse nível intermediário.



Figura 20: Equipamentos no nível intermediário  
Fonte: Luciana Cirino

<sup>65</sup> O *recanto* é um espaço amplo próximo à quadra poliesportiva, com um jardim e algumas mesas de concreto com banquinhos.



Figura 21: Equipamentos no nível intermediário  
Fonte: Luciana Cirino

O terceiro nível ou *nível inferior*, que está localizado na parte mais baixa da Área de Lazer, é o espaço onde foi construída a quadra de areia, assim como os aparelhos de ginástica e a pista de skate. Há também uma pista de caminhada que faz a união entre o nível intermediário e o terceiro nível. Esta pista contorna a quadra poliesportiva, a arquibancada, passa próximo ao parquinho infantil e ao recanto.



Figura 22: Equipamentos no terceiro nível  
Fonte: Luciana Cirino

Analisando a organização espacial, o que foi concebido e construído em termos de equipamentos que manifestam as ações de lazer, está evidente a grande tendência em estimular as vivências relativas aos conteúdos físico-esportivos, estando aqui destacada a construção de 1 pista de skate, 2 quadras esportivas, um parque infantil, um espaço com aparelhos de ginástica e uma pista de caminhada/corrída. Porém, a estrutura espacial da Área de Lazer não está limitada somente a esses equipamentos que possibilitariam a manifestação do interesse físico esportivo. Os interesses sociais – encontros e festas, por exemplo – e os interesses intelectuais – por exemplo, a leitura – são manifestações possíveis de serem vivenciadas na Área de Lazer. Afinal, ela é também um *lugar de encontros!* Encontros para o esporte, a brincadeira, a conversa, o namoro: *encontros para o lazer.* Suas mesas, bancos e as árvores frondosas nos convidam para a leitura, o bate-papo, o jogo – damas, carta – e a vista que se tem da cidade em alguns pontos da Área é um convite à contemplação.

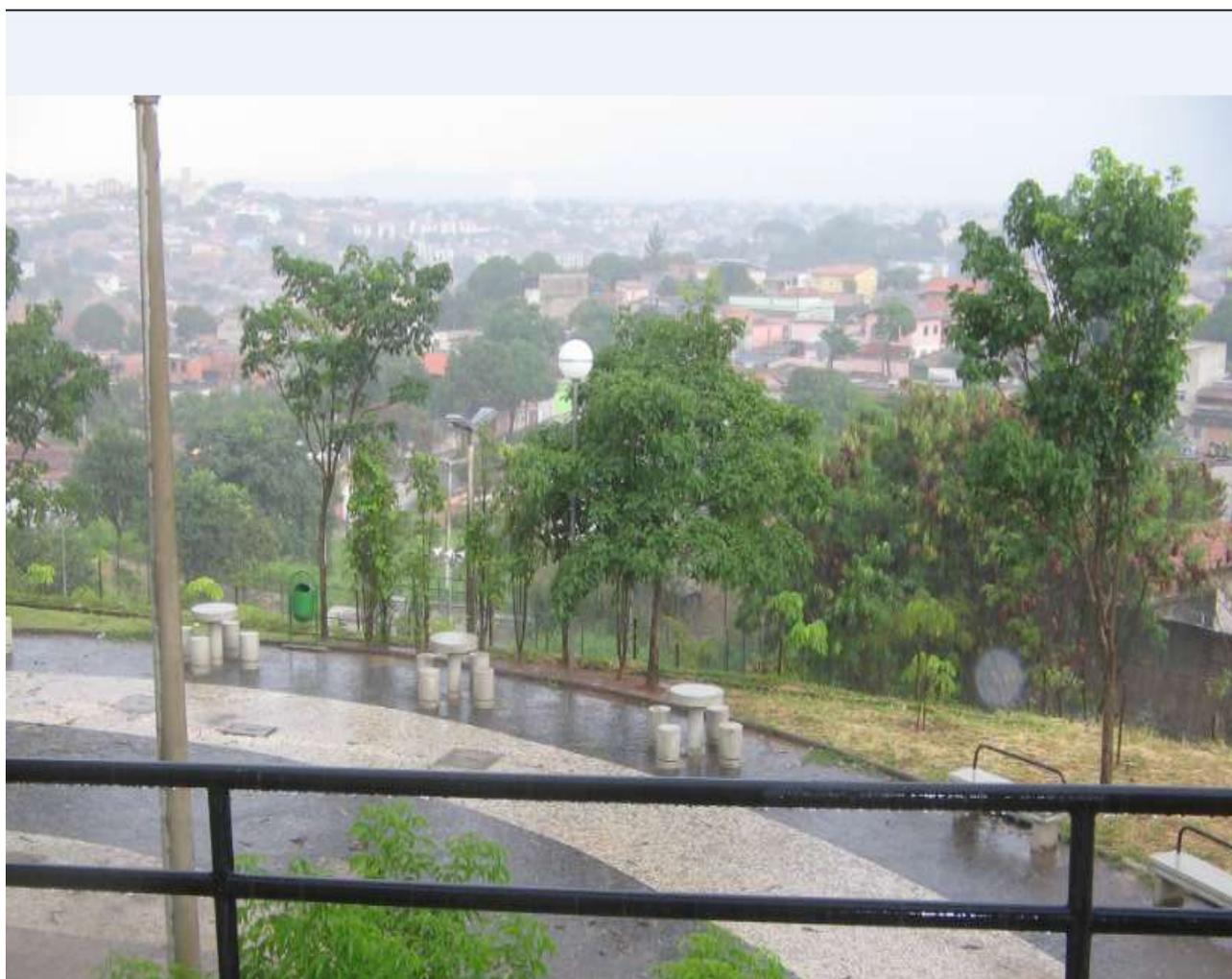


Figura 23: A cidade vista da Área de Lazer em dia de chuva  
Fonte: Luciana Cirino

Pensar o espaço como uma (im)possibilidade para a existência do lazer dialoga com a ideia do espaço urbano como produção humana, socialmente constituída, sendo um dos elementos fundamentais para se pensar a vivência do lazer. Assim, pensar o urbano como produção humana é ter a compreensão de tê-lo como lugar de expressão de conflitos, o lugar do desejo emergente das necessidades (LEFEBVRE, 2008).

Conforme evidenciado até então, foram muitas as necessidades que emergiram no cotidiano das pessoas que deram vida, viveram e vivem os/nos bairros Jardim Leblon e Céu Azul. Pessoas que antes mesmo da construção da Área de Lazer manifestavam diferentes desejos relativos ao que esperavam que existisse naquele local.

Por fim, uma escolha foi realizada e encaminhada ao Estado: que fosse aprovada a construção de uma área de esporte e lazer naquele espaço. E assim se fez: a construção Área de Lazer Jardim Leblon!

## 2.4 O Lazer no Espaço e o Espaço no Lazer: algumas reflexões

Gomes (2004, p. 124) aponta que o lazer é compreendido como “*uma dimensão da cultura construída socialmente*”, considerando quatro elementos que se relacionam entre si: o tempo, o espaço-lugar, as manifestações culturais e as ações/attitudes. Portanto, segundo a autora, o aspecto espacial é um dos elementos que dizem respeito ao lazer.

De fato, especialmente no espaço urbano, a questão espacial pode ser limitadora para a vivência do lazer. Andando pela cidade, por suas ruas, é perceptível que existem alguns locais mais convidativos para o lazer do que outros. Ruas em que há um grande fluxo de veículos são menos propícias às vivências de lazer envolvendo crianças, tais como a realização de jogos de futebol, queimada ou brincadeiras como pega-pega, do que aquelas em que o trânsito de veículos é menos intenso.

Por outro lado, a existência de equipamentos de lazer na cidade não é garantia de que as pessoas constituirão, de fato, tais vivências. A dinâmica social, o cotidiano em que tais sujeitos se encontram inseridos poderão apontar desdobramentos que aproximarão ou distanciarão as pessoas das diversas possibilidades de vivência do lazer. Assim, é fundamental que haja, além do espaço, o tempo para o lazer. Nesse sentido, ao tecer considerações sobre as relações entre o lazer, a urbanização e a cidadania, Martins (2006, p. 97) indica que a cidade

(...) é também uma prática, compreender a realidade urbana exige considerar as práticas sociais com e no espaço, o que envolve a disposição sobre o tempo. Ora, também os tempos sociais foram profundamente reconfigurados pela industrialização. O exemplo mais evidente é o da jornada de trabalho, que deixou de ser regulada pelos ritmos e ciclos da natureza natural do mundo para obedecerem à abstração do tempo quantificado (...).

Assim, ao pensar a cidade como lugar da *praxis* que traz consigo as organizações ou desorganizações presentes nas produções que se dão nela e por ela, torna-se importante considerar também a necessidade de disponibilizar o acesso das pessoas a tais equipamentos, de modo a estimular o interesse em se aproximar e se apropriar dos espaços de lazer da cidade. Ao se constituírem equipamentos voltados para a vivência do lazer, é necessário considerar as barreiras relativas à apropriação. Nesse sentido, ao considerar os modos e usos dos equipamentos públicos de lazer, torna-se fundamental considerar o aspecto temporal como, por exemplo, os horários de funcionamento desses equipamentos.

Portanto, é importante pensar na diversidade de *tempos* sociais com que cotidianamente os sujeitos podem se deparar, tais como o tempo de trabalho, de estudo, de encontro e de descanso.

Afinal, a disponibilidade de tempo pode se constituir como um elemento definidor para que as pessoas se disponham a vivenciar o lazer. Assim, se a perspectiva de atuação do Estado for democratizar o espaço, é importante que, ao se pensar o tempo de funcionamento dos equipamentos públicos, seja considerado o perfil das pessoas que poderão frequentá-los: trabalhadores, estudantes, crianças, jovens, idosos, pais, mães, filhos, homens e mulheres. Esse movimento de ampliar o olhar, considerando a diversidade de sujeitos e conseqüentemente de seus *tempos*, dos tempos que compõem o cotidiano social, poderá contribuir para a inserção na perspectiva da cidadania, cidadania essa que busca romper com as diversas exclusões que nos deparamos em nosso cotidiano. Desse modo, quanto maior for o tempo que a Área de Lazer permanecer aberta, atendendo em diferentes períodos do dia e da semana, maiores serão as possibilidades de aproximação da população a esse espaço; maiores serão as possibilidades de apropriação da Área de Lazer Jardim Leblon.

Pensar na perspectiva da ampliação da presença dos diferentes sujeitos sociais em diferentes tempos nos equipamentos públicos de lazer é fazer o exercício de tirar do papel e materializar na prática a concepção do Lazer compreendido como um direito social. Seria uma possibilidade de avançar no panorama de garantir a um número maior de pessoas condições para usufruírem as riquezas construídas socialmente. Principalmente em se tratando de políticas públicas, seria um caminho para possibilitar o acesso aos que possuem menor poder monetário para pagar o acesso aos espaços privados de lazer.

Portanto, ao pensar a questão da estrutura de funcionamento dos espaços para o lazer, em especial os espaços públicos, teremos aí a possibilidade de minimizar barreiras para a sua vivência. Ao democratizar o espaço de lazer, pode haver a diminuição do quadro de exclusão de muitos habitantes que ainda não fazem jus ao direito ao lazer.

Marcellino (2006, p. 66) sugere que:

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora os equipamentos construídos exerçam atração nas atividades desenvolvidas no lazer, deve-se considerar que, para a efetivação das suas características é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos de vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer. Somos partidários da opinião de que a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

Conhecer e analisar como se dá a constituição dos parques públicos na cidade de Belo Horizonte pode ajudar, portanto, a compreender como está o processo de democratização do lazer,

via democratização dos espaços.

Pensar a Área de Lazer Jardim Leblon, no contexto da metrópole em que ela está inserida, remete-me a considerá-la no aspecto relacional com os diferentes tempos vividos nessa metrópole: o tempo do trabalho, do lazer, das férias, da busca por melhoria da saúde, da reivindicação por condições de vida melhores para a população, entre outros.

Orienta-me também a considerar o cotidiano daqueles que a habitam, daqueles que animam a metrópole, seja com seu trabalho, com suas festas, com sua luta por melhorias, com sua voz ou com seu silêncio. Se as pessoas (re)produzem os espaços, os espaços também podem produzir a ação dos sujeitos. Tal afirmativa pode ser exemplificada pensando no aspecto relacional, por exemplo, entre os sujeitos e uma quadra de esportes, mais especificamente, uma quadra em uma escola.

Inicialmente quem a projeta o faz vislumbrando o ideal de um espaço para a prática de esportes, no caso de uma quadra poliesportiva. Poderia ser apenas para uma modalidade de esportes de quadra, mas a racionalidade alcança a *otimização* dos espaços, que no caso da escola depara-se com a construção de uma quadra para as variadas modalidades esportivas, com suas linhas e equipamentos determinados (e, algumas vezes, determinantes na ação de quem a utiliza). Há, assim, um planejamento de uso do espaço, e este pode não só orientar, mas pode chegar a determinar, limitando o seu uso. Essa situação pode acontecer quando o grupo que a frequenta se limita a vivenciar naquele espaço apenas os *planos* pré-determinados por outro(s) para eles. Ficam limitados, assim, aos usos *possíveis* que os traçados trazem e que o espaço comporta – e conforma. Nesse caso, não se rompe com a ideia de que há no desenho, nos traçados da quadra uma possibilidade de ação que pode ir além daquelas linhas. Esse seria, portanto, um exemplo da produção do espaço que produz a ação do sujeito.

Não considero que essa produção da ação do sujeito, que é configurada de acordo com os padrões estabelecidos pelo espaço, seja necessariamente indesejada. A questão que destaco aqui é a importância de se manter uma postura reflexiva das/com as pessoas, no sentido de que a relação com o espaço esteja se orientando de acordo com as necessidades que se manifestam – ou poderiam se manifestar – nos espaços, dando inclusive novos sentidos, novos significados a eles. Desse modo, assume-se a postura de sujeitos que significam e (re)significam o espaço, que o constituem como lugar, inclusive de múltiplas identidades.

Voltemos ao exemplo da quadra. Muitos dos que vão até ela o fazem buscando de fato praticar alguma modalidade esportiva. Ali, podem seguir a ideia pré-estabelecida para os esportes que foram planejados. É comum nessas quadras poliesportivas que se faça o traçado de linhas para 4 modalidades esportivas: futsal, basquetebol, handebol e voleibol. Porém, esses traçados não

representam a riqueza que temos em relação aos esportes e aos jogos – considerando aqui essas possibilidades de manifestação corporal, sabendo também que uma quadra pode ser utilizada para outras práticas; esse desenho poderia ser compreendido como algumas possibilidades de se apropriar da quadra, porém não significa que sejam possibilidades definitivas no campo dos esportes e dos jogos.

Sendo assim, há a possibilidade de construção de novos significados, dando às linhas outros sentidos que não o de limitar a área de jogo, ou o lugar que a bola pode tocar ou não o solo, ou, ainda, o lugar que pode ou não ser tocado pelo jogador. Portanto, pensar em novos usos para a quadra seria um exemplo de (re)produção dos espaços, a constituição da quadra como lugar do jogo, da brincadeira, das relações entre diferentes sujeitos, da troca, da aprendizagem, da vida. Afinal, uma quadra sem seus frequentadores é apenas um espaço, vazio, sem vida.

É na relação dos sujeitos com o espaço que se tem a sua constituição como lugar: que comporta a manifestação dos desejos, dos conflitos. E a Área de Lazer Jardim Leblon pode assumir essa dimensão do lugar de manifestar a ação dos sujeitos, comportando as contradições, os desejos e as negações que, transformando o espaço, possibilitam que ele tenha vida!

Lefebvre indica que

O urbano poderia, portanto, ser definido como *lugar da expressão* dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação. O urbano poderia também ser definido como lugar do desejo, onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram talvez (possivelmente) Eros e Logos. A natureza (o desejo) e a cultura (as necessidades classificadas e as artificialidades induzidas) aí se reencontram, no curso de uma autocrítica mútua que mantém diálogos apaixonados (2008, p. 158).

Desse modo, ao fazer a minha aproximação com a Área de Lazer Jardim Leblon, um equipamento urbano de lazer, pude constatar outras situações em que ela foi tomada por “lugar da expressão”. No decorrer dos anos em que acompanhei as ações, deparei-me com outras formas de apropriação da Área de Lazer, outros modos de se manifestar desejos. A maior parte das vezes que eu a frequentava era durante a semana. Aos finais de semana, somente quando tínhamos algum evento programado. Além das crianças e dos adolescentes que participavam das oficinas, tive contato também com responsáveis que algumas vezes os acompanhavam. Lembro-me de que, no primeiro ano em que estivemos lá, deparei-me com trilhas criadas no gramado para ligar a parte onde estava a quadra poliesportiva com a parte de baixo, onde fica a quadra de areia. Outras trilhas foram surgindo no decorrer dos anos, assim como outros buracos nas telas – sinais de que pessoas passavam por ali.

Assim, essas análises podem demonstrar a questão da manifestação de desejos e

diversas necessidades. Sigo pensando sobre outras necessidades, como, por exemplo: diante de tantas aglomerações, não seria de fato necessário pensar em espaços públicos para as pessoas se encontrarem e para o lazer? Diante da redução cada vez mais intensa dos espaços naturais e não construídos e do aumento de tantos espaços privados, quais seriam as contribuições dos espaços públicos para os sujeitos que vivem no espaço urbano, mais especificamente nas periferias, do ponto de vista do encontro e da convivência entre as pessoas? As respostas para essas e outras questões encontram-se a seguir, no Capítulo 3.

## CAPÍTULO 3

### A ÁREA DE LAZER JARDIM LEBLON E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO EM LUGAR: os usos no tempo e no espaço

#### 3.1 As estratégias para identificar as possíveis formas de apropriação da Área de Lazer Jardim Leblon

Além da busca por conhecer e analisar as questões relativas à reivindicação e à construção da Área de Lazer Jardim Leblon, identifiquei e analisei a relação dos usuários, dos moradores com esse espaço, ou seja, a apropriação da Área de Lazer, sendo essa a questão norteadora deste terceiro capítulo.

Obviamente, uma vez se configurando como espaço de lazer para os moradores, não considero que a Área seja a única possibilidade de lazer a que essas pessoas têm acesso. Compreendo que existem outras possibilidades de vivenciarem o lazer para além da Área, tais como as diferentes festas – familiares, religiosas, com grupos de amigos, escolares –, os lazers domésticos, os passeios em outros espaços da cidade, as andanças nas casas de colegas – prática muito comum entre os mais jovens, e os *rolés*<sup>66</sup>, por exemplo, em *shoppings*. Contudo, é perceptível que em nossa realidade urbana a dificuldade imposta pela ausência ou precariedade do espaço disponível para o lazer torna-se um elemento que dificulta tanto a sua vivência quanto a ampliação de experiências relativas a ele. Esse aspecto da necessidade do espaço foi apresentado no Capítulo 1, na fala do(a) *depoente F*. E em Marcellino (2008, p. 17), a temática relativa aos espaços de lazer também é problematizada, quando ele demonstra que o processo de urbanização em nossas cidades, do modo como ocorreu “[...] ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas muito sérios, que afetam a qualidade de vida e o lazer das populações [...]”.

Desse modo, avalio que uma vez constituído um equipamento tal qual a Área, amplia-se a possibilidade de democratizar o acesso aos espaços de lazer. E para identificar a dinâmica da relação entre usuários e Área de Lazer, utilizei a observação participante como estratégia metodológica para conhecer as diferentes formas de sua apropriação: o que fazem, em quais momentos – horários e dias da semana –, de quais localidades vêm, como se envolvem nas questões relacionadas à manutenção e que possíveis relações de sociabilidade poderiam ser identificadas entre eles na Área.

---

<sup>66</sup> *Rolé* é um termo utilizado por alguns jovens para expressar a ação de passear sem um objetivo específico, seria o sair pelo prazer de se deslocar em um ou mais locais.

Diante dessas questões, considerei que seria importante buscar documentos relativos à Área de Lazer Jardim Leblon junto à Fundação de Parques Municipais (FPM), de modo que, caso houvesse, eu pudesse identificar possíveis demandas apresentadas pelos moradores.

As falas dos entrevistados foi outra fonte de informação utilizada para identificar elementos relativos à apropriação, aos usos da Área de Lazer.

Assim, consegui reunir informações significativas que possibilitaram conhecer parte da relação dos usuários com o espaço constituído, a sua transformação em *lugar*. Em relação a essa perspectiva que o espaço pode assumir, Tuan (1983) demonstra que o lugar “é um mundo de significado organizado” (p. 198). E que a transformação do espaço em lugar guarda relação com a experiência que se tem por meio do espaço. Nesse sentido, Carlos (1996) assinala que o lugar é “[...] o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”. A autora apresenta a dimensão significativa que o corpo assume na (re)criação de espaços, uma vez que é por meio dele que mobilizamos os sentidos.

Portanto, é da relação entre o espaço e o corpo, dimensão do sensível, da manifestação dos sentidos e da constituição de experimentações que se constitui o lugar. Desse modo, apreciar o lazer na perspectiva da (re)produção e da (re)significação de lugares remete-me a considerar os espaços e as relações dos sujeitos com eles. Nesse sentido, identifico que, por meio da Área de Lazer Jardim Leblon, há possibilidades de (re)conhecer os diferentes modos de uso do espaço em tempos variados. Está composta, assim, a tríade que considero fundamental para a identificação dessa apropriação: corpo, espaço e tempo.

Em relação às observações, elas foram realizadas entre os meses de maio/2009 e dezembro/2009. As primeiras observações que fiz tiveram por objetivo *sentir a Área*.<sup>67</sup> Para tal, organizei as observações iniciais considerando a importância em acompanhar diferentes contextos na Área de Lazer, em dias e horários variados.

Uma vez que inicialmente o horário de funcionamento<sup>68</sup> da Área de Lazer era das 08:00h às 18:00h, todos os dias da semana, optei por fazer as observações durante esse horário, intercalando os dias, de modo que pudesse me aproximar desse cotidiano de modo mais amplo.

---

<sup>67</sup> A ideia do *sentir a Área* guarda relação com o aspecto de observar o cotidiano desse espaço e de avaliar as possibilidades de observação, tais como dias e horários em que a Área funcionava. Desse modo, as observações no decorrer dos meses de maio e junho foram mais espaçadas, sendo realizadas, em média, uma vez por semana. A partir de julho, a frequência foi alterada, quando normalmente eu fazia as observações 3 vezes por semana, de manhã ou à tarde, em dias alternados, inclusive aos finais de semana.

<sup>68</sup> Na fase de observação, identifiquei que a Área de Lazer funcionava todos os dias da semana no período compreendido dos meses de maio a julho. A partir de agosto, houve uma modificação em relação aos dias de seu funcionamento, quando passou a ser fechada todas as segundas-feiras. Essa foi uma modificação realizada pela FMP e valia para todos os parques públicos da cidade. Ao buscar informações relativas ao *porquê* dessa modificação em relação aos dias de funcionamento, recebi como justificativa que essa alteração aconteceu devido à necessidade de deixar a segunda-feira para a realização da manutenção nos parques. Apresentarei maiores considerações a respeito do fechamento da Área de Lazer às segundas-feiras, no item 3.3.5.

Realizei as observações em diferentes dias – de segunda-feira a domingo, de manhã ou à tarde, independentemente das condições climáticas, em dias chuvosos ou ensolarados –, o que possibilitou identificar aspectos muito interessantes relativos aos diferentes modos de uso nos tempos e dos espaços constituído pela Área de Lazer.

Em relação à rotina de funcionamento da Área de Lazer Jardim Leblon, era também por meio de conversas com os funcionários da Prefeitura que nela trabalhavam – capineiro ou guarda municipal – que eu me mantinha informada a respeito de possíveis eventos ou programas que pudessem vir a acontecer na Área, de modo que, caso existissem, eu pudesse observar.

Para realizar as observações participantes, construí um *roteiro de observação*<sup>69</sup> que contribuiu para que eu pudesse me orientar no decorrer do tempo em que eu as estivesse fazendo na área de Lazer. Esse roteiro continha elementos que me ajudavam a identificar os aspectos relativos ao perfil dos frequentadores, às localidades de onde vinham, à presença em diferentes tempos, ao que faziam enquanto estavam na Área de Lazer, à quantidade estimada de pessoas frequentando a Área e à forma como se relacionavam uns com os outros.

Por meio desse roteiro foi possível orientar o meu olhar para aspectos relativos tanto à questão da sociabilidade entre os frequentadores, quanto a possíveis ações realizadas por essas pessoas naquele espaço de lazer.

Para realizar as observações, foi necessário solicitar a autorização da Fundação de Parques Municipais, uma vez que a gestão da Área de Lazer estava sob a responsabilidade dessa autarquia da Prefeitura de Belo Horizonte. Fui atendida prontamente por esse setor da Prefeitura, que não apresentou maiores dificuldades para a realização da pesquisa.

Orientei-me, nas idas a campo, pela compreensão de que as pessoas que estavam na Área de lazer, durante as observações, tinham o direito de saber quem eu era e o que me levava até a Área. Desse modo, usualmente me identificava como pesquisadora e fazia uma apresentação breve dos objetivos da pesquisa e da observação, esclarecendo que estava na Área de Lazer a fim de conhecer as questões a respeito de sua construção e também para conhecer o que as pessoas faziam enquanto estavam nela, como se apropriavam daquele espaço.

De modo geral, tanto os frequentadores quanto os funcionários da Prefeitura que trabalhavam na Área de Lazer demonstravam boa receptividade em relação à minha presença e muitas vezes eram prestativos e se dispunham a contribuir durante as conversas; em alguns casos, até evidenciavam interesse pela pesquisa, como foi o caso de uma senhora com a qual eu conversei em um dos dias de observação.

---

<sup>69</sup> O Roteiro de Observação encontra-se no apêndice B

No dia em que eu a conheci, ela estava caminhando na quadra e me aproximei dela com o objetivo de conversar, quando então a acompanhei na caminhada. Por meio dessa conversa, obtive informações muito interessantes sobre a relação cotidiana dos moradores da região com aquele espaço, que, segundo ela, era frequentado antes mesmo da construção da Área de Lazer, ou seja, já mantinham uma aproximação desde a época do *buracão*. Identifiquei também que havia três moradores cuja participação na pesquisa eu poderia solicitar para a realização das entrevistas: ela, o filho, que inclusive havia trabalhado na construção da Área, e uma amiga dela.

As observações foram registradas no *diário de observação*, em que eu anotava aspectos relativos aos pontos que constavam no roteiro, assim como outros aspectos que considerava relevantes. Utilizei também o registro iconográfico como fonte de dados para a pesquisa. Fotografei em diferentes tempos os diversos espaços da Área de Lazer e as ações realizadas pelas pessoas que estavam nela. Optei por essa forma de registro, uma vez que compreendia que o uso da fotografia poderia enriquecer a pesquisa, devido à possibilidade existente de ilustração tanto das ações que os frequentadores realizavam, quanto dos espaços constituintes da Área de Lazer.

Do cruzamento dos registros da observação participante, das imagens, dos documentos que obtive na Fundação de Parques Municipal e das falas das pessoas que entrevistei, constitui uma teia de informações que me aproximaram do que atualmente se tem como representação da Área de Lazer Jardim Leblon. Obviamente, não considero que o obtido nesse período de realização da pesquisa representa a totalidade das relações entre os usuários e esse equipamento de esporte e lazer. Ao contrário, compreendo que o que me foi possível identificar representa uma possibilidade de conhecer esse movimento de apropriação da Área, sendo possível que existam outras formas de relação entre os frequentadores e a Área, que não estão evidenciadas aqui nesta dissertação. Um exemplo dessa possibilidade se dá na existência da *Academia da Cidade*. Por uma questão de opção metodológica, na realização das observações não me fixei às ações que eram realizadas por esse Programa dentro do espaço da Academia – conforme já foi mencionado no capítulo anterior –, uma vez que tinha por objetivo observar a relação dos frequentadores para além dela, ou seja, nos outros espaços da Área – quadras, parquinho, aparelhos de ginástica, pista de caminhada –; isso não significa que eu desconsiderasse a presença das pessoas que participavam das ações da Academia. Eu os observava fora do espaço que constitui o equipamento da Academia da Cidade – que é composto por duas salas, um salão, um banheiro e um almoxarifado.

Assim, encontra-se a seguir a apresentação do que pude identificar em relação aos modos pelos quais a população se apropria da Área de Lazer Jardim Leblon.

### 3.2 Conhecendo os frequentadores: quem são e de onde vêm?

No período em que realizei a pesquisa de campo, ao observar o perfil das pessoas que frequentavam a Área de Lazer Jardim Leblon era, constatei que havia alguns perfis que variavam de acordo com os dias da semana e com os períodos do dia.

Durante os dias compreendidos de *segunda a sexta-feira* – exceto feriados e o período de férias escolares –, identifiquei uma variação no perfil dos frequentadores da Área de Lazer em relação aos períodos do dia – manhã e tarde. Normalmente, o movimento de pessoas era maior no período da *tarde* – em média, 70 pessoas de variadas idades – e a frequência maior era de jovens, adolescentes e crianças, em sua maioria do sexo masculino. A presença feminina normalmente era muito baixa. Já no período da manhã, a Área de Lazer era menos ocupada pela população, sendo que não havia um perfil marcante dos frequentadores – exceto quando se trata dos participantes da Academia da Cidade, o que será considerado de modo especial e descrito à parte no item 3.3.2, conforme as observações que identifiquei desse grupo ao se apropriarem de espaços como a quadra poliesportiva e a pista de caminhada.

Em relação às pessoas que iam à Área de Lazer pela *manhã*, identifiquei que esse público variava entre mães que estavam com seus filhos, uma ou outra criança desacompanha de adultos<sup>70</sup>, ou ainda alguns adultos que apareciam por lá.

Aos  *finais de semana*, havia uma tendência maior à diversificação do público que frequentava a Área de Lazer, situação um pouco diferente dos dias de semana, em que normalmente era mais frequentada pelo público masculino, principalmente o público mais jovem. Já aos finais de semana, a presença de adultos era mais perceptível, principalmente dos homens. Na parte da tarde, era possível identificar a presença maior do público feminino, especialmente de crianças e adolescentes.

Desse modo, identifiquei que era recorrente que o público feminino estivesse em número bem menor em relação ao público masculino, tanto durante a semana, quanto aos finais de semana. Porém, algumas vezes observei uma alteração desse quadro, tal como ocorreu em uma segunda-feira de julho, quando a Área de Lazer ainda funcionava às segundas-feiras. Foi no dia

---

<sup>70</sup> Em relação à presença das crianças, me chamou a atenção o fato de que muitas vezes identifiquei que iam a Área de Lazer sozinhas ou acompanhadas de outros colegas. Normalmente estavam em grupos, com outros colegas, em geral de idades próximas, ou, às vezes, havia algum entre eles que era mais velho – adolescente ou jovem. Nem sempre a presença desse público era mediada por um adulto. Nesse sentido, observa-se que há por parte dessas crianças e jovens a manutenção de práticas relacionadas à ocupação dos espaços públicos – a rua pela qual transitam e a Área de Lazer que frequentam. Isso evidencia que práticas de distanciamento, de pouca utilização dos espaços públicos, conforme identificadas em que alguns espaços da cidade por Debortolli et al (2008), no caso desse grupo, foram rompidas.

27/07/2009, à tarde. Nesse dia, foi impactante a presença do público feminino, tanto adulto quanto infante-juvenil. Estiveram aproximadamente 60 pessoas na Área, e, de acordo com o que contabilizei no período de observação, aproximadamente 1/3 dessas pessoas eram do grupo feminino. Esse fato não era comum em se tratando do período da tarde.

Por outro lado, é possível considerar que a própria organização dos espaços da Área de Lazer – quadras, pista de skate, pista de caminhada – estimula mais a presença de pessoas que a buscam para realizarem vivências relacionadas aos interesses físicos esportivos. Nesse sentido, a vivência de atividades tais como os esportes, em nossa sociedade, não é muito próxima à maioria das mulheres, especialmente as adultas – e destaco, aqui, que compreendo esse *distanciamento* como um aspecto marcante de nossa cultura, um elemento que não é necessariamente opção, mas, normalmente, uma falta de opção.

Essa afirmação pode ser constatada em nosso cotidiano, no que diz respeito à nossa *paixão nacional: o futebol*. É comum que homens – crianças, jovens e adultos – se reúnam para a peladinha da semana, seja na rua ou em campos e quadras. Mas em relação às mulheres, essa reunião não é comum. E esse fato se repete com outras modalidades esportivas. Mesmo naquelas em que culturalmente as mulheres são mais aceitas, não é comum vê-las participando – principalmente adultas. Considerando que muitas mulheres ainda se deparam com a responsabilidade de executarem uma carga muito grande de trabalho, conhecida como dupla ou tripla jornada, e que muitas vezes, também por esse motivo, se veem mais ligadas ao lar, e ainda suas poucas possibilidades de lazer, a disponibilidade para frequentar espaços como a Área termina sendo menor. E mesmo que o façam, a sua motivação para ir até a Área de Lazer em geral está orientada ou por acompanhar outras pessoas, tais como colegas, vizinhas – quando então se apropriam de alguns espaços – ou para levar os filhos para brincarem, conforme observei em alguns dias. Porém, percebi que, em se tratando das adolescentes, havia uma leve diferenciação em relação a esse panorama da mulher adulta, uma vez que em alguns dias estavam em número maior – porém numericamente bem menor que os garotos – e acontecia a participação delas em jogos nas quadras, inclusive jogando futebol. Isso normalmente acontecia no período de férias ou quando um grupo de participantes de um programa da Prefeitura ia até a Área. Fora situações como essas, a presença das adolescentes também era bem menor.

Nas *férias escolares de julho* – compreendidas na segunda quinzena desse mês – a ocupação da Área foi bastante intensa, tanto no período da manhã quanto no da tarde. O público estava mais concentrado entre crianças, adolescentes e jovens, e, em termos numéricos, era bastante parecido com a quantidade de pessoas que frequentava a Área de Lazer aos finais de semana.

Em relação às localidades de origem, identifiquei que as pessoas vinham com maior frequência dos seguintes bairros: Jardim Leblon, Céu Azul, Santa Mônica, Copacabana e Rio Branco. Percebi uma predominância de público proveniente especialmente do Jardim Leblon e do Céu Azul, especialmente moradores das Vilas Mãe dos Pobres e Apolônia.

Identifiquei, também, que havia uma tendência de maior frequência de pessoas que residem mais próximo à Área, especialmente o público infantil. Porém, entre os jovens e adolescentes, a distância não era fator determinante para fazer uso da Área de Lazer. Era recorrente me deparar com muitos garotos que vinham de locais mais distantes, que iam até a Área a pé ou de bicicleta. E, dentre estes, muitos vinham acompanhados em pequenos ou grandes grupos. Uma das vezes que identifiquei essa situação foi em uma tarde de segunda-feira no mês de agosto – quando a Área de Lazer já não abria mais ao público nesse dia. Dois garotos chegaram até o portão da Rua Salto da Divisa e se assustaram ao vê-lo fechado, com cadeado. Conversei com eles e disseram que vieram para a Área de Lazer com a intenção de jogar bola – eles traziam uma bola de futebol – e que não sabiam que ela estava fechada às segundas-feiras. Perguntei onde moravam e responderam que era na Avenida Central, no Jardim Leblon. O mais velho demonstrou muita insatisfação e os dois ficaram um tempo na frente do portão trocando passes entre si, com a bola.

Assim, conforme identifiquei em relação a um possível perfil de frequentadores da Área de Lazer, não havia uma demarcação de um único grupo que ia a esse espaço. Contudo, havia a predominância da presença, em sua maioria masculina, de crianças, adolescentes e jovens.

É provável que o horário de funcionamento da Área de Lazer contribuísse para esse número mais baixo do público adulto, uma vez que ela funciona somente durante o dia, diminuindo assim a possibilidade de que os trabalhadores diurnos a frequentassem, especialmente nos dias de semana. Foi possível chegar a essa conclusão quando estive aos finais de semana na Área de Lazer. Nesses dias, por muitas vezes me deparei com um número maior de adultos do que normalmente encontrava em dias de semana, especialmente aos domingos.

Acredito que os compromissos de trabalho seriam um dos fatores determinantes dessa diferença, uma vez que, aos finais de semana, um número maior de pessoas já pode frequentar a Área, uma vez que se encontram dispensadas da obrigação do trabalho. Em relação aos horários de funcionamento de parques de bairros, Jacobs (2001) defende que deveriam funcionar em horários diferentes, uma vez que as pessoas têm seus compromissos também em diferentes horários. E, nesse caso, o trabalho se caracteriza como um dos compromissos sociais. Inclusive, um dos entrevistados que trabalhou na Área de Lazer mencionou que havia um grupo que jogava bola muito cedo na Área, por volta dos anos de 2006/2007. Em sua fala, identifiquei a relação entre o tempo de trabalho dos moradores e o tempo de funcionamento da Área de Lazer como (im)possibilidade para o lazer:

É que [...] pais de família, trabalham de segunda a sábado. E, domingo, às 06:00h da manhã, estavam jogando bola. E inclusive muitos trabalhavam domingo, que era dia sim, dia não, alguns deles. Então eles pegavam serviço, saíam de casa 6:00h, vinham para a quadra 6:30h, jogavam bola até 7:00h pra ir trabalhar. E tem o pessoal da Vila também que joga bola todo domingo na quadra de areia, na quadra de baixo, todo domingo eles participam. Esse grupo que jogava bola na quadra de cima parou porque a quadra estava muito depredada, eles compravam bola nova hoje, aí amanhã a bola estava furada, porque ela batia nos arames e acabava furando (Depoente B).

Portanto, por meio da fala anterior, é perceptível que, ao se organizarem os horários de funcionamento dos equipamentos de lazer, tal como na Área de Lazer Jardim Leblon, é necessário levar em conta os outros tempos sociais: do trabalho, do estudo, enfim, o cotidiano social.

Havia um destaque em relação ao público feminino. Percebi que a presença das mulheres, de maneira geral, estava mais concentrada no Programa Academia da Cidade, e destoava da realidade apresentada fora dela, uma vez que não era muito significativa a presença desse público nos tempos em que não havia atividade da Academia da Cidade, durante a semana – principalmente adultas e idosas. Contudo, presenciei algumas exceções em relação a essa tendência, como em algumas vezes que presenciei mulheres adultas na Área de Lazer, normalmente acompanhando crianças – filhos ou netos.

Assim, em relação ao público que frequentava a Área de Lazer Jardim Leblon, foi possível identificar uma grande presença do público mais jovem, predominantemente masculino; adultos, de ambos os sexos, mais aos finais de semana, feriados e férias escolares; e o público feminino, que, com exceção à Academia da Cidade, tinha uma frequência baixa, especialmente as adultas. Vejamos a seguir como se dava a apropriação da Área de Lazer Jardim Leblon.

### 3.3 A apropriação nos tempos e nos espaços

Em relação às vivências que as pessoas tinham na Área de Lazer, identifiquei que eram diversificadas, rompendo, portanto, com a definição pré-determinada para alguns espaços.

De modo geral, era perceptível a tendência em se apropriarem dos espaços que tinham uma característica mais voltada para os esportes, as vivências corporais mais ativas, tais como o uso das quadras, do parquinho infantil, da pista de skate e da pista de caminhada. Porém, nem sempre esses espaços eram utilizados seguindo a lógica de restrição somente aos usos previamente estipulados. Não foi incomum me deparar com situações em que as pessoas (re)significaram os espaços. Assim, a pista de skate virava pista de corrida, em que as crianças subiam e desciam correndo, porém sem o skate; em outros momentos, era utilizada para que um grupo rebatesse a bola de vôlei em roda; ela também foi transformada em escorregador, quando algumas crianças desciam sentadas em garrafas pet; e, para alguns garotos que estavam andando de bicicleta, a pista de skate foi transformada em pista de ciclismo.



Figura 24: Apropriações da pista de skate

Fonte: Luciana Cirino

Outros espaços da área tinham essa *apropriação espontânea*. Por exemplo, a quadra que virava pista para ciclismo, conforme é possível verificar a seguir, na Figura 25. E mesmo no caso do futebol de salão, que tem na quadra poliesportiva um espaço convencional – e nem sempre adequado para a sua realização – é possível notar, por meio das imagens, as adaptações espontâneas que muitos dos praticantes faziam, tal como jogar na quadra com a água da chuva que estava empoçada ou não utilizar tênis durante o jogo. E, no caso do tênis, ficar descalço para muitos era uma escolha, justificada em algumas falas, pela facilidade e pelo costume de não usarem tênis na *peladinha*.



Figura 25: Os usos da quadra poliesportiva  
Fonte: Luciana Cirino

Portanto, analisar a relação entre as pessoas e os espaços, na Área de Lazer Jardim Leblon, a sua transformação em lugar, passava por possibilidades que iam além da lógica racional dos espaços. A apropriação possibilitava que um mesmo espaço assumisse múltiplos sentidos, que novos significados fossem atribuídos a ele. Nesse sentido, deparei-me, em um dos dias de observação, com uma cena que apontou para a possibilidade de múltiplas ações em um mesmo espaço. Em uma tarde fria de sábado, vi uma cena muito interessante de partilha que eu poderia chamar de *negociação sem palavras*, que se deu com a ocupação dos espaços da quadra poliesportiva. Nessa quadra da bicicleta, do futebol, das conversas calorosas, dos gritos entre os jogadores, das cestas de basquete e das brincadeiras das crianças, vi surgir, de modo súbito, a divisão da quadra em três lugares: o do voleibol, o do futebol e o do basquetebol.

Isso aconteceu após o grupo que estava jogando futebol se dissolver, sobrando poucos garotos que chutavam a bola ao gol. De repente, as pessoas foram se agrupando: um pequeno grupo que já estava de um lado da quadra jogando basquete em dupla; do outro lado, três crianças jogavam futebol, estilo *paulistinha*<sup>71</sup>; e, no centro, um grupo armou a rede de voleibol que um rapaz levou, e ficaram jogando vôlei em duplas. Percebi que alguns dos garotos que jogavam bola voltaram para fazer a *de fora* do vôlei em duplas. Desse modo, a quadra poliesportiva possibilitou a realização de três atividades concomitantemente. Seria uma bela pintura, um retrato de *lugares de lazer* no cotidiano. Essa situação se constituiu para mim como exemplo de tolerância, de (re)significação dos espaços e também para ilustrar que, na prática, as pessoas podem se apropriar de diversos modos de um mesmo espaço.

Outro aspecto interessante que identifiquei em relação à apropriação da Área de Lazer foi a possibilidade de adaptação também de objetos para algumas atividades que as pessoas realizavam. Um exemplo dessa adaptação foi o modo como algumas crianças e adolescentes jogavam *Damas*<sup>72</sup> na Área de Lazer.

Próximo ao equipamento da Academia da Cidade encontram-se algumas mesas com a reprodução de tabuleiros de Damas no tampo. Porém, não havia na Área de Lazer nenhum setor que emprestasse as peças para que as pessoas pudessem jogar Damas de acordo com o que usualmente se joga, ou seja, com as peças em formato arredondado. Assim, deparei-me por duas vezes com jogadores que utilizavam materiais alternativos para jogar, tais como gravetos, frutos das árvores ali

---

<sup>71</sup> *Paulistinha* é um modo de jogar bola em que uma pessoa fica no gol – goleiro – e as outras duas pessoas vão tocando a bola, em até três toques, até que chutem ao gol. Quando o goleiro defender, quem chutou vai para o gol. Quando a bola é chutada para fora, soma-se o número de vezes até que se chegue a um número previamente combinado – normalmente dois ou três chutes, dependendo do número de pessoas que estão jogando; considera-se a existência de pessoas que estejam aguardando para jogar a fim de que assumam o lugar daquele que chutou mais vezes para fora com o goleiro

<sup>72</sup> *Damas*, nesse caso, é um jogo de tabuleiro que é jogado por duas pessoas e possui 24 peças dispostas no tabuleiro, de modo que cada jogador tenha doze peças. Vence quem consegue retirar do tabuleiro ou todas as peças, ou o maior número de peças da outra pessoa com a qual se joga.

existentes, ou mesmo pedaços de tijolos. As fotos a seguir demonstram esse aspecto da apropriação das mesas próximas à Academia para o jogo de Damas:



Figura 26: O jogo de Damas na Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino



Figura 26a: O jogo de Damas na Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

As fotografias foram tiradas em dois dias diferentes. A última foto, em que estão jogando Damas com sementes – uma delas a da Castanheira –, era uma tarde de domingo do mês de dezembro. Já a primeira, em que as peças do jogo são pedaços de tijolos e gravetos de árvores, foi tirada no dia 12 de outubro, um feriado nacional. No momento em que a última foto foi tirada, não havia muito movimento na Área de Lazer. Era ainda começo da tarde, e, de acordo com as minhas observações, normalmente o fluxo de pessoas na Área de Lazer era maior por volta das 15h.

Outras formas de apropriação eram realizadas na Área de Lazer Jardim Leblon, conforme é evidenciado na fala de um dos funcionários da Prefeitura que trabalhava nela.

E as crianças também, divisa do muro aqui, igual o pessoal da frente aqui, quando os meninos dela nasceram ela vinha aqui, trazer os meninos, a vizinha aqui do lado também frequenta a Área, ela é uma pessoa que corre atrás para as crianças virem aqui, mesmo na época que estava abandonado. Então vinha senhoras de idade, às vezes conversava comigo, [...] pedia para fazer eventos aqui na Área, [...] por exemplo, mesmo quando não tinha luz, um grupo de senhoras da Igreja Católica de Paulo pediu para fazer um café da manhã aqui, no Dia das Mães. Uma Igreja Evangélica na época pediu para fazer um culto aqui na Área, para fazer oração aqui na Área (Depoente B).

Por meio do relato anterior, fica evidente que a população se relaciona com a Área de Lazer Jardim Leblon de diferentes modos. Seja em grandes ou pequenos grupos, seja para cultos ou festas, seja para jogos, esportes ou brincadeiras, ou, ainda, para a ginástica na Academia da Cidade. Ficou evidente para mim que as pessoas que moram ao lado ou nos bairros mais próximos vêm construindo diferenciadas relações de apropriação com a Área. Percebi até que alguns grupos se formavam nela: o grupo do futebol da manhã de domingo, ou os garotos das peladinhos, que transformavam a Área de Lazer no *pedaço* deles, o ponto de encontro dos adeptos do futebol. Nesse caso, muitos garotos demonstravam maior aproximação entre si, e também com a Área de Lazer.

A presença de mães – e algumas vezes dos pais, avôs, avós ou do casal – com os filhos ou netos na Área de Lazer também foi notada por mim nas observações. Nesses casos, era comum ver que, enquanto as crianças brincavam, normalmente de bola, bicicleta, velotrol, de correr ou no parquinho, os adultos ficavam conversando ou, algumas vezes, entravam em algumas brincadeiras.

Em uma das observações me encontrei com um grupo de mulheres que estavam na Área de Lazer com os filhos. Era um grupo de vizinhas que moravam próximo à Área de Lazer e se reuniram para ir lá. Nesse dia observei que, enquanto as crianças estavam brincando próximo a elas, que estavam nos bancos do *Recanto*, elas conversavam entre si. Algumas vezes, uma delas parava a conversa para dar assistência a uma das crianças, normalmente para resolver conflitos, às vezes brigas. Além das conversas das adultas e das brincadeiras das crianças, esse grupo também fez um bom lanche na Área de Lazer. Eu estava na mesa ao lado delas, e em alguns momentos também conversamos. Na hora do lanche, abriram algumas sacolas que continham garrafa pet com suco e refrigerante, biscoito de polvilho e uma vasilha com bolinho caseiro, o *bolinho de chuva*. Fui convidada a compartilhar o lanche com o grupo e aceitei o convite, vivenciando com esse grupo a experiência de um lanche ao ar livre, na Área de Lazer.

De modo geral, foi possível identificar que as práticas mais recorrentes na Área de Lazer eram o futebol, tanto na quadra poliesportiva quanto na quadra de areia; andar de bicicleta, em variados espaços; brincadeiras no parquinho infantil, tais como corrida, andar nos brinquedos de madeira – o que restou deles – e com alguns materiais que estivessem por perto – terra, gravetos e folhas das árvores; e outras brincadeiras com bolas. Contudo, outras vivências foram manifestadas pelas pessoas que frequentavam a Área de Lazer, tais como soltar papagaio, a leitura de jornais ou livros, a contemplação da paisagem ou das atividades que as pessoas faziam, e também o ensaio da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova. Vejamos as figuras a seguir.

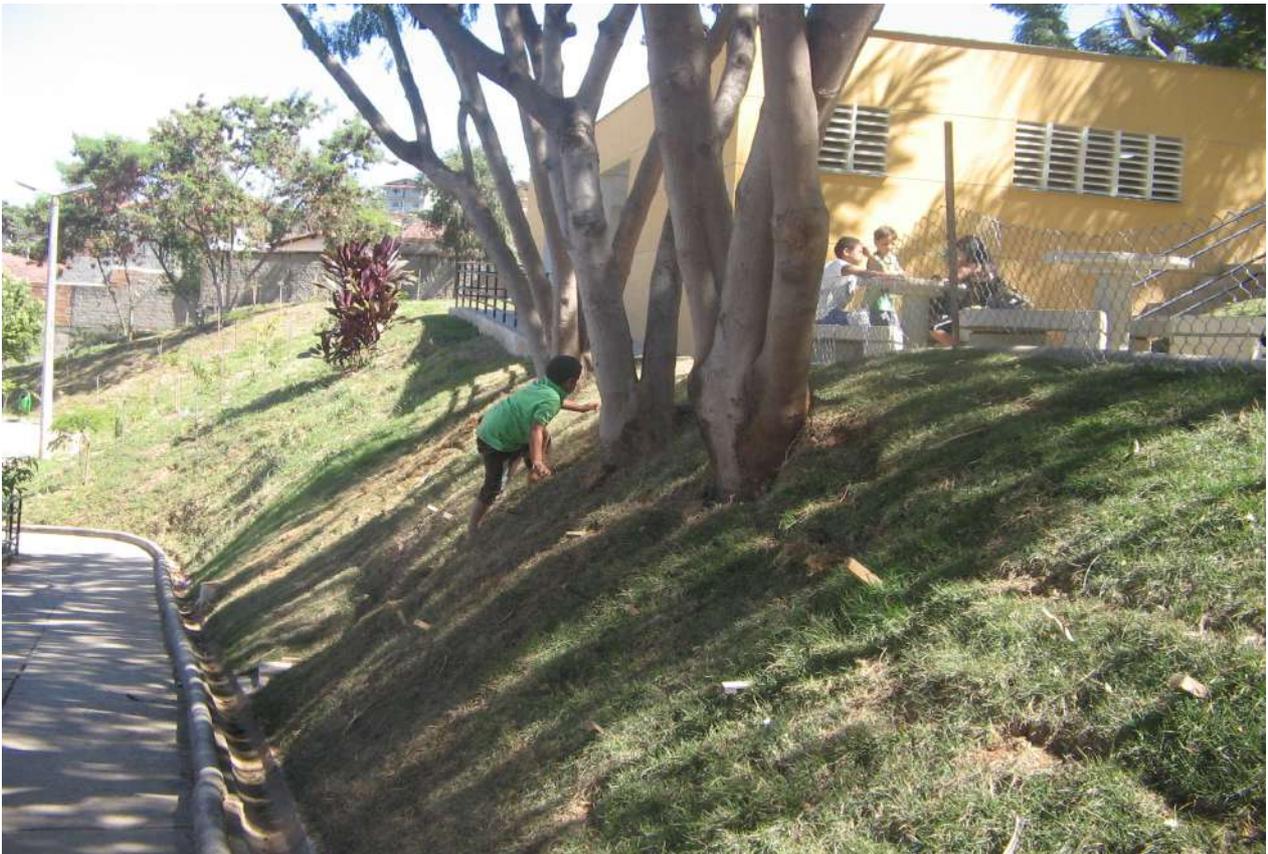


Figura 27: Mais alguns modos de apropriação: construindo novos caminhos e a bicicleta na Área  
Fonte: Luciana Cirino



Figura 27a: Mais alguns modos de apropriação: jogando futebol e andando de bicicleta  
Fonte: Luciana Cirino

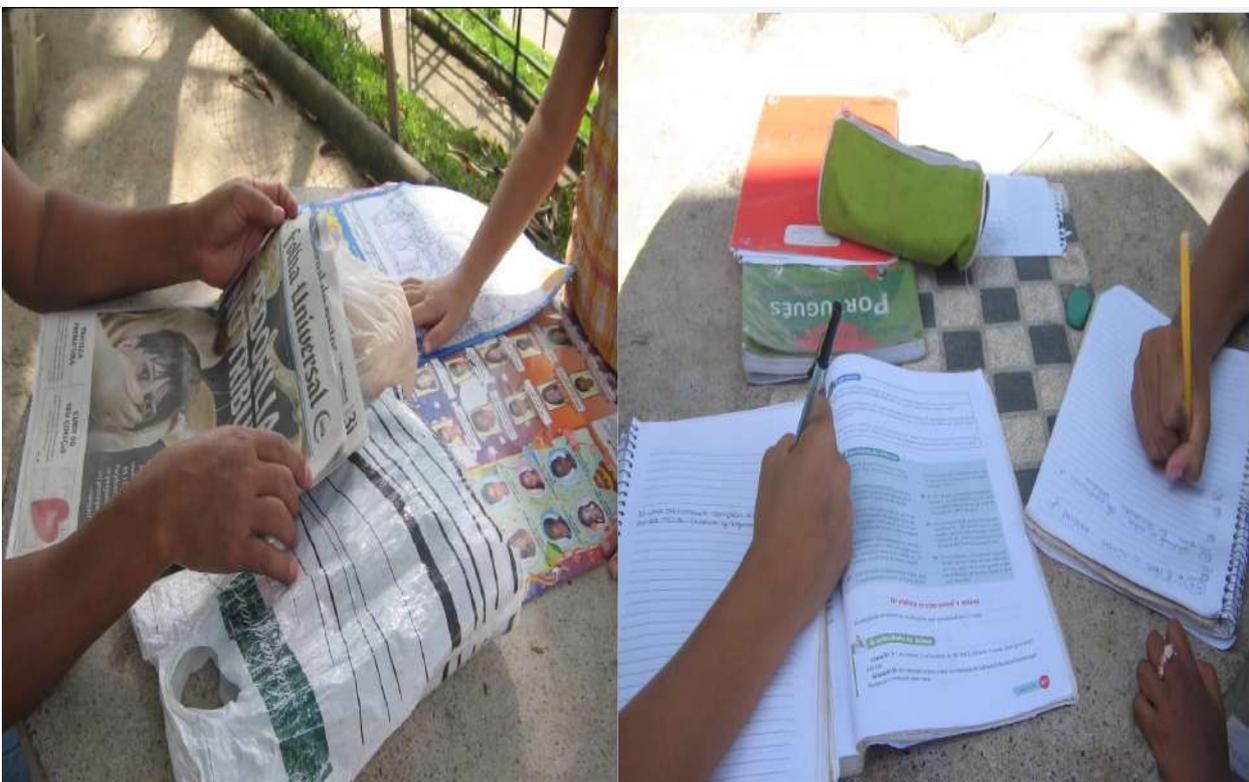


Figura 27b: Mais alguns modos de apropriação: A leitura e o estudo na Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

### 3.3.1 Os modos de apropriação durante a semana

Os usos da Área de Lazer Jardim Leblon, durante a semana, estavam bem demarcados pelo aspecto da quantidade de pessoas que a frequentavam. Normalmente, em relação aos finais de semana, feriados e férias, ela recebia um número mais reduzido de pessoas.

Em relação às práticas vivenciadas pelos frequentadores na Área de Lazer, não identifiquei singularidades específicas aos dias compreendidos entre a segunda-feira e a sexta-feira, com exceção dos ensaios da Escola de Samba, que aconteciam aos domingos, mas que foi uma situação que envolvia um grupo específico e era organizada para um período determinado.

Assim, observei que as vivências recorrentes na Área de Lazer eram: os “futebóis” na quadra de areia e na quadra poliesportiva, ambos muitas vezes com características que atendiam às necessidades do grupo que os praticavam; as brincadeiras no parquinho de madeira, que envolviam principalmente as crianças menores; os passeios de bicicleta e de velotrol pela Área de Lazer; as brincadeiras de correr, de pegador e pular corda; algumas vezes, o voleibol manifestado no jogo na quadra ou quando alguns grupos eram formados para rebater bola; as conversas, as leituras, a paquera e o namoro, e o descanso do trabalho, em horários de almoço.

Neste último caso, observei algumas vezes que a Área de Lazer era o lugar de pausa do almoço de pessoas que trabalhavam próximo a ela. Em especial, observei que era comum a presença de duas moças que trabalham em um projeto da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), denominado Conviver. Por muitas vezes as vi na Área de Lazer no horário de almoço. Havia também uma entidade de atendimento de crianças e adolescentes próximo à Área de Lazer, e presenciei, por duas vezes, uma educadora que trabalhava nessa instituição em seu horário de almoço. Nesse caso, lendo a bíblia.

Identifiquei também que a Área de Lazer era o local utilizado por algumas instituições, tais como ONGs e escolas, e também por programas da Prefeitura de Belo Horizonte. Uma instituição que usualmente levava crianças e adolescentes à Área de Lazer era a ONG *Criança Não é Brinquedo*. Era comum me deparar com um grupo acompanhado de uma educadora ou de um educador. Normalmente os componentes desse grupo jogavam bola ou peteca, pulavam corda ou ficavam sentados conversando ou brincando com pedrinhas e sementes. Em um dos dias em que os vi na Área de Lazer, percebi também que um dos garotos estava com seu material escolar fazendo atividades escritas sob o acompanhamento do educador.

Havia também um grupo de adolescentes que iam até a Área de Lazer com uma educadora e com um monitor de esportes, que faziam parte do Pró-jovem Adolescente e do Programa BH Cidadania, desenvolvidos pela Prefeitura na Vila Apolônia. Uma vez por semana esse

grupo realizava lá atividades esportivas com o monitor de esportes. Era um grupo pela manhã e outro à tarde. As atividades que presenciei esse grupo realizar foram o voleibol, o futebol e algumas conversas. As atividades eram realizadas em grupos mistos, em que os garotos jogavam com as garotas, o que se pode confirmar por meio da foto a seguir, que retrata o grupo jogando futebol na quadra poliesportiva.



Figura 28: Futebol do Pró-jovem Adolescente/BH Cidadania Apolônia, na Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

Essa foto demonstra também a questão da presença do público feminino na Área de Lazer. Mesmo nesse programa, a presença de garotas era menor. Em conversa com a educadora que acompanhava esse grupo, fui informada de que quando eles faziam o trajeto até a Área de Lazer, eram acompanhados por um grupo de garotos que conheciam alguns participantes do grupo acompanhado por ela, e que se reuniam para fazerem as atividades de esportes na Área de Lazer. De fato, em alguns dias observei que havia essa dinâmica de reagrupamento e que não apresentava conflito para o monitor de esportes. E esse grupo que não fazia parte do Programa era composto basicamente de garotos, o que colaborava ainda mais para aumentar o número de garotos na Área de Lazer.

### 3.3.2 Os modos de apropriação dos participantes da Academia da Cidade

Conforme descrito anteriormente, os participantes da Academia da Cidade não foram observados dentro desse equipamento. Considerei a relação de apropriação dessas pessoas na Área, levando em conta os outros espaços dos quais faziam uso. Assim, as observações levaram em conta os demais espaços, tais como a quadra poliesportiva, o recanto e a pista de caminhada.

O público da Academia da Cidade era, em sua maioria, de mulheres: adultas e idosas. A presença masculina era bem reduzida no caso desse grupo que compunha o público da Academia da Cidade, e, conforme pude identificar, tratava-se de homens idosos. Em um dos dias conversei com um desses participantes, um senhor que fazia uso de uma bengala e sofrera um derrame. Ele chegava mais cedo e se assentava em bancos próximos à Academia. Assim como esse senhor, havia outras pessoas que frequentavam a Academia no mesmo horário que ele e que normalmente chegavam 20 a 30 minutos antes de as atividades iniciarem, ficavam conversando até que desse o horário marcado. Eles estavam no último horário da manhã<sup>73</sup>.



Figura 29: Mulheres fazem fila às 07h da manhã para se inscreverem na Academia da Cidade  
Fonte: Luciana Cirino

<sup>73</sup> Saliento que, no período em que fiz as observações, a Academia da Cidade funcionava somente no período da manhã.

Outro equipamento muito utilizado por esse público era a quadra poliesportiva. Nos dias em que fiz minhas observações, percebi que as pessoas vinham em grupos, juntamente com o(a) professor(a) da Academia responsável pela orientação das ações. A quadra era utilizada para fazerem teste de caminhada, assim como para a própria caminhada.

A área aberta compreendida entre a quadra poliesportiva e o parquinho infantil, e também a pista de caminhada, eram bastante utilizadas pelos participantes da Academia da Cidade para fazerem algumas atividades, tais como a caminhada orientada pelo(a) professor(a).

Identifiquei, algumas vezes, a presença de crianças que estavam acompanhando algum participante da Academia, normalmente mãe ou avó. Em um desses dias, percebi que havia um garotinho que estava na área aberta próxima à quadra, andando de bicicleta. Depois ele subiu para a área em que se encontram as mesas de Damas, próximo à Academia da Cidade, e se sentou em um dos bancos, aguardando até que a mãe terminasse a atividade na Academia.

Assim, pude identificar que a presença dos participantes da Academia contribuiu para que o público feminino tivesse uma aproximação maior com a Área de Lazer Jardim Leblon, uma vez que a participação nesse Programa, em sua maioria, é constituída por mulheres. Conforme mencionei anteriormente, as considerações realizadas por mim a respeito da Academia da Cidade levaram em consideração as observações que fiz dessas pessoas, fora do espaço da Academia da Cidade, apresentadas na Figura 30. Portanto, destaco aqui a possibilidade de aprofundar mais na dinâmica relacional entre Academia da Cidade e Área de Lazer Jardim Leblon, o que se constitui como elemento para nova pesquisa.

### **3.3.3 Os modos de apropriação aos finais de semana, feriados e nas férias escolares**

Conforme mencionado no item 3.3.1, uma característica do funcionamento da Área de Lazer Jardim Leblon, aos finais de semana, feriados e férias, era o fato de que ela recebia um número mais elevado de pessoas. A diversidade do perfil dessas pessoas – gênero, idade e ações realizadas – também se alterava. Havia uma elevação do número de mulheres em relação aos dias de semana. Mais adultos iam até a Área. E as atividades não ficavam tão centradas nas duas quadras. Contudo, era marcante a imagem que presenciei várias vezes das pessoas chegando, muitas vezes em grupo, portando uma bola, normalmente de couro – mais utilizada para jogar futebol – ou alguma bola de borracha.

Porém, outras atividades também eram realizadas. Era comum encontrar pessoas andando de bicicleta. Outra atividade que presenciei na Área de Lazer, por duas vezes, foi o skate. Uma das vezes foi em um domingo de dezembro. Um grupo de crianças e adolescentes,

acompanhadas por um jovem, estava na pista de skate. Nesse dia foi interessante identificar as diferentes maneiras que andavam no skate.



Figura 30: O skate na Área de Lazer Jardim Leblon  
Fonte: Luciana Cirino

Por meio da Figura 30, identifica-se uma garota andando de skate deitada de frente sobre ele. Esse grupo ficou um bom tempo na pista. Em alguns momentos, a garota que está com a blusa listrada tentava andar sozinha, o que às vezes conseguia. E em outros, conforme se vê na primeira imagem, recebia o apoio do rapaz que acompanhava o grupo.

Em julho, foi comum me deparar com crianças e adolescentes que iam até a Área de Lazer para soltar papagaio, conforme veremos a seguir.



Figura 31: O papagaio/a pipa na Área de Lazer  
Foto: Luciana Cirino

Porém, a partir de agosto, foi proibida a possibilidade de que as crianças fossem à Área de Lazer para soltar papagaio. Essa foi uma normativa encaminhada a todos os parques públicos administrados pela Fundação de Parques Municipais, que previa também a proibição da entrada de bicicletas e animais domésticos, além do fechamento dos parques às segundas-feiras.

Em relação à proibição dos papagaios, busquei informações com um dos gerentes da Fundação Municipal de Parques sobre o porquê dessa proibição, e recebi a seguinte resposta:

Não era um lugar para soltar papagaios, porque ele vai agarrar nas árvores. No caso de parques que têm animais, como aqui [no Parque Lagoa do Nado] que tem um mico, várias vezes a gente já pegou o bicho machucado porque cortou a mão com o cerol, etc. No caso dos cães, absolutamente, não é um lugar para se passear com o

cachorro. Porque o cachorro vai fazer cocô, a criançinha vem e põe a mão ali, um pisa no xixi, está descalço, tem que ter essas normas (Depoente H).

Analisando a realidade da Área de Lazer e os argumentos apresentados na fala do Depoente H, observamos que, em relação ao papagaio, a medida tomada não foi muito apropriada à realidade local, uma vez que muitas dessas crianças continuarão – e continuaram – a soltar o papagaio, porém nas ruas. Nesse caso, ficariam mais expostas a riscos de atropelamento, além da possibilidade de a linha se enroscar mais facilmente na rede elétrica das ruas, o que poderia ocasionar acidente. E quanto aos micos, nunca vi nas árvores da Área de Lazer Jardim Leblon outro tipo de animais que não fossem os pequenos pássaros e uma família de corujas, que é vista por lá com frequência, que seguramente também têm suas necessidades fisiológicas.



Figura 32: Animais na Área de Lazer: a coruja da Área de Lazer  
Fonte: Luciana Cirino

Portanto, suspender a possibilidade de as pessoas soltarem papagaios na Área de Lazer, tomando por referência um documento que valia para todos os parques, a meu ver, foi uma situação que desconsiderou a realidade tanto da Área de Lazer quanto dos moradores que a cercam, que não possui muitos equipamentos públicos de lazer. Esse apontamento que faço está orientado na realidade da constituição dos espaços da Área de Lazer e do cotidiano da região.

Outra limitação que o documento trazia era a proibição do uso de bicicletas dentro da Área de Lazer Jardim Leblon. Em relação a esse ponto, recebi a seguinte resposta:

A bicicleta, menos ainda, não é o local para se andar de bicicleta. Embora haja [...] eu passei para os guardas, aquelas bicicletinhas de rodinhas, de meninos de 2, 3 anos, claro que não há motivo para aquilo ser proibido, porque, principalmente no

caso do Leblon, aquelas trilhas são estreitas, os meninos andando de bicicleta você já viu como eles andam. Está subindo um casal de idosos que está indo para a ginástica, eles descem, e eu vi isso, descem fazendo a curva. Não vamos esquecer que uma pessoa de 70 anos cai de bunda, ela... ela leva muito mais tempo para refazer os quadris, a bacia, até uma luxação que tem nas nádegas do que um garoto de 20 anos que toma um tombo de bicicleta ou de skate, dá 3 cambalhotas e levanta (Depoente H).

Do ponto de vista da resposta apresentada na fala anterior, aparentemente a proibição para andar de bicicleta seria pertinente, uma vez que assim tiraria os riscos criados pelos *meninos* para outras pessoas. Porém, penso que um bom caminho para fomentar o convívio entre as pessoas seria primeiramente por meio de medidas educativas, e não por meio das medidas proibitivas. Desse modo, seria interessante a realização de ações que envolvessem tanto usuários quanto representantes da Prefeitura, de modo a debater questões como essa. Outra possibilidade seria a afixação de cartazes informando a respeito dos cuidados para andar de bicicleta na Área de Lazer, ou, não havendo outro meio, que houvesse um bicicletário onde as pessoas pudessem guardar suas bicicletas na entrada. Assim, aquelas pessoas que vinham de mais longe com suas bicicletas não seriam tão penalizadas. Também é interessante pensar que, em relação a essa proibição, cria-se outro conflito: o de que as pessoas que andam na Área, especialmente as crianças, os adolescentes e os jovens, passariam a andar de bicicleta nas ruas, e, dependendo de qual seja, entrariam em risco de sofrer acidentes devido ao tráfego de carros.

Segundo constatei em relação à construção desse documento com as normas de funcionamento e de outras normas que foram encaminhadas – por exemplo, o fechamento do portão da Rua A e o fechamento da Área de Lazer, às segundas-feiras – não havia a participação dos usuários nesses encaminhamentos. Eles não foram efetivamente convidados a participar desses debates. No caso do fechamento do portão da Área de Lazer às segundas-feiras, mais especificamente, as pessoas não foram avisadas com antecedência, o que trouxe transtornos tanto para os funcionários da Área de Lazer, quanto para quem ia até lá, que às vezes não morava tão perto e tinha que voltar sem sequer entrar no local.

Houve um incidente, na primeira segunda-feira em que a Área de Lazer não abriu para os usuários, dia 03 de agosto de 2009. Nesse dia, fiz a observação no período da manhã e fui embora ao aproximar o horário do almoço. No dia seguinte, um dos funcionários da Área de Lazer comentou que um grupo de garotos foi pego dentro da Área de Lazer, na segunda-feira à tarde. Como o portão principal também estava fechado – mas eles não sabiam, porque haviam pulado o portão da Rua A, sem saber que a Área de Lazer estava fechada – foram pegos pelos guardas municipais. Esse incidente trouxe à tona dois aspectos: o de que mesmo estando fechado o portão da Rua A, os jovens resistiam ao seu fechamento, para isso o pulavam. E o segundo é que foram

pegos porque eles não sabiam que a Área de Lazer estava fechada, o que me leva a concluir que a prática de pular o portão para entrar mais rápido na Área de Lazer era algo recorrente.

Mencionando ainda o caso das segundas-feiras em que a Área de Lazer ficou fechada – considerando o período em que se iniciou essa prática, em agosto de 2009, e o término das observações que fiz, em dezembro de 2009 – considero que não havia essa necessidade de seu fechamento. Digo isso devido ao fato de que a justificativa apresentada, de que era para fazer a manutenção da Área de Lazer, não acontecia sempre. Algumas vezes observei um grupo da manutenção que estava na área de Lazer fazendo poda e capina, mas isso não aconteceu em todas as segundas-feiras. O próprio gerente da FPM que acompanhava a Área de Lazer apontou que não achava pertinente que a Área de Lazer Jardim Leblon continuasse fechada, conforme consta no trecho a seguir:

Tem uma coisa que eu vou começar a partir de janeiro, a não fechar as segundas, porque *o teoricamente* fechado nas segundas era para a manutenção do parque, mas nós vimos, e, como te disse, eu olho, vou nos 19 parques, não há nenhuma motivação em base, essa coisa de fechar para a manutenção (Depoente H).

Assim, compartilho o desejo manifestado no trecho anterior, pelo funcionário da Prefeitura, de que a Área voltasse a funcionar todos os dias. Esse desejo também foi manifestado por muitos usuários da Área de Lazer.

Outra forma de apropriação dos moradores foi a organização dos ensaios da escola de samba, que se encontra a seguir.

### **3.3.4 Os ensaios da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova nos domingos à tarde**

Uma das atividades que observei, nos meses de novembro e dezembro, na Área de Lazer Jardim Leblon, foram os ensaios da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova. Esses ensaios começaram no mês de novembro, nas tardes de domingo, iniciando por volta das 15h e terminando aproximadamente às 18h.

Essa foi uma atividade proposta pela própria Escola de Samba, ou seja, uma demanda de utilização que veio dos moradores, com a intenção de utilizarem a Área para os ensaios, no caso, o espaço da Academia da Cidade. Por meio de uma solicitação encaminhada à Fundação de Parques Municipais, a Escola de Samba obteve a autorização para realizar os ensaios preparatórios para o desfile no Carnaval de Belo Horizonte, que aconteceria no ano seguinte, em 2010.

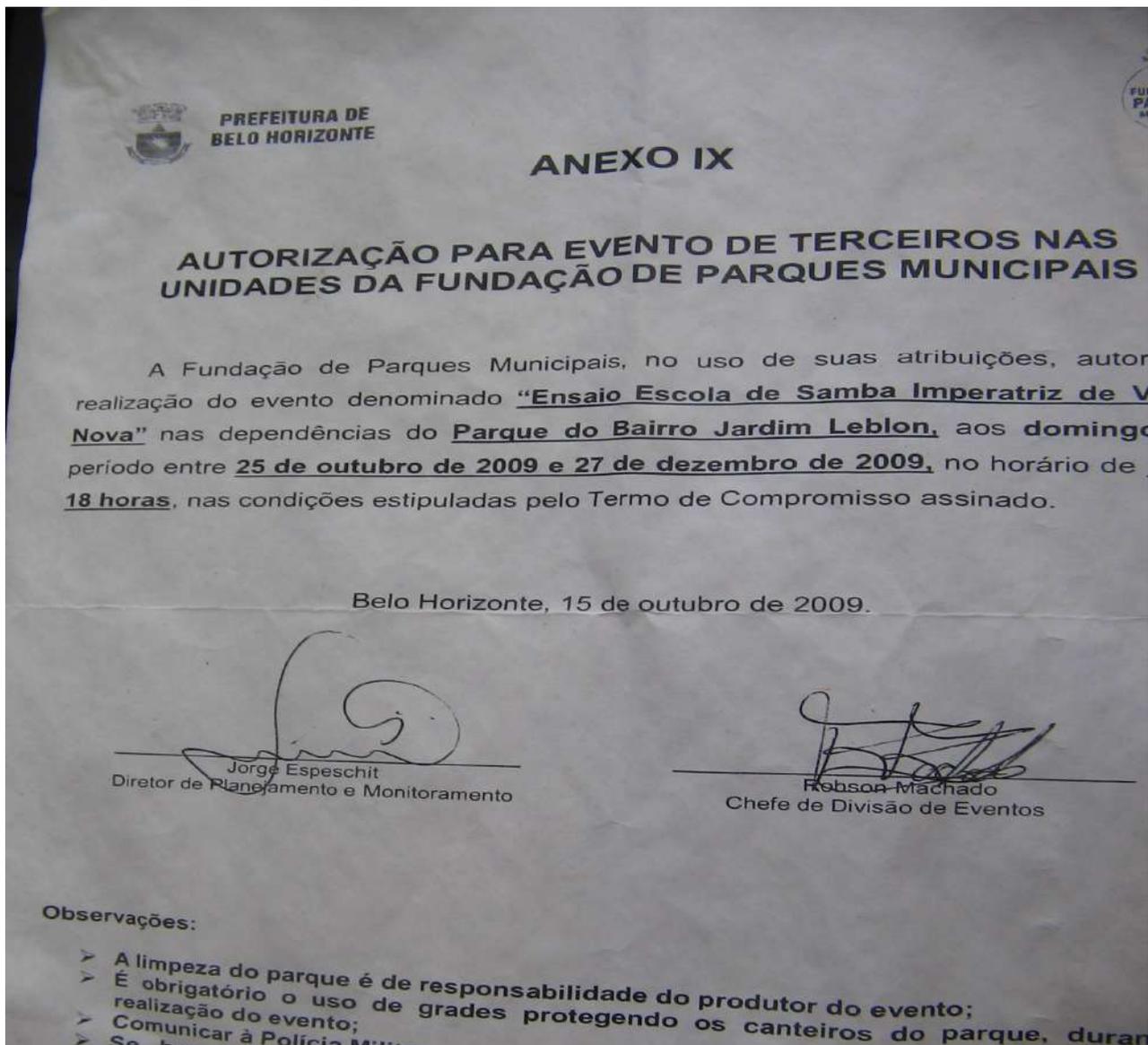


Figura 33: Autorização para ensaios da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova  
Fonte: Fotografia do Cartaz afixado na janela da portaria da Rua Salto da Divisa

Os ensaios que observei aconteceram envolvendo, em média, 30 a 40 pessoas, entre passistas e instrumentistas. Constatei também uma grande movimentação das pessoas que iam até a Área de Lazer para acompanhar os ensaios. Em um dos domingos de ensaio, fiz a contagem do número de pessoas que estavam no salão da Academia da Cidade ou próximo a ele, no gramado ou na rampa. Considerando o público que assistia e os envolvidos na Escola de Samba, foram aproximadamente 60 pessoas, somente no espaço em que a Escola fazia o ensaio.



Figura 34: A apropriação da Área de Lazer pela Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova  
Fonte: Luciana Cirino



Figura 35: Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova: quem não dança, acompanha  
Fonte: Luciana Cirino

A observação dos ensaios me aproximou da dinâmica de organização de uma escola de samba: a questão dos instrumentos, o sincronismo necessário para a música e também a beleza da dança, que muitas vezes era realizada também por pessoas que observavam a Escola. Virava uma festa!

A participação de crianças também foi interessante. Normalmente elas estavam no grupo que tocava os chocalhos. Era bonito ver o empenho das crianças que aparentavam ter entre 8 e 13 anos. A força que faziam para se manter no ritmo era evidenciada nas feições de seus rostos.

Mesmo em dias de chuva, como normalmente presenciei nos meses de novembro e dezembro, os participantes estavam lá, dispostos a realizarem os ensaios. Contudo, percebi que era um desafio para o grupo a manutenção de uma atividade como essa, e que muitas vezes ficava a cargo de poucas pessoas puxar o grupo para se organizar, conforme identifiquei observando e durante algumas conversas com o presidente da Escola de Samba.

Assim, percebi por meio das observações dos ensaios e das conversas com as pessoas, que um espaço como a Área de Lazer contribui para múltiplas manifestações culturais. E, no caso dos ensaios, foi o lugar da dança, da música, das conversas e da cerveja e do refrigerante que alguns levavam em sacolas. O lugar das trocas, da convivência social.

### **3.3.5 A realização de ações pela Prefeitura**

Durante o período em que realizei a observação participante, identifiquei que a Prefeitura de Belo Horizonte realizou um evento na Área de Lazer Jardim Leblon. Por meio da Fundação de Parques Municipais, aconteceu a *Festa de aniversário dos 112 anos de Belo Horizonte*.<sup>74</sup>

Essa foi uma festa que aconteceu em outros parques da cidade, e, na região, o parque escolhido foi a Área de Lazer Jardim Leblon. Em relação à escolha da Área de Lazer para a realização dessa festa, recebi a seguinte justificativa:

Éu tinha a opção de levar para o Baleares [parque público de Belo Horizonte], mas o Baleares é mais uma reserva ambiental do que propriamente um parque. Além de ele ser muito acidentado. Então eu falei: “Não, vamos levar para o Leblon”. A comunidade do Leblon merece pelo tanto que reivindica, de uma forma é... lúcida, as melhorias todas, limpeza, etc. E que toma conta muito do parque. É um parque com o menor índice de vandalismo e depredação que eu tenho na minha região (Depoente H).

---

<sup>74</sup> No anexo C, encontra-se o material de divulgação da Fundação de Parques Municipais.



Figura 36: Faixa de divulgação da Festa em comemoração aos 112 anos de Belo Horizonte  
Fonte: Luciana Cirino

Em conversa com o gerente acompanhante da Área de Lazer Jardim Leblon e com alguns funcionários da FPM, soube que a festa tinha previsão de realizar atividades variadas, tais como a montagem de uma tenda para receber funcionários da Saúde; a realização de uma peça teatral, brincadeiras com as crianças; a apresentação de um grupo de música; e a apresentação da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova.

Nesse dia realizei a observação em horários diferentes, tanto de manhã quanto à tarde. Cheguei no horário previsto para iniciar. Observei que até a metade da manhã poucas pessoas compareceram na Área de Lazer. Por volta das 10:00h começou a aumentar a presença de pessoas.

Para a realização da festa, houve a organização de uma estrutura mínima de atendimento à população, que consistiu da montagem de um palco, da aparelhagem de som e da tenda para a equipe de Saúde. Devido à ausência de banheiros<sup>75</sup> na Área de Lazer Jardim Leblon, a FPM levou também alguns banheiros químicos, conforme se vê na Figura 37.

---

<sup>75</sup> Há um banheiro na Academia da Cidade, mas não é aberto para as pessoas que freqüentam a Área de Lazer. Ele é restrito às pessoas que participam do Programa Academia da Cidade. Portanto, a questão do banheiro é um problema na Área de Lazer.



Figura 37: Os banheiros químicos na Festa de Aniversário da Cidade  
Fonte: Luciana Cirino

Em relação aos banheiros, considero interessante destacar que a não existência deles na Área de Lazer pode ser um fator para o distanciamento das mulheres, uma vez que, diante da necessidade de ir ao banheiro, não teriam como ir, ou passariam pelo constrangimento de solicitar permissão para o uso do banheiro da Academia da Cidade, que normalmente fica fechado. Ao abordar a relação entre lazer e gênero, Sampaio (2008) apresenta que “[...] não apenas o que está explícito interessa ser identificado para a análise, mas os silêncios e vazios devem ser ressaltados com igual importância” (p. 145).

A dificuldade que apresento aqui em relação à presença das mulheres se justifica porque, culturalmente, há por parte dos homens a prática de urinarem em quaisquer locais. Contudo, não acredito que o banheiro deveria ser construído especialmente para as mulheres; ao contrário, penso que a sua construção beneficiaria a todos que frequentam a Área, considerando tanto o aspecto de poderem fazer suas necessidades fisiológicas com mais conforto, quanto em relação à manutenção da Área, que evitaria, assim, a transformação de árvores mais escondidas em mictórios masculinos. Um dos entrevistados menciona em sua fala o problema do banheiro na Área de Lazer, no caso, a dificuldade diante do que ele viveu enquanto havia o banheiro somente na guarita, que, no caso, era para funcionários. Vejamos o que ele diz:

Só tinha um banheiro na guarita. Então para mim fazer tudo, igual olhar, é, ajudar a olhar o parque, fazer o meu serviço, e abrir porta toda hora para menino entrar no banheiro não teria condições nenhuma, não teria nenhuma chance. E, se quando vinha menina, por exemplo: é, às vezes é uma atividade que tem cri[...], é moças e rapazes. Como é que você consegue um banheiro para todo mundo usar? Fica totalmente fora de, coisa. Então, é, isso tudo complicava. (Depoente B)

Assim, tomar como algo importante a ausência ou a baixa presença das mulheres, na Área de Lazer, pode ser uma ação significativa para, de fato, buscar os apontamentos necessários para democratizar o espaço, para construir o direito ao lazer manifestado, nesse caso, na Área de Lazer Jardim Leblon.

Vale, do mesmo modo, para pensar a questão dos adultos, homens e mulheres. O porquê do distanciamento dessas pessoas? Imagino que, provavelmente, um dos fatores que influenciam essa situação, especialmente nos dias entre segunda-feira e sexta-feira, seja o horário de funcionamento da Área de Lazer.

Em relação às atividades da *feira* no domingo, dia 13 de dezembro de 2009, entre as atividades que observei estava a apresentação do grupo musical e da Escola de Samba.



Figura 38: A Festa de Belo Horizonte na Área de Lazer Jardim Leblon: a música e a dança  
Fonte: Luciana Cirino



Figura 39: A Festa de Belo Horizonte na Área de Lazer Jardim Leblon: Imperatriz de Venda Nova  
Fonte: Luciana Cirino

A dinâmica que foi utilizada para a organização da Festa de 112 anos de Belo Horizonte foi interessante, porque possibilitou descentralizar a programação, não ficando apenas em um local da cidade. Essa festa foi realizada em vários outros locais da cidade. Isso facilita o acesso das pessoas ao lazer, à cultura, ao que se tem produzido socialmente.

Faço também um apontamento. Apesar de compreender que o lazer não precisa e nem deve ser todo o tempo mediado por alguém, considerando-o também no campo da política pública, acredito na importância de que a realização de eventos, projetos e programas possa contribuir para o acesso da população aos bens culturais produzidos socialmente.

Assim, a ação do Estado contribuiria para construir possibilidades para as pessoas acessarem espaços, experimentarem novos conhecimentos ou, ainda, vivenciarem aquilo que já foi aprendido; no entanto, por desejo, repetem-se as vivências.

### 3.4 Olhares relativos à Área de Lazer Jardim Leblon

A Área de Lazer Jardim Leblon completou sete anos em 2009. Foi a concretização de um desejo da população, manifestado no Orçamento Participativo e edificado por meio da ação do Estado; a transformação do espaço, não em um, mas em múltiplos lugares, por meio de seus diversos modos de usos.

Lugar da bola, da resistência, das crianças, da bicicleta, do skate e da participação popular. Lugar do barulho e do silêncio. Lugar constituído por quem o fez e por quem o faz, lugar.

Passados esses anos, qual a representação que as pessoas têm da Área de Lazer Jardim Leblon? Essa foi uma das questões que estavam no roteiro de entrevista. Vejamos alguns apontamentos seguir:

Hoje eu vejo que coisa [...], quer dizer, é uma coisa que tem utilidade para a comunidade. Que ela é bastante frequentada. Só eu penso que teria que ter um pouco mais de suporte para ela funcionar como deveria. Ou seja, uns “playgrounds” para os meninos brincarem não têm. Não tem um brinquedo pra criança praticamente, a não ser as duas quadras para as crianças um pouco maior. Então as crianças vêm aqui de... Vamos supor, de um ano até cinco anos, não têm o que fazer, 5, 6 anos não têm o que fazer, não têm do que brincar aqui (Depoente B).

Aquele buracão ali, para mim, ainda hoje eu estava sentada aqui pensando: “Gente, como que é a as coisas. Quando eu mudei para aqui, eu tirei, assim, o dinheiro para o sustento da minha família, naquele buracão ali! Hoje, a gente está participando de tão boa coisa lá, de tanta alegria que dá para a gente (Depoente A).

Percebe-se, nas duas falas, que a Área de Lazer tem uma boa visibilidade por parte das pessoas, que ela é vista como *lugar da alegria*. Contudo, o primeiro depoente já anuncia a dimensão de transformação que a Área de Lazer demanda, como, por exemplo, o brinquedo para as crianças menores, uma vez que o que se tem não atende, especificamente esse grupo etário.

A identificação das diferentes relações dos sujeitos com o espaço em diferentes tempos anuncia a dimensão dessa transformação. A Área de Lazer passou por diferentes processos de apropriação, tal qual apresentado pela *Depoente A*. Transformou-se de lugar que ajudava no sustento da família ao lugar da alegria. Em outra fala, fica evidente o fato de a Área ter se tornado um lugar de destaque para a população.

Eu estava esquecendo um detalhe: é que a Área de Lazer do Jardim Leblon ela se tornou uma coisa tão importante na vida da comunidade, que a comunidade passou a se reunir lá, por várias vezes, para tentar junto ao poder público a melhoria dela, né? Para tê-la sempre bonita, sempre bem arrumada e também reunindo sobre outras direções, como o Orçamento Participativo, é a divisão de área do centro de

saúde é... Jardim Leblon e Piratininga e até levou também a ideia da aprovação, de levar para ser aprovada a obra do Orçamento Participativo 2007/2008, que é a construção das pontes é... da Rua Goiabeira e Rua Sertãozinho, para facilitar o acesso da comunidade. Porque na realidade o bairro é... é como se fosse três ilhas (Depoente E).

Área de Lazer Jardim Leblon – de uma conquista que reúne os moradores para reivindicar sua melhoria, a um lugar que inspira outras conquistas. A fala do *Depoente E* exprime esses aspectos. Apresenta ainda a existência da fragmentação entre três partes do bairro devido à ausência de pontes que as ligariam. O envolvimento da população em relação ao acompanhamento da Área de Lazer e à identificação dos problemas existentes nela é evidenciado também por esse depoente, em outro trecho:

Então, assim, hoje ela está, praticamente assim, construiu a Academia da Cidade, lá dentro. É uma construção mal acabada, eles ainda tiveram a coragem de trazer o Márcio Lacerda [atual prefeito de Belo Horizonte] para inaugurar. Fizeram uma maquiagem assim, muito rápida, nela, sabe? Para você ter uma idéia, o piso do banheiro as pessoas tropeçam ao estar saindo ou entrando, porque deixaram um relevozinho. Vazamento no teto (Depoente E).

Essa fala representa o pensamento de uma liderança, mas ecoa com outras vozes, daqueles que, por frequentarem a Área de Lazer, constroem seus olhares relativos ao que para eles seria importante.

Assim, de acordo com o que identifiquei tanto por meio das entrevistas, quanto em conversas com as pessoas que eu encontrava na Área de Lazer, a sua construção era vista como uma contribuição para o bairro, para as pessoas. Porém, não deixavam de identificar aspectos com os quais não concordavam ou que, segundo o que expressavam, precisariam ser modificados em relação à Área de Lazer.

Apresento, a seguir, alguns elementos relativos tanto aos limites mencionados por algumas pessoas, quanto ao que também identifiquei como fatores que dificultam o funcionamento da Área de Lazer Jardim Leblon.

### 3.5 Alguns limites para os usos da Área de Lazer Jardim Leblon

Um aspecto importante em relação à Área de Lazer Jardim Leblon é a sua localização. Munhoz (1996, p. 35) assinala que “além da mobilidade do cidadão e do fator tempo, a dispersão espacial é outro aspecto importante a ser avaliado na ordenação dos espaços destinados ao lazer”. Desse modo, considerando que a Área de Lazer está em um bairro periférico, e que normalmente essas áreas periféricas não costumam ter muitas opções de espaços públicos de lazer, considero, portanto, que a sua construção se caracteriza como um passo significativo para a garantia do direito ao lazer.

Contudo, não basta apenas que espaços de lazer sejam construídos. Pensar nas possibilidades que tais espaços podem oferecer ou não às pessoas, nas relações dos sujeitos com esses equipamentos, é de suma importância para aproximá-los da população.

Assim, alguns limites que podem interferir na relação das pessoas com a Área de Lazer foram identificados.

A ausência de banheiro, que vem desde o projeto inicial e persiste ao longo dos anos, pode tanto comprometer a presença do público feminino – conforme foi mencionado no item 3.3.4, em que demonstrei a dificuldade de permanência das mulheres – quanto também pode atingir o público masculino. A própria questão da limpeza da Área de Lazer fica prejudicada com a ausência de banheiro público. Áreas menos vistas, menos frequentadas estão mais propícias ao uso para urinar ou defecar. Essa questão ficou evidente quando, em uma das observações na Área de Lazer, um funcionário me mostrou fezes, que, segundo ele, eram de pessoas que iam até a lateral da pista de skate para esse uso.

Ao entrevistar um dos funcionários da Prefeitura que gerencia a Área de Lazer, pedi a ele que avaliasse a situação da ineficiência de banheiros na Área, quando obtive a seguinte resposta:

É matemática, é matemática. Por exemplo, você já viu alguém urinando? Urinando lá no pé de uma árvore? Ou já teve, já viu alguém falando que viu alguém urinando no pé da árvore? É por isso que eu estou falando que é coisa de matemática. Quando eu falei para você que é um parque de uso local, porque atende geralmente a quem mora do lado ali, sabe? [...] É claro que pode num determinado momento oferecer uma certa falta de comunidade, mas ele não está sendo desastroso, sabe? Porque é matemática mesmo, é matemática. As pessoas moram do lado ali, né? (Depoente J).

Outra dificuldade existente na Área de Lazer diz respeito à água filtrada. Em seu projeto inicial foram construídos dois bebedouros, um no platô intermediário e outro no platô inferior. Com o tempo, esses bebedouros foram desativados. Atualmente, existe um bebedouro no salão da

Academia da Cidade. Os dois bebedouros espalhados pela Área de Lazer continuam desativados. É comum ver as pessoas tomando água da torneira que fica próxima à entrada da Rua Salto da Divisa, na parte superior da Área de Lazer. O *Depoente J*, ao ser perguntado sobre a água da torneira e sobre a caixa d'água existente na Área de Lazer, apresentou a seguinte informação: “Não, ela vem da rua. [...] É, a gente tem que acreditar na COPASA, sabendo que a COPASA fala que a água é de boa qualidade e bom para a dentição” (Depoente J).

O fechamento da Área de Lazer às segundas-feiras e o fechamento do portão da Rua A foram outros aspectos bastante mencionados e que tiveram evidências de insatisfação das pessoas que frequentavam a Área de Lazer Jardim Leblon. O indicativo de seu horário de funcionamento também foi mencionado, conforme consta no trecho a seguir:

[...] É para fechar segunda-feira? Vamos ver se tem necessidade de fechar segunda-feira pra manutenção ou não. Aqui no caso não tem necessidade de fechar segunda-feira porque [...] são poucas pessoas que passam e não tem nenhum funcionário para dar manutenção, então eu acho que tem que estar aberto segunda-feira. Em termos de funcionar à noite, eu acho que muitos pais também procuram a gente, é... até pessoas de igreja mesmo, evangélicas, querendo que liberasse para eles o espaço, igual pode dizer “não é só pra gente”, mas não pode. Se é para um é para todos, direitos iguais, é uma área pública. Ah, de 9 às 10 a gente tem que jogar uma bola, a gente chega do serviço cansado e tal, assim, inteiro, [palavra inaudível] trabalha a semana toda, aí dia de domingo vai para a igreja e tal, à noite dava, depois da gente é... antes de jantar, brincar uma bola pra descansar, ou num sábado à noite e tal, jogar uma bola, coisa... fazer um evento tal. Só que aí, igual eu falei, não depende da comunidade só querer. A gente tem que buscar esse direito. Tem que fazer um abaixo-assinado, tem que cobrar tudo, marcar audiência com o gerente, com o responsável para solicitar (Depoente H).

Um funcionário que acompanhava a Área de Lazer, durante a entrevista demonstrou que o que motivou o fechamento do portão da Rua A foi o aspecto da segurança; segundo ele, essa modificação foi orientada seguindo o pensamento dos guardas municipais que trabalhavam na Área de Lazer. Porém, por uma *questão de segurança*. Ele demonstrou que não concordava com esse fechamento, conforme o trecho a seguir:

Tudo foi pensado em termos da segurança para que o... tendo uma entrada só [...] uma avaliação dos guardas [...], os guardas teriam mais condições de investigar, de olhar tudo. O portão da parte de baixo eu acho que ele deve ficar aberto. Quem quiser usar o parque como passagem tem o direito também, afinal de contas aquilo não é um clube exclusivo, um clube fechado, não é? Porém a gente esbarra em um problema que muitos guardas se recusam a abrir o portão, fazer papel de porteiro, “eu sou guarda, não sou porteiro”. A gente está tentando negociar com o capineiro para que ele possa fazer esse papel (Depoente H).



Figura 40: O cadeado no portão da Rua A  
Fonte: Luciana Cirino

Considero que é importante apresentar como limites existentes na Área de Lazer a questão da manutenção dos equipamentos e os cuidados com os seus diferentes espaços. A quadra de Areia, por exemplo, apresentava, em alguns pontos, apenas a terra, uma vez que já não tinha mais areia nesses locais, conforme pode se comprovar por meio da Figura 41.



Figura 41: Manutenção: limites e possibilidades  
Fonte: Luciana Cirino

A vazão de água também foi outro problema que observei, especialmente no período chuvoso. Contudo, isso não foi empecilho para que alguns garotos brincassem nela. Presenciei garotos jogando futebol, mas apenas nos locais onde havia menos água. Os locais alagados eram utilizados para brincar de *nadar* – conforme observei em um dos dias – ou ainda para andar de bicicleta. A Figura 42 ilustra a quadra alagada.



Figura 42: Alagamento da quadra de Areia  
Fonte: Luciana Cirino

Desse modo, apesar das dificuldades, as resistências possibilitaram a continuidade dos usos: seja pulando ou cortando a cerca; enviando solicitações de melhorias à Prefeitura; realizando festas, mas, acima de tudo, frequentando, vivenciando os espaços da Área de Lazer Jardim Leblon.

A relação cotidiana das diversas pessoas que fazem uso da Área de Lazer, os diferentes modos pelos quais a transformam em lugar(es) no espaço urbano, os limites e as possibilidades com as quais se deparam – tudo isso estimula a continuidade da ação dos sujeitos no tempo e no espaço.

Assim, a apropriação desse espaço se dá em diferentes tempos e de variados modos. A sua construção foi uma possibilidade de se garantir o *espaço público de lazer*. E a cada bola chutada, a cada ação realizada na Área de Lazer, ela se transforma também em *lugar de lazer*.

## CONSIDERAR AS AÇÕES, AFINAL

As ações dos sujeitos no tempo e no espaço podem transformar suas condições de vida. Podem modificar a realidade cotidiana na qual as pessoas estão inseridas. Tais ações são aqui entendidas como atos políticos dos atores sociais.

A organização da sociedade em prol da luta por direitos, a sua estruturação em movimentos sociais visando à manifestação dos desejos, das insatisfações, das indignações, das necessidades pautadas em nosso contexto social, contribuíram para “democratizar a democracia num primeiro momento, ao resgatá-la do regime militar e restaurar uma ordem pública fundada nos direitos” (GOHN, 2008, p. 159).

Essa reorganização de novos sentidos do espaço público contribuiu para a constituição de novas perspectivas para a ação cidadã, indicando, assim, possibilidades de enfrentamento das práticas clientelistas, historicamente presentes nas relações entre Estado e sociedade civil.

E foi nesse movimento de lutas pelo direito a ter direitos, nessa esteira da democracia que em muitos municípios brasileiros desenvolveu-se a prática da gestão participativa, em que Conselhos, Conferências e também os Orçamentos Participativos foram criados.

A gestão democrática dos recursos do Estado, por meio do OP, foi iniciada em Belo Horizonte no ano de 1993 mantendo-se até os dias atuais. De lá para cá, muitas alterações ocorreram no formato do OP, tais como a periodicidade de sua realização e também a criação de novas modalidades do OP, tal qual o OP Digital.

Em relação ao espaço onde atualmente se encontra a Área de Lazer Jardim Leblon, antes de sua construção, foram diversos os usos pensados para aquele local: escola, conjunto habitacional e um espaço de esporte e lazer. Mas foi por meio da organização dos moradores da Vila Mãe dos Pobres que, ao buscar a constituição de um *espaço de esporte e lazer*, apontou o que hoje se tem constituído como um equipamento público de esporte e lazer. Essa conquista se deu por meio da participação popular no arranjo da gestão dos recursos financeiros, no OP Regional Venda Nova, o OP 1999/2000.

Assim, diversos moradores da região de Venda Nova, participantes daquele OP, definiram as obras que seriam construídas nos diversos bairros da região, e, entre elas, estava a Área de Lazer Jardim Leblon.

Por meio da trama que se constituiu na pesquisa, tornou-se evidente que a trajetória de lutas, que era característica dos moradores da região, a exemplo do Bairro Jardim Leblon e das Vilas Mãe dos Pobres e Apolônia, contribuiu para que diversas demandas relativas às necessidades da vida cotidiana fossem conquistadas: a água tratada, a energia elétrica, a rua asfaltada, escolas,

creche e a Área de Lazer. Aqui, temos elementos para compreender que esses moradores lutaram pelo *direito à cidade* e, conforme mencionado por Lefebvre (2001), é por meio de pressão que se tem a possibilidade de reconhecimento dos direitos, para que entrem nos costumes e se componham como parte da vida cotidiana.

Conquista dos moradores, reivindicação daqueles que vivem muitas vezes em situação precária e com a escassez de espaços, a Área de Lazer Jardim Leblon teve como intenção para a sua construção aspectos que indicavam para a possibilidade de constituição de um espaço para o lazer e o esporte e, conforme o desejo manifestado por alguns, da brincadeira e da segurança, especialmente de crianças e jovens.

Em relação à fase de construção, por meio dos documentos desse período, percebi que a execução dessa obra foi bem documentada, o que me levou a considerar que, se as demais obras do OP tiverem o mesmo procedimento e se tais documentos forem fiéis aos acontecimentos, teremos a possibilidade de considerar um bom controle dos gastos no OP, isso levando em conta também a possibilidade de intervenção da COMFORÇA.

Conforme identificado nas entrevistas e em documentos da fase de reivindicação e construção, a Área de Lazer trouxe à concretude a manifestação das intenções daquilo que Lefebvre (2008) anuncia como o direito à cidade, aqui compreendida em sua dimensão lúdica, da reunião, da função simbólica do espaço. O espaço das trocas, das relações, da sociabilidade e das tensões.

Desse modo, identifiquei que a Área de Lazer Jardim Leblon tinha, antes mesmo de sua construção, já no momento da reivindicação, aspectos que atendiam a diversos desejos. Desejos que por vezes guardavam relação com a transformação de um espaço que era visto e vivido, por vezes, de modo contraditório: do portão fechado para aqueles que reivindicaram a construção do espaço; de distanciamento do acesso ao trabalhador diurno, que, por trabalhar de dia, não pode frequentar a Área durante a semana, porque à noite ela não funciona; e da segunda-feira, que, por motivo de limpeza que poucas vezes aconteceu, impossibilitava crianças, jovens, adultos, enfim, os moradores, de a frequentarem.

Porém, não basta que se tenha o espaço de lazer na cidade apenas e tão somente como materialidade. A sua ocupação, a sua apropriação torna-se fundamental para que ela tenha de fato a sua função lúdica concretizada, para que seja o lugar do lazer. Assim, fiz a imersão no cotidiano de moradores e/ou usuários da Área de modo que eu pudesse identificar as relações entre eles e tal espaço.

Assim, a observação participante em conjunto com dados obtidos das entrevistas e de documentos configurou os múltiplos retratos de constituição de lugares a que estive próxima no decorrer dessa fase da pesquisa.

A transformação do espaço em lugar passou por tempos e ações diversificadas: o futebol – aliás, os diversos *futebóis* – as brincadeiras, os jogos, a cerca cortada, o skate e a bicicleta. No domingo, encontrar-se com os colegas e bater a bolinha. Nas férias da escola, soltar a pipa – que agora não poderá mais? De qualquer modo, as pessoas vão! Participam, partilham – a bola, o lanche, o tempo de convivência – e se relacionam, constituem relações no e com o espaço, tornando lugar. A sociabilidade também se faz presente para aqueles que vão, olham, pouco conhecem, mas, no final, se arriscam. Porque para sentir, para conhecer, para transformar o espaço em lugar, há um risco, o de se aventurar no desconhecido. O de transformar o que se conhece, ou imagina que conhece.

Considerando os espaços e os equipamentos como componentes dinâmicos da política pública de lazer – como sublinharam Marcellino *et al* (2007) – torna-se importante observar a dinâmica das necessidades apresentadas no cotidiano social dos moradores que os usam. Considerar os diferentes tempos, as características relacionadas ao perfil dos usuários, tais como idade, gênero e interesses, poderia auxiliar na implementação do lazer enquanto direito social, conforme apresentado na Constituição de 1988. Essa questão tornou-se marcante em relação à Área de Lazer Jardim Leblon, quando da observação das relações que eram constituídas entre usuários e tal equipamento de lazer.

Alguns limites foram evidenciados para a sua apropriação, isso considerando as falas de diversas pessoas e os fatos que observei. A ausência de banheiros e a deficiência em termos de bebedouros, o que comprometeria a limpeza, a saúde e o conforto dos usuários; o seu horário de funcionamento, que, considerando o contexto social dos moradores e os seus desejos, deveria funcionar também à noite; o fechamento da Área de Lazer às segundas, impedindo o acesso dos moradores e/ou usuários, com um argumento de necessidade de sua manutenção, que, na prática, foi realizada poucas vezes.

A baixa presença do público feminino e de adultos foi outro aspecto que identifiquei dentro desses limites e que considero importante que sejam superados, de modo a ampliar o perfil de usuários e, assim, democratizar o espaço.

Compreendo como necessário que o Estado enquanto responsável pela administração desse equipamento esteja atento às realidades manifestadas, ao que os moradores indicam como necessidades para melhoria da Área de Lazer, rompendo, desse modo, com a tendência a não fazer a escuta dos usuários dos equipamentos públicos.

Enfim, o desenvolvimento desta pesquisa evidenciou, para mim, a possibilidade existente quando se tem a união, a participação dos sujeitos na (re)definição da realidade que os cerca, a luta pelas transformações, conforme evidenciado por Mannheim (1986, p. 31-32):

[...] Homens vivendo em grupos não apenas coexistem fisicamente enquanto indivíduos distintos. Não se confrontam os objetos do mundo a partir de níveis abstratos de uma mente contemplativa em si, nem tampouco o fazem exclusivamente enquanto seres solitários. Pelo contrário, agem com ou contra os outros, em grupos diversamente organizados, e, enquanto agem, pensam com ou contra outros. Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação. A direção dessa vontade da atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de seus problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento.

Assim, foi da organização dos moradores da Vila Mãe dos Pobres, foi do empenho coletivo que se constituiu no que hoje temos como a Área de Lazer Jardim Leblon: o espaço que se transforma em múltiplos lugares. Se em um primeiro momento, de acordo com os relatos desses moradores, esse espaço possibilitou diversos modos pelos quais se relacionavam com o *buracão*, que assumia diferentes significados entre eles, constituindo-se em lugar de onde buscavam o sustento para a família e também lugar de lazer, da ludicidade e dos encontros para alguns, e para outros representava perigo. Em outro momento se constitui como um equipamento público de lazer, o espaço que as pessoas transformaram em *lugar público de lazer*. E, diante de todas as dificuldades que viveram e vivem, das lutas e manifestações que esse grupo de moradores enfrentou, há que se dizer: a Área de Lazer Jardim Leblon foi uma conquista. Que seja, então, pública.

## REFERÊNCIAS

ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Rafael Rajão. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: regional Venda Nova*. Belo Horizonte: APCBH, 2008.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo. NAVARRO, Zander. *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo, 2003. 13-60.

\_\_\_\_\_, Leonardo. RECAMÁN, Marisol. VENTURI, Gustavo. O associativismo na Cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 11-58.

\_\_\_\_\_, Leonardo. Orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre: Comparando instituições e práticas. In: AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org). *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.197-222

AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org). *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 71- 88

\_\_\_\_\_, Sérgio de. GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. Reflexões sobre o orçamento participativo de Belo Horizonte: potencialidades e desafios. In: AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org). *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 71- 88

BEM, Arim Soares do. *A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX*. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.97, pp. 1137-1157

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2008.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, atualizada pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. *Participação e deliberação: o alargamento dos ideais normativos e práticas da democracia*. Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte. Vol. 2, n. 1, 2009. 25-39

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo em Belo Horizonte. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP:ANPUR, 2003. 113-129

COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. *A organização comunitária e a conquista do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado: referências para a reflexão da construção de políticas públicas para o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, EEEFTO, 2001.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Aprofundando a democracia: o potencial dos Conselhos de Políticas e Orçamentos Participativos*. UFMG, 2004.

DEBORTOLI, José Alfredo O et al. As experiências de infância na metrópole. In: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria Fátima. A.; SÉRGIO, Manuel. (org). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. P.19-46.

DE PELLEGRIN, Ana. Equipamento de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 73-74.

DIAS, Marcia Ribeiro. *Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFMG, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FEDOZZI, Luciano. O Orçamento participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, Nilton, Bueno; MOLL, Jaqueline. *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000. 37-82.

FERNANDES, Duval Magalhães; COELHO, Anderson Batista. Histórico Social e Demográfico do Município de Ribeirão das Neves. In: NORONHA, Vânia. (org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC MG, 2009. 43-68

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as Associações de Moradores de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, Christianne Luce. Lazer-concepções. In: \_\_\_\_\_(org). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P.119-125.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. *Participação cidadã e gestão pública: a experiência da cidade de Montevidéu*. Revista Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 24, jan./ jun. 2006. 55-69.

HABERMAS, Jurguen. *O estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania*. Revista Novos Estudos, São Paulo, nº 43, Novembro 1995. P. 87- 101.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Sheila Ferreira. *A construção da experiência urbana no Lugar: as relações comunicativas e a produção de sentidos no Parque Fazenda Lagoa do Nado*. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 2000.
- LINHALES, M. A.; LOPES, T. B.; COSTA, L. C. L. R.; LIMA, C. D. M. D.; PEREIRA, T. M. Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (org). In: *Avaliação de políticas e políticas e avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, 2003.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.11-26.
- \_\_\_\_\_, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena; SILVA, Alice da; FERNANDES, Érica Aparecida de Oliveira. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana*. Curitiba: Opus, 2007.
- \_\_\_\_\_, Nelson Carvalho. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. 9-30.
- \_\_\_\_\_, Nelson Carvalho. O Lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 65-92.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano. Democracia e redistribuição: apontamentos iniciais. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano; PIRES, Roberto (org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008. 13-29.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Sérgio e GOMES, Gláucia Carvalho. *A verdade que está no erro: a importância do Estatuto da Cidade para a (re)valorização do espaço*. Revista da ANPEGE, n.5, p.123-139, 2009.

\_\_\_\_\_, Sérgio. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006. 93-116

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed. 2004.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006. 136-164.

MUNHOZ, Deborah Eliane Andrade. *Parques urbanos: para que(m) construir? Para que(m) conservar?* – Estudo do processo de implantação do Parque Fazenda Lagoa do Nado. Belo Horizonte: UFMG/EE, 1996 (Dissertação)

PEREIRA, Eduardo Tadeu. *Educação política: uma experiência com o orçamento participativo*. São Paulo: Alínea. 2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Orçamento participativo de Belo Horizonte: 15 anos*. (Mimeog)

\_\_\_\_\_. Memória do Orçamento Participativo 94 a 97. (Mimeogr)

\_\_\_\_\_. Plano de Empreendimentos: Orçamento Participativo 2009/2010. (Mimeog)

\_\_\_\_\_. Orçamento Participativo 2009/2010: caderno de metodologia (Mimeog.)

\_\_\_\_\_. Revista Pensar BH. Belo Horizonte. Política Social Especial BH Cidadania, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo: Schwarcz, 2006. 367-382.

RECHIA, Simone. O Pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO, João Eloir (org.) *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 91-102.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Lazer em Belo Horizonte – MG. In: Da Costa, Lamartine (org). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. 15-26.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e lazer: um binômio instigante. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. São Paulo: Alínea, 2008. 139-154.

SANTOS, Cynthia das Graças. *O orçamento participativo da habitação via autogestão: realidades e potencialidades de um instrumento da política habitacional de Belo Horizonte*. UFMG, Belo Horizonte. 2004.

SOUZA, Leandro de Aguiar e. *A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda: estudos de caso*. UFMG, FA, Belo Horizonte. 2007.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: Afinal do que se trata? In: TELLES, Vera da Silva (org.). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 2006. 171-194.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, DIFEL, 1983.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. *Consonâncias e dissonâncias da grande sinfonia: os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole contemporânea – o orfeão da Pampulha*. Belo Horizonte: IGC, UFMG, 2007.

WAMPLER, Brian. Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados. In: AVRITZER, Leonardo. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. 61 – 86.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
Curso de Mestrado em Lazer  
Área Multidisciplinar  
E-mail:[eeffto-mlazer@ufmg.br](mailto:eeffto-mlazer@ufmg.br)

#### Roteiro de entrevista semi-estruturada (Gerentes)

- 1- Fale sobre a sua atuação como gerente/funcionário na Área de Lazer Jardim Leblon / Prefeitura (há quanto tempo trabalha, forma de contratação, sua função, horário de trabalho).
  - Fale sobre o acompanhamento da Área: encaminhamento de demandas, questões administrativas - banheiros, água, eventos da comunidade
- 2- Antes de ser construída a Área de Lazer Jardim Leblon, você saberia dizer qual era a utilização desse espaço?
- 3- Você teve alguma participação no processo de reivindicação que deu origem a Área de Lazer Jardim Leblon? Em caso afirmativo, fale um pouco sobre esse processo.
- 4- O que você pensa sobre a construção da Área de Lazer Jardim Leblon para a população?
- 5- Como você vê a participação dos usuários para a manutenção desse espaço?
- 6- Você poderia dizer qual é o perfil do público que frequenta esse espaço (gênero, idade, moradores de que bairro, o que fazem quando estão aqui)?
- 7- Qual foi a proposta pensada para a reforma/ construção da Academia da Cidade?
- 8- Sobre o funcionamento da Área de Lazer, o que você pensa a respeito do horário e dos dias de funcionamento? E sobre a acessibilidade (ex. Portões)?
- 9- Nesse período em que você trabalha nessa função, foi realizada pela Prefeitura alguma ação com os usuários (tipo projeto, oficina) na Área de Lazer?
- 10- O que você pensa a respeito do Orçamento Participativo?
- 11- O que você entende por esporte e por lazer?
- 12- Há algo mais que você gostaria de falar nessa entrevista?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

#### **Roteiro de Observação Participante**

Aspectos a se observar na Área de Lazer Jardim Leblon

#### **1 – Perfil dos(as) frequentadores(as):**

- Quanto a gênero -
- Quanto a idade
- Quando a origem - de onde vêm-

#### **2 - Os usos dos espaços:**

- Quais os espaços são utilizados?
- Como são utilizados – tipo de vivência-?
- Sobre os tempos – manhã, tarde.
- Número estimado de pessoas presentes

#### **3- As relações interpessoais**

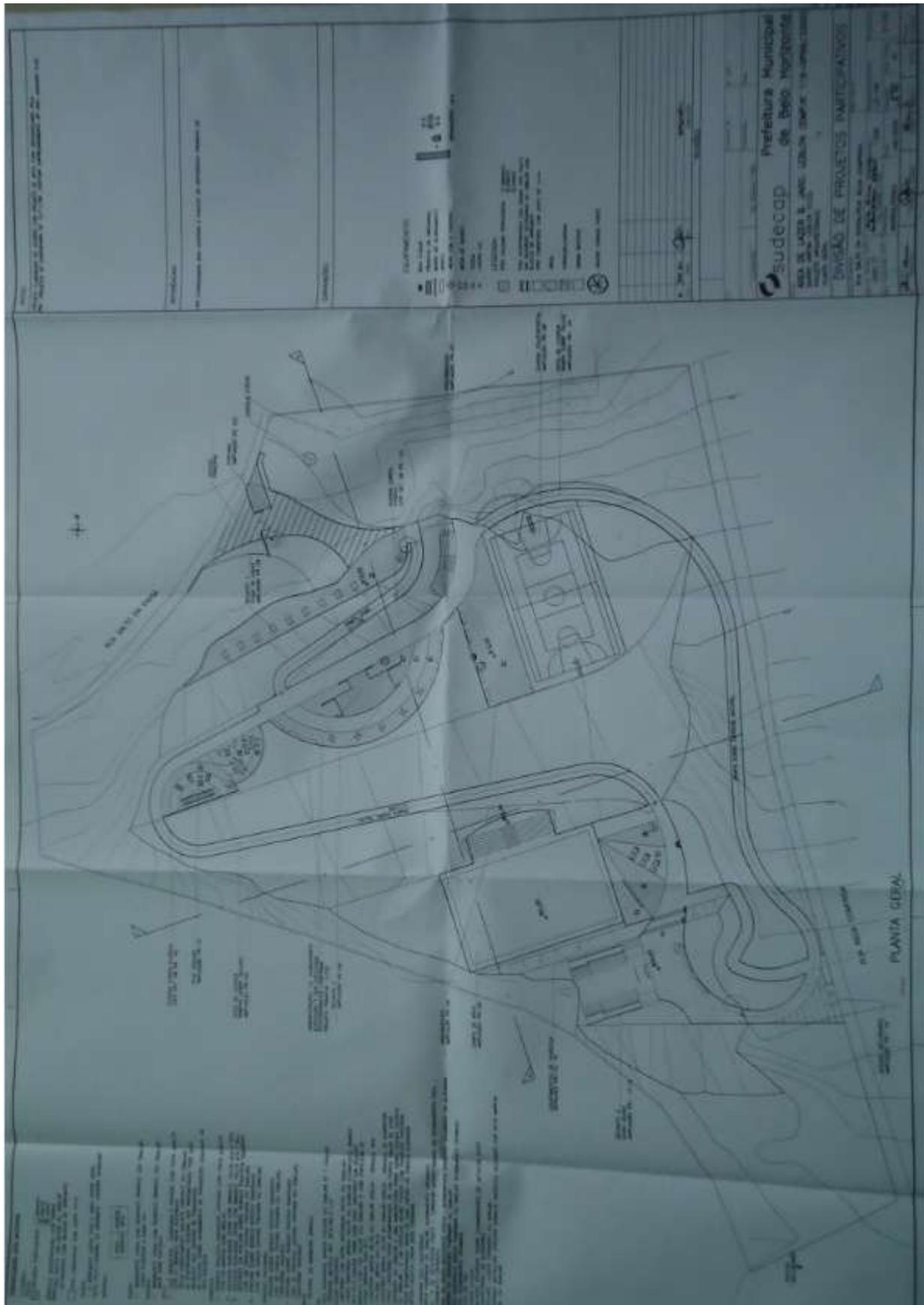
- A questão da sociabilidade – constituição ou não de grupos; as relações entre as pessoas;

**ANEXOS**

**ANEXO A**

**CÓPIA DO PROJETO DA ÁREA DE LAZER**

# Planta Arquitetônica da Área de Lazer Jardim Leblon



## ANEXO B

### MATERIAL INSTITUCIONAL SOBRE OS 69 PARQUES PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE

**REGIONAL VENDA NOVA**

**Parque Alexander Brandt** - Rua Duarte Cassi e/ Rua João Pinho, Matm, Bairro Vico do Rio Branco - 3277-9520

**Parque do Bairro Jardim Lábion** - Rua Antônio José de S. Salgueiro, Bairro Sítio da Divisa, Bairro Jardim Lábion - 3277-8886

**Parque do Conjunto Habitacional da Lagoa** - Rua Cece e Urte - Quadra 04 margem do lago de Marinho, Bairro Lagoa - 3277-7129/217\*

**Parque Baleares** - Av. Baleares, eq. 7, Rua Brucelas, Bairro Jardim Europa - 3277-1854

**Parque José Dazinho Pimenta (Parque Cenáculo)** - Rua 945 e Rua 30, Bairro Cenáculo - 3277-9483

**Parque Serra Verde** - Rua Lúcio Soares, Bairro Serra Verde - 3277-7112/9217\*

**Parque Telê Santana** - Avenida Augusto dos Anjos, Bairro Rio Branco - 3277-7112/9217

Parques Municipais  
Centros  
Centros Municipais  
Capela Velório

**CEVAEs DE VIVÊNCIA AGROECOLÓGICA (CEVAES)**

**Cevae Taquari** - Rua São Vicente, Bairro Granjo de Freitas - 3277-5637

**Cevae Capitão Eduardo** - Rua Mascabati, Bairro Capitão Eduardo - 3277-7976

**Cevae Morro das Pedras** - Rua Belizário, 213, Bairro Nova Granada - 3277-6873

**Cevae Serra Verde** - Rua Sebastião Gomes Pereira, 140, Bairro Serra Verde - 3277-5556

**Cevae Coqueiros** - Rua Eneida, Rua Bragança e Rua Fauna, Bairro Coqueiros - 3277-9254.

**CEMITÉRIOS MUNICIPAIS**

**Cemitério da Consolação** - Av. Ademir Fernandes Torres, 2.000, Bairro Leopoldina - 3277-5505

**Cemitério Nosso Senhor do Bonfim** - Rua Bonfim, 1.120, Bairro Bonfim - 3277-6040/6101

**Cemitério da Paz** - Av. Presidente Carlos Luz, 1050, Bairro Calças - 3277-8304/7199

**Cemitério da Saúde** - Rua Glicéria, 505, Bairro Saúde - 3277-5711/5712

**Capela Velório Barroel** - Rua Vicente de Azevedo, 393, Bairro Barragem de Baixo - 3277-5937

**Em BH, tem sempre um parque perto de você!**

A Fundação de Parques Municipais foi criada pela Prefeitura de Belo Horizonte, em janeiro de 2005, para administrar e manter os parques, promover programas de manejo e educação ambiental e realizar atividades de lazer, cultura e cidadania. É responsável por uma área aproximada de 4,8 milhões de metros quadrados que inclui 69 parques, cinco Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes), quatro Cemitérios Municipais e uma Capela Velório.

**Fundação de Parques Municipais**  
Avenida Alceu Binha, n. 3817, 4.º andar - Centro  
CEP: 30130-100 - Belo Horizonte / Minas Gerais  
Tel: (51) 3277-4983 / 3277-9234  
e-mail: parquebh@pbh.pbh.gov.br  
www.pbh.gov.br/parques

**PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

### REGIONAL BARREIRO

- Parque Ecológico Padre Alfredo Sabetta**  
Rua Antônio Teixeira Dias e Rua Conceição Azevi dos Santos,  
Bairro Trilhoeira Dias - 3277-5972
- Parque Ecológico Roberto Burle Marx (Parque das Águas)** - Av. Ximango, 609, Bairro Elvino Marques - 3277-5960
- Parque Vila Pinho** - Av. Pedreira, 820, Bairros Vila Pinho/Santa Cecília - 3277-5916
- Parque Municipal do Tirol** - Rua Carapicouba, Bairro Tirol - 3277-5974
- REGIONAL CENTRO-SUL
- Área das Nascentes da Barragem Santa Lúcia**  
Rua Laplace, entre R. Halley e R. Rigel,  
Bairro Santa Lúcia - 3277-5974\*
- Área do vertedouro da Barragem Santa Lúcia**  
Rua Imp. Zoroastro Torres, Bairro Santa Lúcia - 3277-5972
- Parque Professor Amílcar Vianna Martins**  
Rua Coibe, 114, Bairro Cruzeiro - 3277-5972
- Parque Jornalista Eduardo Court**  
(Barragem Santa Lúcia)  
Av. Arthur Bernardes, Bairro São Bento - 3277-5972
- Parque Julien Rien** - Av. Francisco Deslandes,  
Av. Barbozetas e Rua Samuel Pereira, Bairro Archilata - 3277-5972
- Parque Juscelino Kubitschek**  
Av. Ilardi Brant, Rua Engenheiro Caetano Lopes e Rua Prof. Melo Cançado, Bairro Comitêco - 3277-5972
- Parque Mata das Borboletas**  
Rua Assunção, 450, Bairro Sion - 3277-8221
- Parque Mosteiro Tom Jobim**  
Rua Luís Soares da Rocha e Rua Dr. Lyndael de Faria,  
Bairro Luxembourg - 3293-1315
- Parque Municipal Américo Renné Giannetti**  
(Parque Municipal)  
Av. Afonso Pena, 1377, Centro - 3277-4161
- Parque Municipal das Mangabeiras**  
Av. José do Patrocínio Pavesi, 560, Bairro Mangabeiras - 3277-8277/9637
- Parque Rosinha Cador** - Rua Rodrigues Caldas, R. Mellins  
Condição R. Araguaní, Bairro Sento Agostinho - 3277-5972.

**Bosque São Bento II** - Rua Des. Melo Junior e Rua Engenheiro Timóteo, Bairro São Bento - 3277-5974\*

**Parque das Matões** - Rua JB-350, Av. José Maria Alvimim e Av. Prof. Edegar Rebello, Bairros Santa Lúcia/ Belvedere - 3277-5975

**Parque Fort Lauderdale** - Rua Prof. Silvio Nunes, Rua Henrique Quilç e Rua José do Patrocínio Pavesi, Bairro Comitêco/Mangabeiras - 3277-5974\*

**Parque da Serra do Curral** - Av. José do Patrocínio Pavesi, Bairro Mangabeiras - 3277-8274.

**Parque Paulo Berutti** - Rua Insper José Aparecido e Rua José Batista Ribeiro, Bairro São Bento - 3277-5974\*

**Parque Ecológico Santo Antônio**  
Rua Zoroastro Torres, 517 - Bairro Santo Antônio - 3277-5972

### REGIONAL LESTE

**Parque Linear do Vale do Arrudas** - Av. dos Andrades (Início da Av. Belém e término na saída de Sabará), Bairros Vila Abadur/Alto Vera Cruz - 3277-5621

**Parque Marcus Pereira de Mello**  
Rua José Olímpio Borges, Bairro São Lucas - 3277-5621

### REGIONAL NORDESTE

**Parque da Reserva Ecológica do Bairro União**  
(Parque da Matinha) - Rua Leônido Chagas, 350, Bairro União - 3277-8537.

**Parque Ecológico e Cultural Prof. Marcos Mazzoni**  
Rua Depurado Bernardino de Serna Figueiredo, 1022,  
Bairro Cidade Nova - 3277-5621

**Parque Ecológico Renato Azeredo** - Rua Antônio Pellegrino Nascimento, Bairro Palmeiras - 3277-6182

**Parque Linear Av. José Cândido da Silveira**  
Centro Central da Av. José Cândido da Silveira (entre a Av. Cristiano Machado e Rua José M. Barbosa), Bairro Cidade Nova - 3277-5621

**Parque Municipal Ismael de Oliveira Fábregas**  
Rua Saquinho, Rua Gerardo Bessa e Rua Horta Barbosa, Bairro Nova Floração - 3277-5521

**Parque Orlando de Carvalho Silveira**  
Rua Junat, 860, Bairro da Graça - 3277-5621

**Parque Professor Guilherme Lage**  
Rua Anacleto, 605, Bairro São Paulo - 3277-6557

**Parque Escola Jardim Belmonte** - Rua Dom Silveiro/  
Rua Félix, Bairro Jil - 3277-6032

**Parque Fernão Dias**  
Rua Nairice - 33, Bairro Trilhoeira Dias - 3277-1113

**Parque Fernão Dias (Parque do Sol)** - Rua Amarel, Rua Quilanta, Rua Maria Luiza Garcia, Rua Américo Bezerra e Rua José Carneiro Morimoto, Bairro Fernão Dias - 3277-5621\*

**Parque Ecológico e Cultural Vitória**  
Av. Magenta, Bairro Jardim Vitória - 3277-3021\*

**Parque Golândia** - Rua Dado, Rua Vera Lucia Pereira, Rua Elias Gaspari Farah, Bairro Golândia - 3277-5621\*

### REGIONAL NOROESTE

**Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira**  
(Parque do Aeroporto)  
Av. Itaipu, 402, Marginal da BR-262 - 3277-7999/9269

**Parque Ecológico e de Lazer do Bairro Caçara**  
Rua do Tico-tico, Bairro Caçara - 3277-8545

**Parque Ecológico Vencesli Firmino da Silva** - Rua dos Topógrafos, Rua dos Metalúrgicos, Rua dos Geólogos e Rua dos Agrônomos, Bairro Alípio de Melo - 3277-8003

**Parque Ecológico Pedro Machado**  
Rua Lima Campos, 110, Bairro Santa Maria - 3277-1546

**Parque Jardim Montanhês** - Rua Flor da Verdade, Bairro dos Municípios - 3277-7112/9217

### REGIONAL NORTE

**Parque do Bairro Planalto**  
Rua São José do Jacaré, 100, Bairro Planalto - 3277-7332

**Parque Nossa Senhora da Piedade** - Rua Rubens de Souza Pimentel, 750, Bairro Anão Neto - 3277-8912

**Parque Primeiro de Maio**  
Rua João D'Alc, 190, Bairro Primeiro de Maio - 3277-6649

**Parque Vila Clóris**  
Ruas dos Sabiás, Bairro Vila Clóris - 3277-1850

**Parque Ecológico e Cultural Jardim das Nascentes**  
(Parque Madri) - Rua Vicente Machado de Castro, 360, Bairro Madri - 3277-1815

### REGIONAL OESTE

**Parque Aopio Pio Sobrinho**  
Av. Prof. Mário Werneck, 2691, Bairro Itaipulândia - 3277-6937

**Parque Bandeira Silveira Ortiz**  
Rua Paulo Ribas de Campos e Rua José Ubaldino Rezende,  
Bairro Estoril - 3277-5974

**Parque da Vila Pantanal**  
Rua Gerardo Vasconcelos e Rua José Maria Figueiredo,  
Bairro Estoril - 3277-5972

**Parque do Conjunto Estrela Dalva**  
Rua Maria, 400, Bairro Haval - 3277-6490

**Parque Ecológico Nova Granada** - Rua Tibiçá e Rua Curi, Joaquim Castano, Vila São Jorge III, Aglomerado Morro das Pedras - 3277-5972

**Parque Halley Alves Bessa**  
Rua Asfira est. c/ Rua Manilla, Bairro Haval - 3277-5972

**Parque Jacques Cousteau** - Rua Augusto José dos Santos, 366, Bairro Belônia - 3277-5972

**Parque da Vila Sofia**  
Rua Alice, Bairro Vila Santa Sofia - 3277-5972

### REGIONAL PAMPULHA

**Parque Cássia Eller** - Av. Presidente Tancredo Neves, Bairro Paqueta - 3277-7112/9217

**Parque do Confisco** - Av. Antônio Francisco Lisboa c/ Rua J. Bairro Confisco - 3277-7112/9217

**Parque Dona Clara** - Rua Croazimbo Monello est. c/ Rua Rita A. Costa-Teixeira, Bairro Dona Clara - 3277-7112/9217

**Parque Elias Michel Farah** - Rua Desembargador Paulo Motta, Bairro Ouro Preto - 3277-7873

**Parque Fernando Sabino (Parque Fazenda da Serra)**  
Rua Aluizio Davis, Bairro Paqueta - 3277-7112/9217\*

**Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado**  
Rua Lincoln Pires, 240, Bairro Itapuaí - 3277-7883/7321

**Parque Municipal Ursulina de Andrade Mello**  
Rua Dr. Sylvio Menicucci, Bairro Castelo - 3277-7112

**Parque Ecológico e Cultural Enseada das Garças**  
Av. Francisco Magdo de Lima est. c/ Rua Acácio Teles, Bairro das Garças - 3277-7112/9217\*

**Parque Ecológico do Brejinho**  
Rua Forde Início e Rua Flor de Júpiter, Bairro Indaís - 3277-7112/9217\*

\* Parque não implantado // \* Parque não aberto ao público  
Atualização realizada em dezembro de 2019

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS

Comemoração – 112 anos de Belo Horizonte

**BH**  
112 ANOS

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Fundação de Parques Municipais, preparou diversas atrações para comemorar o aniversário de 112 anos de Belo Horizonte. Serão dois dias de atividades voltadas para jovens, adultos e crianças, todas acontecendo simultaneamente, em 10 unidades municipais administradas pela FPM e localizadas em todas as regionais da cidade.

Guarde esta programação para consulta e divirta-se gratuitamente na unidade mais próxima de você! Outras informações, ligue 9277-4888 ou acesse [www.pbh.gov.br/parques](http://www.pbh.gov.br/parques).

**PREFEITURA**  
**BELO HORIZONTE**

**FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS**

**Regional Oeste**  
**PARQUE AGGEO PIO SOBRINHO**  
Av. Prof. Manoel Vitorino, s/n, Bairro Boretto

**Dia 12/12/2009 - Sábado**

- 8 às 18h:**
- Resgate de jogos e brincadeiras com as crianças;
  - Orientações sobre saúde (Medição de pressão, IMC, etc.)
- 9 às 17h:** Ação da Incisa: trilhas ecológicas, observação da microbiologia aquática, apresentação da flora, massagens terapêuticas, programa de saúde e meio ambiente.
- 9 às 11h:** Atividades aeróbicas
- 10h e 15h:** Trilha Interpretativa
- 11 às 12h:** Jogos, brincadeiras, distribuição de brindes e oficinas de arte-educação
- 12 às 14h:** Espaço para apresentações da comunidade
- 14 às 15h:** Espetáculo "Adultério" - Circo Olímpico
- 15h:** Apresentação musical - Taiden Franco

**Regional Centro-Sul**  
**PARQUE DAS MANGABEIRAS**  
Av. Jaciara, 1000, Bairro Mangabeiras

**Dia 12/12/2009 - Sábado**

- 8 às 18h:**
- Resgate de jogos e brincadeiras com as crianças
  - Orientações sobre saúde (Medição de pressão, IMC, etc.)
- 9 às 11h:** Atividades aeróbicas - Academia Malhação
- 9 às 12h:** Orientações sobre fonoaudiologia (PUC Minas)
- 10h e 15h:** Trilha Interpretativa
- 11h e 14h:** Oficinas de Educação Ambiental
- 11 às 12h:** Jogos, brincadeiras, distribuição de brindes e oficinas de arte-educação
- 12 às 14h:** Espaço para apresentações da comunidade
- 14 às 15h:** Espetáculo "O Caixão Viagante" - Troupe Trilha
- 15h:** Apresentação musical - Trio Amadeus

**Regional Venda Nova**  
**PARQUE JARDIM LEBLON**  
R. Manoel F. de Souza, 10, Bairro Venda Nova, Jardim Leblon

**Dia 13/12/2009 - Domingo**

- 8 às 18h:**
- Resgate de jogos e brincadeiras com as crianças;
  - Orientações sobre saúde (Medição de pressão, IMC, etc.)
- 9 às 11h:** Atividades aeróbicas
- 11 às 12h:** Jogos, brincadeiras, distribuição de brindes e oficinas de arte-educação
- 12 às 14h:** Espaço para apresentações da comunidade
- 14 às 15h:** Espetáculo "Na Roda com Maria Cutia" - Troupe Maria Cutia
- 15h:** Apresentação musical - Rapido Tachio
- 16h:** Apresentação da Escola de Samba Imperatriz de Venda Nova

**Regional Centro-Sul**  
**PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNE GIANNETTI**  
Av. Antônio Hebe, 1075, Centro

**Dia 12/12/2009 - Sábado**

- 13 às 20h:**
- Caravana Arrumação - Cultura Brasileira sobre rodas: palco itinerante com shows, poesia, teatro, dança, humor, folclore, ações sociais, oficinas, palestras, feira de arte e cidadania
- Dia 13/12/2009 - Domingo**
- 10 às 18h30:**
- Caravana Arrumação - Cultura Brasileira sobre rodas: palco itinerante com shows, poesia, teatro, dança, humor, folclore, ações sociais, oficinas, palestras, feira de arte e cidadania
- A programação detalhada será entregue na local*

**Regional Leste**  
**CEVAE TAQUARIL**  
Rua João Vicente, Bairro Parque de Paraisópolis

**Dia 12/12/2009 - Sábado**

- 8 às 18h:**
- Resgate de jogos e brincadeiras com as crianças;
  - Orientações sobre saúde (Medição de pressão, IMC, etc.)
- 9 às 11h:** Oficinas de Educação Ambiental
- 9 às 12h:** Orientações sobre fonoaudiologia (PUC Minas)
- 11 às 12h:** Jogos, brincadeiras, distribuição de brindes e oficinas de arte-educação
- 12 às 14h:** Espaço para apresentações da comunidade
- 14 às 15h:** Espetáculo "Popourri Cômico" - Palhaços Convidados
- 15h:** Apresentação musical - Ana Cristina com "Histórias Cantadas da Arca de Noé"

**Regional Barreiro**  
**PARQUE ROBERTO BURLE MARX (PARQUE DAS ÁGUAS)**  
Av. Esmeralda, 1000, Bairro São João del-Rei

**Dia 12/12/2009 - Sábado**

- 8 às 18h:**
- Exposição de produtos da Cooperativa de Condições de Artes (CONARTE);
  - Resgate de jogos e brincadeiras com as crianças;
  - Orientações sobre saúde (Medição de pressão, IMC, etc.)
- 9 às 11h:** Atividades aeróbicas
- 9 às 12h:** Orientações sobre fonoaudiologia (PUC Minas)
- 11 às 12h:** Jogos, brincadeiras, distribuição de brindes e oficinas de arte-educação
- 12 às 14h:** Espaço para apresentações da comunidade
- 14 às 15h:** Espetáculo "Trio Descadeirado" - Trio El Individuo
- 15h:** Apresentação musical - Grupo Samba de Quinta

**Parque José Daciano Pimenta (Parque Cenáculo)**  
Rua 013 e Rua 04 - Bairro Cenáculo

Implantado em 2004, por meio de compensação ambiental, o **Parque José Daciano Pimenta**, também conhecido como Parque Cenáculo, possui uma área aproximada de 11 mil metros quadrados.

Sua vegetação é composta, principalmente, por espécies arbóreas nativas, como ipê, açaita-cavalo, pau d'óleo, angico e jacaré.

A fauna apresenta aves, como alma-de-gato, sapira, tico-tico, rolinha, bem-te-vi e joão-de-barro.

Como opções de lazer, o parque oferece brinquedados, pista de caminhada e espaços para contemplação.

### Outros Parques da Região Venda Nova

**Parque do Conjunto Habitacional da Lagoa\***  
Rua Centro e Vinte e Quatro - Bairro Lagoa

**Parque Serra Verde\***

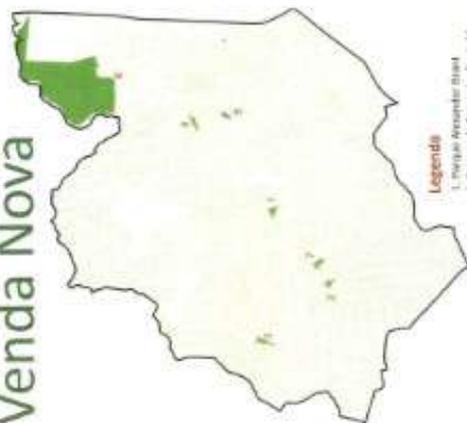
Rua Lauro Soares - Bairro Serra Verde

### Durante sua visita ao parque:

- ☛ Respeite o direito dos outros frequentadores;
- ☛ Mantenha o parque limpo. Jogue o lixo na lixeira;
- ☛ Não alimente ou maltrate os animais;
- ☛ Não suba, escreva ou amarre redes nas árvores;
- ☛ Flores e mudas não podem ser colhidas;
- ☛ Caça e pesca, em qualquer modalidade, é proibido;
- ☛ Não faça fogueiras ou jogue cigarro no chão. Perigo de incêndio.

Parques da Região

## Venda Nova



### Legenda

1. Parque Anapêlar Distal
2. Parque do Baixo Jardim Lúden
3. Parque do Convênio Industrial da Lagoa
4. Parque do Córrego Avenida Solaires
5. Parque José Daciano Pimenta (Parque Cenáculo)
6. Parque Serra Verde
7. Parque São Santana



### Fundação de Parques Municipais

Avenida Afonso Pena, nº 981 - 4º andar - Centro

Belo Horizonte / MG - Cep: 30130-003

Tel: (31) 3277-4882 // 3277-9244 // 3277-7321

e-mail: [comunicapm@pbh.gov.br](mailto:comunicapm@pbh.gov.br)

[www.pbh.gov.br/parques](http://www.pbh.gov.br/parques)

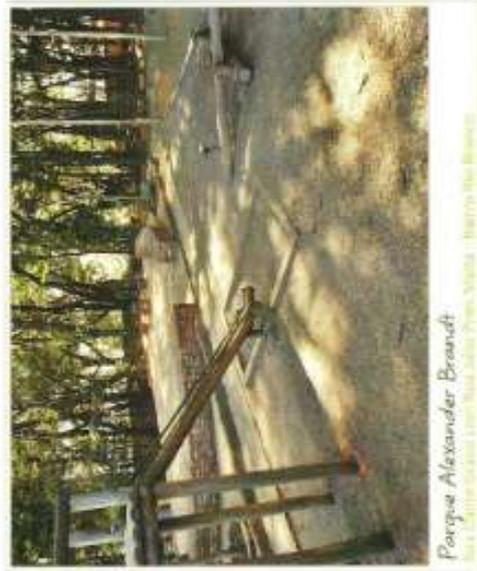


FUNDAÇÃO DE  
PARQUES  
MUNICIPAIS

PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

A fundação de Parques Municipais foi criada em 2005 para manter a qualidade de vida da cidade e a beleza das áreas verdes de Belo Horizonte. Ela administra uma área aproximada de 8,6 milhões de metros quadrados e mantém quase 70 parques da capital. Além disso, promove programas de educação e manejo ambiental, atividades de lazer, esporte, cultura e cidadania, e gerencia os quatro Cemitérios Municipais (Bonfim, Paz, Saúde e Consolação), uma Capela Velório e os cinco Centros de Vivência Agroecológica (CEVAES).

Atualmente na Região Venda Nova, existem **cinco** parques implantados e abertos ao público, e **dois** não implantados.



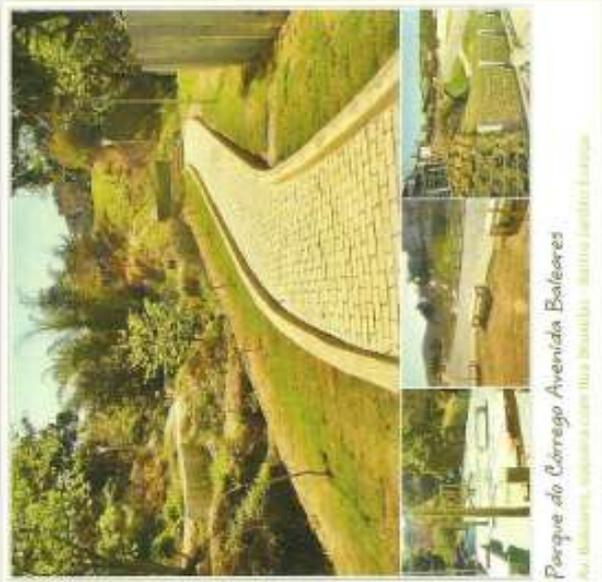
*Parque Alexander Brandt*  
Rua Alexandre de Gusmão, 100 - Venda Nova - Bairro São Benedito

Implantado em 1996, por meio do Programa Parque Preservado, o **Parque Alexander Brandt** possui uma área aproximada de 12.500 metros quadrados. Localizado em Venda Nova, uma região de alta densidade populacional, tem grande valor ambiental por apresentar 80% de sua área com cobertura vegetal nativa.

Em meio à mata, podem ser observados diversos exemplares de jacaranda da baía, vinhático, pau d'óleo, açolita-cavalo, jacaré, além de cactáceas, bromélias, samambaias e cipós.

Sua fauna é composta por aves, como bem-te-vis, sanhaços, almas de gato, sabias, pica-paus e saíras, e mamíferos, como gambá e mico-estrela.

Como opções de lazer, o parque oferece recantos para a contemplação e playground.



*Parque do Córrego Avenida Baleares*  
Av. Baleares, 100 - Venda Nova - Bairro Jardim Europa



*Parque do Bairro Jardim Leblon*  
Rua Itaipava, 100 - Venda Nova - Bairro Jardim Leblon

O **Parque Baleares**, inaugurado em junho de 2008, é uma nova opção de lazer para os moradores do bairro Jardim Europa. A obra faz parte do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte, chamado Drenurbs/Nascentes, e abrangeu uma área de 14 mil metros quadrados.

Ao longo da avenida Baleares foram plantadas seis mil árvores, tornando o local mais agradável. Além da canalização do córrego, drenagem e contenção de encostas e calçamentos, uma rede pluvial foi construída para captar a água da chuva e interceptar o esgoto das casas, evitando que ele seja despejado no córrego.

O parque está inserido na macrobacia do Isidoro e na bacia do Vilarinho.

No parque, que conta com uma área de mais de 15 mil metros quadrados, foram construídos um conjunto de mesa e bancos em concreto, playground, barras de alongamento e prancha para abdominal em eucalipto imunizado.

O **Parque Teiê Santana**, implantado por meio do Orçamento Participativo de 2005/2006, foi inaugurado em 2008. Localizado na região de Venda Nova, possui uma área aproximada de 30.600 m<sup>2</sup> com campo de futebol, arquibancada e vestiários.



A Fundação de Parques Municipais está elaborando o levantamento científico sobre os recursos hídricos, de fauna e flora existentes no local.

Implantado em 2001, por meio do Orçamento Participativo, o **Parque do Bairro Jardim Leblon** possui uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados, com grande acessibilidade.

Sua cobertura arbórea é esparsa, composta por espécies como palmeira, ipê, castanheira, unha de vaca, oruçá, calabura e cinamomo.

Como opções de lazer, o espaço oferece quadras poliesportivas, pista de skate, brinquedos, equipamentos de ginástica, áreas de convivência com mesas e bancos, além de uma Academia da Cidade, que foi inaugurada no dia 05 de março de 2009.